

CARTA SOCIAL DE GRÂNDOLA

Relatório Final Preliminar

fevereiro 2024



(página propositadamente deixada em branco)

Ficha Técnica

Estudo: Carta Social de Grândola

Documento: Relatório Final Preliminar

Data: 28 de fevereiro de 2024

Número de páginas: 131

Equipa Técnica:

Coordenação Geral:

Luís Carvalho

Especialistas:

Carla Figueiredo
Gonçalo Caetano
Inês Andrade
Liliana Calado
Pedro Henriques
Sónia Vieira

Consultor:

Sérgio Barroso

(página propositadamente deixada em branco)



Carta Social de Grândola

Relatório Final Preliminar

Resumo

O presente documento constitui o Relatório Final Preliminar da Carta Social de Grândola elaborada pelo RUR - Estudos e Projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda, para a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral. Este documento tem como objetivos principais caracterizar a oferta de equipamentos e respostas sociais no Município, avaliar a adequação desta oferta à luz da realidade socioeconómica atual e futura do município, e formular uma estratégia e programa de investimentos a realizar num curto e médio prazo com vista a superar as necessidades identificadas.

fevereiro de 2024

(página propositadamente deixada em branco)

Índice

0. NOTA DE APRESENTAÇÃO.....	15
1. METODOLOGIA.....	17
1.1. Fluxograma metodológico.....	17
1.2. Auscultação de agentes.....	18
2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL, POLÍTICO E INSTITUCIONAL.....	19
2.1. Conceitos de referência.....	19
2.2. Contextualização da política social europeia e nacional.....	20
2.3. Planeamento de equipamentos sociais e a transferência de competências.....	23
2.4. Quadro institucional de planeamento social e local.....	24
3. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL.....	27
3.1. Dinâmicas demográficas e sociais.....	27
3.2. Rede territorial e urbana.....	30
3.3. Inclusão e desenvolvimento social.....	33
4. DIAGNÓSTICO DA PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS.....	37
4.1. Caracterização das entidades gestoras dos equipamentos sociais.....	37
4.2. Caracterização dos equipamentos sociais.....	40
4.3. Caracterização das respostas sociais.....	44
4.3.1. Infância e juventude.....	44
Creche.....	46
Centro de Atividades de Tempos Livres.....	48
Clube de Jovens.....	49
Intervenção Precoce.....	50
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.....	52
4.3.2. População adulta.....	53
Pessoas Idosas.....	55
Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas.....	55
Serviço de Apoio Domiciliário.....	57
Centro de Dia.....	59
Centro de Convívio.....	61
Universidade Sénior.....	62
Pessoas adultas com deficiência.....	63
Lar residencial.....	63
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão.....	64
Outras respostas: Associação Pais em Rede – Núcleo de Grândola.....	65
Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico.....	66
Centro de Atendimento - “Passo a Passo”.....	66
4.3.3. Família e comunidade.....	67

Centro Comunitário.....	68
4.3.4. População imigrante.....	70
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes.....	71
5. DIAGNÓSTICO SOCIAL PROSPETIVO.....	73
6. CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS.....	75
6.1. Enquadramento.....	75
6.2. Cenarização demográfica (2025 e 2030).....	75
6.3. Cenarização por domínio específico.....	77
7. ESTRATÉGIA E PROGRAMA DE AÇÃO.....	79
7.1. Visão estratégica.....	79
7.2. Critérios de programação.....	81
7.3. Modelo territorial de provisão.....	83
7.4. Eixos de intervenção e tipologias de ações.....	84
7.5. Programa de Ação.....	86
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
ANEXOS.....	89
A.1. Entidades da Rede Social.....	91
A.2. Entidades gestoras dos equipamentos sociais.....	93
A.3. Caracterização dos equipamentos sociais.....	95
A.4. Caracterização das respostas sociais.....	100
Creche.....	100
CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.....	102
CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.....	103
Intervenção precoce.....	104
Clube de Jovens.....	105
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	107
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário.....	109
Centro de Dia.....	112
Centro de Convívio.....	114
Universidade Sénior.....	117
Lar Residencial.....	117
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI).....	118
Outras respostas – Associação Pais em Rede – Núcleo de Grândola.....	119
Centro de Atendimento da Associação Passo a Passo.....	120
Centro Comunitário.....	121
Centro de Atendimento Pessoas Imigrantes.....	122
B. Normas de Programação.....	125

Índice de Figuras

Figura 1. Fluxograma metodológico	17
Figura 2. Competências da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral	25
Figura 3. Evolução da população residente (N.º), em Grândola, entre 1960 e 2021 (INE & Pordata)	27
Figura 4. Evolução da população residente (N.º), nas freguesias de Grândola, em 2011 e 2021 (INE)	27
Figura 5. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (‰), em Grândola, entre 2011 e 2022 (INE)	27
Figura 6. Pirâmide etária, de Grândola, em 2011 e 2021 (INE)	27
Figura 7. Índice de dependência total (N.º), em Grândola, entre 2011 e 2022 (INE)	27
Figura 8. Localização das principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias no concelho (Elaboração Própria), em 2023	30
Figura 9. Movimentos pendulares, destino e duração das deslocações, em 2021 (INE)	30
Figura 10. Nível de ensino da população residente (%), em Grândola, em 2011 e 2021 (INE)	33
Figura 11. Taxa de desemprego, em Grândola (%), em 2011 e 2021 (INE)	33
Figura 12. Evolução da população estrangeira (N.º), em Grândola, entre 2011 e 2021 (INE)	33
Figura 13. Evolução das pensões da segurança social (€/N.º), em Grândola, entre 2011 e 2021 (INE)	33
Figura 14. População residente com dificuldades (%), em Grândola, em 2021 (INE)	33
Figura 15. Equipamentos por natureza jurídica da entidade gestora (n.º)	37
Figura 16. Localização dos equipamentos sociais no concelho, em 2022	40
Figura 17. Ano de funcionamento dos equipamentos (N.º)	41
Figura 18. Avaliação do nível de conforto (%)	41
Figura 19. Avaliação do nível ambiental (%)	41
Figura 20. Avaliação do nível de autonomia (%)	41
Figura 21. Condições de mobilidade e acesso ao edifício (%)	41
Figura 22. Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos (N.º)	41
Figura 23. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da infância e juventude, em Grândola, em 2023	44
Figura 24. Utentes e capacidade máxima instalada em creche (N.º), em 2022	45
Figura 25. Utentes em creche no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)	45
Figura 26. Utentes e capacidade máxima instalada em CATL (N.º), em 2022	45
Figura 27. Utentes segundo o grupo etário em CATL (%), em 2022	45
Figura 28. Utentes em CAFAP, no triénio 2019/2020-2021/2022 (N.º)	45
Figura 29. Utentes segundo o grupo etário em CAFAP, em 31/12/2021 (%)	45
Figura 30. Utentes em intervenção precoce, no triénio 2019/2020-2021/2022 (N.º)	45
Figura 31. Média diária de utentes em Clube de Jovens, no triénio 2019/2020-2021/2022 (N.º)	45
Figura 32. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da população adulta, em Grândola, em 2023	53
Figura 33. Utentes e capacidade máxima instalada em ERPI (N.º), em 2022	54
Figura 34. Utentes segundo o grupo etário em ERPI (%), em 2022	54
Figura 35. Número médio de refeições diárias servidas em SAD (N.º), em 2022	54
Figura 36. Utentes e capacidade máxima instalada em Centro de Dia (N.º), em 2022	54
Figura 37. Utentes em Centro de Convívio no triénio 2019 a 2021 (N.º)	54
Figura 38. Utentes e capacidade máxima instalada em Universidade Sénior (N.º), em 2022	54
Figura 39. Utentes segundo o grupo etário em Lar Residencial (%), em 2022	54
Figura 40. Utentes em CACI no triénio 2019 a 2021 (N.º)	54
Figura 41. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da família e comunidade, em Grândola, em 2023	67
Figura 42. Utentes em Centro Comunitário (N.º), em 2022	68
Figura 43. Estado de conservação das instalações em Centro Comunitário (N.º), em 2022	68
Figura 44. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da população imigrante em Grândola, em 2023	70
Figura 45. Indicadores de base definidos nas normas de programação e caracterização de equipamentos coletivos	82
Figura 46. Contributo da rede de equipamentos coletivos sociais para o sistema urbano policêntrico do concelho de Grândola	84

Índice de Quadros

Quadro 1. Programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos.....	22
Quadro 2. Marcos legais de referência no planeamento de equipamentos sociais.....	23
Quadro 3. Domínios de intervenção por natureza jurídica da entidade gestora (nº).....	37
Quadro 4. Análise SWOT	73
Quadro 5. Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista).....	76
Quadro 6. Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação).....	77
Quadro 7. Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação).....	78
Quadro 8. Objetivos da visão estratégica da Carta Social de Grândola	80
Quadro 9. Princípios da visão estratégica da Carta Social de Grândola.....	80
Quadro 10. Estruturação do programa de intervenção da Carta Social de Grândola	85
Quadro 11. Programa de Ação da Carta Social de Grândola	86

Índice de Anexos

Anexo 1. Entidades que integram o Núcleo Executivo, 2023.....	91
Anexo 2. Estruturas de parceria, 2023	91
Anexo 3. Entidades que integram o Conselho Local de Ação Social de Grândola (CLASG), 2023	91
Anexo 4. Designação das entidades gestoras dos equipamentos sociais	93
Anexo 5. Equipamentos por entidade gestora e natureza jurídica da entidade (N.º).....	93
Anexo 6. Entidades gestoras segundo o âmbito geográfico de atuação.....	93
Anexo 7. Entidades gestoras segundo o domínio de intervenção	94
Anexo 8. Investimentos programados a curto prazo (2 anos), segundo a freguesia onde estão localizados os equipamentos sociais das entidades gestoras/proprietárias.....	94
Anexo 9. Equipamentos segundo o domínio de intervenção	95
Anexo 10. Equipamentos por freguesia, segundo a natureza jurídica da entidade, em 2021 (N.º).....	95
Anexo 11. Equipamentos sociais, segundo o ano de entrada em funcionamento	95
Anexo 12. Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, tipo de construção e regime de ocupação.....	96
Anexo 13. Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento	96
Anexo 14. Condições de mobilidade e acesso ao edifício, pessoas com mobilidade condicionada.....	97
Anexo 15. Funcionalidades dos equipamentos.....	98
Anexo 16. Estado de conservação dos equipamentos	98
Anexo 17. Fontes de financiamento para a criação/aquisição das instalações	98
Anexo 18. Fontes de financiamento para funcionamento	98
Anexo 19. Recursos humanos afetos aos equipamentos	99
Anexo 20. Capacidade de resposta do serviço	100
Anexo 21. Caracterização dos recursos humanos afetos às creches	100
Anexo 22. Evolução do número de utentes	101
Anexo 23. Utentes, segundo grupo etário e sexo	101
Anexo 24. Fontes de financiamento específicas para a valência Creche	101
Anexo 25. Estado de conservação das instalações	101
Anexo 26. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	101
Anexo 27. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	101
Anexo 28. Capacidade de resposta do serviço	102
Anexo 29. Caracterização dos recursos humanos	102
Anexo 30. Evolução do número de utentes	102
Anexo 31. Utentes, segundo grupo etário e sexo	103
Anexo 32. Capacidade de resposta do serviço	103
Anexo 33. Caracterização dos recursos humanos	103
Anexo 34. Evolução do número de utentes*	103
Anexo 35. Utentes, segundo grupo etário e sexo*	104

Anexo 36. Caracterização dos recursos humanos	104
Anexo 37. Evolução do número de utentes	104
Anexo 38. Utentes, segundo grupo etário e sexo	104
Anexo 39. Capacidade de resposta do serviço	105
Anexo 40. Caracterização dos recursos humanos	105
Anexo 41. Evolução do número de utentes	105
Anexo 42. Utentes, segundo grupo etário e sexo	105
Anexo 43. Capacidade de resposta do serviço	107
Anexo 44. Caracterização dos recursos humanos	107
Anexo 45. Evolução do número de utentes	108
Anexo 46. Utentes, segundo grupo etário e sexo	108
Anexo 47. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	108
Anexo 48. Estado de conservação das instalações	108
Anexo 49. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	108
Anexo 50. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	109
Anexo 51. Áreas de investimento	109
Anexo 52. Capacidade de resposta do serviço	109
Anexo 53. Número médio de refeições diárias servidas	109
Anexo 54. Caracterização dos recursos humanos	109
Anexo 55. Evolução do número de utentes	110
Anexo 56. Utentes, segundo grupo etário e sexo	110
Anexo 57. Grupos-alvo apoiados.....	110
Anexo 58. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	111
Anexo 59. Estado de conservação das instalações	111
Anexo 60. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	111
Anexo 61. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	111
Anexo 62. Áreas de investimento	111
Anexo 63. Capacidade de resposta do serviço	112
Anexo 64. Número médio de refeições diárias servidas	112
Anexo 65. Caracterização dos recursos humanos	112
Anexo 66. Evolução do número de utentes	113
Anexo 67. Utentes, segundo grupo etário e sexo	113
Anexo 68. Grupos-alvo apoiados.....	113
Anexo 69. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	113
Anexo 70. Estado de conservação das instalações	114
Anexo 71. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	114
Anexo 72. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	114
Anexo 73. Áreas de investimento	114
Anexo 74. Capacidade de resposta do serviço	114
Anexo 75. Número médio de refeições diárias servidas*	115
Anexo 76. Caracterização dos recursos humanos	115
Anexo 77. Evolução do número de utentes	115
Anexo 78. Utentes, segundo grupo etário e sexo	115
Anexo 79. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	116
Anexo 80. Estado de conservação das instalações	116
Anexo 81. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	116
Anexo 82. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	116
Anexo 83. Áreas de investimento	116
Anexo 84. Capacidade de resposta do serviço	117
Anexo 85. Caracterização dos recursos humanos	117
Anexo 86. Capacidade de resposta do serviço	117
Anexo 87. Caracterização dos recursos humanos	117
Anexo 88. Evolução do número de utentes	118
Anexo 89. Utentes, segundo grupo etário e sexo	118
Anexo 90. Capacidade de resposta do serviço	118
Anexo 91. Caracterização dos recursos humanos	118
Anexo 92. Evolução do número de utentes	118
Anexo 93. Utentes, segundo grupo etário e sexo	119
Anexo 94. Evolução do número de famílias apoiadas.....	119
Anexo 95. Outros indicadores da atividade da entidade	119

Anexo 96. Capacidade de resposta do serviço	120
Anexo 97. Caracterização dos recursos humanos	120
Anexo 98. Evolução do número de utentes	120
Anexo 99. Utesntes, segundo grupo etário e sexo	120
Anexo 100. Capacidade de resposta do serviço	121
Anexo 101. Evolução do número de utentes	121
Anexo 102. Fontes de financiamento específicas para a valência	121
Anexo 103. Estado de conservação das instalações	121
Anexo 104. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?	122
Anexo 105. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)	122
Anexo 106. Áreas de investimento	122
Anexo 107. Capacidade de resposta do serviço	122
Anexo 108. Caracterização dos recursos humanos	123
Anexo 109. Evolução do número de utentes	123
Anexo 110. Utesntes, segundo grupo etário e sexo, em 2021	123
Anexo 111. Utesntes/atendimentos, por tipologia de atendimento, em 2021	123
Anexo 112. Proveniência dos utentes (% aproximada), em 2021	123
Anexo 113. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local	125
Anexo 114. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade	126
Anexo 115. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Central	128

Acrónimos/Sigas/Símbolos

%	Porcentagem
‰	Permilagem
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CC	Centro de Convívio
CD	Centro de Dia
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CIMAL	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
CLASG	Conselho Local de Ação Social de Grândola
CLDS	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CM	Câmara Municipal
CUC	Centros Urbanos Complementares
CUE	Centros Urbanos Estruturantes
CUR	Centros Urbanos Regionais
DGOTDU	Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção-Geral do Território
ERPI	Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
km ²	Quilómetro quadrado
MG	Município de Grândola
MTSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAIES	Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PcD	Pessoas com Deficiência
PDM	Plano Diretor Municipal
PIDDAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PROCOOP	Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência

RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RSI	Rendimento Social de Inserção
RUR	Estudos e Projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda.
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SCM	Santa Casa da Misericórdia
UE	União Europeia
UF	União de Freguesias
US	Universidade Sénior

0. Nota de apresentação

Este documento constitui o **Relatório Final Preliminar da Carta Social de Grândola**, realizado pela RUR – Estudos e projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda., para a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral – CIMAL.

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente um instrumento de qualificação e valorização do território e elemento de fomento da equidade no acesso a bens e serviços públicos, indispensáveis para a qualidade de vida das cidadãs e cidadãos.

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento indispensável na proteção e no desenvolvimento social das comunidades, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas para os mais diversos grupos sociais, com especial relevo para os mais vulneráveis, com um papel determinante no combate à pobreza, bem como na promoção da inclusão social e na conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

Neste contexto, a Carta de Equipamentos Sociais, enquanto ferramenta essencial de planeamento da RSES, apresenta-se como um instrumento central na definição da política social local e no planeamento territorial, permitindo oferecer um quadro de caracterização e análise da oferta e da procura e programar os investimentos a realizar em resultado das carências atuais e futuras que foram identificadas.

Em Portugal, as Cartas de Equipamentos Sociais/Cartas Sociais ganharam visibilidade nos últimos anos no âmbito do planeamento social e territorial a diferentes escalas – freguesia, concelho, região ou mesmo do país –, constituindo um instrumento técnico que está suportado em vários métodos e técnicas, em função dos objetivos pretendidos e dos indicadores e problemáticas com maior relevância em cada território.

A elaboração destes documentos no âmbito local ganhou uma recente importância acrescida, em resultado do processo de descentralização de competências do Estado Central para os Municípios e para as Comunidades Intermunicipais. Nestes termos, o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, relativo à transferência de competências no domínio da ação social para os Municípios, veio consolidar um maior envolvimento das entidades municipais e intermunicipais, na prossecução da política social, estabelecendo que *“cabe aos órgãos dos municípios a competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, para a emissão de parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, para a coordenação da execução dos programas dos contratos locais de desenvolvimento social, para o desenvolvimento de programas de promoção de conforto habitacional para pessoas idosas, para assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social, para a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, bem como para a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública”*.

Neste quadro, o mapeamento de necessidades locais e sub-regionais surge como uma oportunidade para planear e adequar a rede de infraestruturas sociais à procura existente e previsível nos próximos anos e, complementarmente, dar suporte e enquadramento informado a candidaturas a apresentar aos diversos instrumentos de financiamento.

O documento que agora se apresenta integra as diversas componentes fundamentais da Carta de Equipamentos e Respostas Sociais do Município, designadamente:

- enquadramento concetual, político e institucional;

- quadro de referência territorial;
- diagnóstico da provisão de equipamentos e respostas sociais;
- diagnóstico social prospetivo;
- cenários demográficos;
- estratégia e programa de ação.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de apoiar a tomada de decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de renegociação de apoios financeiros comunitários), de forma que se consolide uma rede eficaz de equipamentos e respostas de ação social, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes e garanta uma maior integração e inclusão social e territorial.

Para a sua elaboração, foi essencial o envolvimento ativo do Município de Grândola e das entidades do setor social que desenvolvem a sua atividade neste território, aos quais a Equipa muito agradece.

1. Metodologia

1.1. Fluxograma metodológico

A Carta Social de Grândola tem como objetivos principais: (i) a caracterização da oferta de equipamentos e respostas sociais, atual e prospetiva; (ii) a avaliação da adequação desta oferta à luz da realidade socioeconómica do município; (iii) a formulação de um programa de investimentos a realizar num curto e médio prazo com vista a superar as necessidades identificadas.

O processo de elaboração da Carta está por isso definido por três grandes momentos – caracterização, avaliação e intervenção –, estando estruturado em 7 fases sequenciais.

Figura 1. Fluxograma metodológico



Fonte: RUR (2023)

1.2. Auscultação de agentes

Para a elaboração deste documento, foram realizadas reuniões com o Município e implementado um processo de inquirição (Anexo A2, A3 e A4) às entidades gestoras dos diversos equipamentos e respostas sociais presentes no concelho. Além das opiniões e informações associadas a esse processo, a elaboração da Carta Social de Grândola fundamentou-se em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), ou disponibilizados na Carta Social, elaborada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

O lançamento do processo de inquirição ocorreu em janeiro de 2021, coincidindo com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19 (oficialmente declarada em 11 de março de 2020, e que em janeiro de 2021 persistia, inclusive com restrições à circulação). Este facto constituiu um impedimento à celeridade do processo, atendendo aos inúmeros constrangimentos sentidos pelas entidades do setor social durante este período.

O processo de inquirição foi antecedido do levantamento das entidades gestoras dos equipamentos sociais no concelho, com base na Carta Social do MTSSS, e em informação local, devidamente validada pelo município. A estas entidades foram enviados inquéritos para resposta online, de modo que caracterizasse a sua atividade. Cada entidade gestora preencheu um questionário respeitante a cada equipamento sob sua gestão, como um questionário de caracterização de cada uma das respostas sociais que presta.

2. Enquadramento concetual, político e institucional

2.1. Conceitos de referência

O **conceito de coesão social**, tem conhecido recentemente uma evolução significativa decorrente da emergência de novos desafios societais, a par com a persistência de desafios tradicionais na sociedade.

Os **desafios societais mais marcantes** integram os fenómenos do crescimento do desemprego, motivado pelas crises económicas e financeiras cíclicas que têm atingido as sociedades atuais, agravado mais recentemente pela pandemia da COVID-19, atingindo grupos tradicionalmente muito afetados pelo fenómeno do desemprego, como sendo a população adulta ativa em idade avançada e com fracas qualificações, mas também novos grupos de indivíduos – em particular a população jovem com qualificação superior – que se confrontam com crescentes dificuldades de inserção no mercado de emprego.

Mais recentemente, consolidou-se a problemática do envelhecimento populacional (que encerra em si implicações financeiras desconhecidas para o Estado), e emergiram novos desafios como a crescente heterogeneidade de pessoas em situação de dependência, com necessidade de apoio continuado, a emergência de patologias crónicas, que acarretam cuidados sociais e de saúde prolongados.

Destacam-se também as **múltiplas transformações** na família tradicional, marcadas pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, com repercussões nas formas tradicionais de apoio às crianças e pessoas idosas, na dificuldade de conciliação da vida profissional e familiar e no aprofundamento de novas desigualdades no mercado laboral.

Cumulativamente, ao longo do século XXI, tem-se assistido à **emergência de outros fenómenos de elevado impacto social**, que importa considerar, com especial destaque para:

- novas perceções sobre os mínimos de qualidade de vida humana, com especial enfoque nos grupos mais vulneráveis ou temáticas mais sensíveis (por exemplo, a pobreza infantil, a violência doméstica, o desemprego de longa duração ou as múltiplas formas de discriminação);
- mudanças tecnológicas potenciadoras de formas inovadoras de desenho e implementação de políticas públicas e de novos métodos de prestação de serviços (por exemplo, o governo eletrónico) e de relações laborais, mas também de novas formas de discriminação no acesso a serviços públicos;
- crescente poder da comunicação social, traduzido em novos níveis de escrutínio e validação de políticas públicas, impulsionando muitas vezes importantes mudanças sociais;
- perda de influência das fontes tradicionais de autoridade e controlo social (por exemplo, família tradicional);
- mudança de expectativas sobre a qualidade e adaptabilidade dos serviços públicos, potenciada pelos processos de globalização, que facilitaram o contacto com outras realidades sociais proporcionando, por essa via, novas possibilidades e termos de comparação;
- preocupação com as questões ambientais, com consequências no aumento da pressão sobre o Estado no sentido de demonstrar o impacto ambiental da legislação produzida, das políticas desenhadas e dos projetos implementados;

- declínio das capacidades operacionais do Estado, nomeadamente no que se prende com os seus recursos financeiros e humanos, possibilitando a emergência de novos agentes, com interesses e motivações distintos, assumindo o Estado cada vez mais funções de regulador;
- a própria volatilidade e incerteza dos contextos internacionais, leva a que os instrumentos tradicionais de gestão e controlo do Estado, dos quais são exemplo os normativos legais, apresentem dificuldades evidentes de ajuste a estas novas realidades globais, em que o tempo e o espaço são fortemente relativizados pelos novos meios de comunicação e transporte, pelos mercados únicos e pela abertura de fronteiras) e a crescente complexidade dos fenómenos sociais, a qual exige novas formas de conhecimento especializado, tornando o Estado mais dependente de fontes externas de informação.

Esta complexa *new ecology*, desconhecida e em constante mutação, questiona as políticas, programas e serviços públicos (e privados), na sua substância, mas também na sua geometria de implementação e monitorização, obrigando a um acompanhamento regular, mas também à introdução regular de ajustes e revisões. De igual modo, questiona, em particular, o conceito de coesão social e a forma como o mesmo é apropriado pelos diferentes *stakeholders* (públicos e privados, individuais e coletivos).

Muito embora possam ser considerados diversos conceitos de coesão social na literatura sobre o tema, é aqui adotada a **definição proposta pelo Conselho da Europa**, de acordo com o qual a coesão social traduz “a capacidade de uma sociedade para garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, segundo uma perspetiva de responsabilidade partilhada” (*Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide*, 2005). Esta resulta de um processo gradual de evolução e de adaptação aos novos desafios e prioridades emergentes, baseada no conhecimento e na plena consciencialização sobre os efeitos negativos decorrentes da inexistência de coesão social, assente numa valorização e respeito efetivo pelos Direitos Humanos, com responsabilidades partilhadas entre todos os *stakeholders*, independentemente da sua natureza jurídica e área de atuação.

Esta definição adota dois princípios nucleares e complementares, segundo uma abordagem ativa e dinâmica ao processo de coesão social: (i) direito igual de qualquer cidadão e cidadã aceder ao sistema mais vasto de liberdades, direitos e garantias que possibilite o pleno exercício da sua cidadania; (ii) redução das desigualdades socioeconómicas e o aprofundamento das oportunidades de vida para que todas as pessoas tenham acesso aos recursos disponíveis e considerados fundamentais para o seu bem-estar e qualidade de vida.

2.2. Contextualização da política social europeia e nacional

Atualmente, a **coesão social constitui-se como um domínio-chave no desenvolvimento humano e social** de cada país, desempenhando uma elevada transversalidade em diversas áreas da vida humana e social. A sua promoção depende da concertação de múltiplos fatores, no entanto, a oferta de equipamentos, serviços e respostas sociais desempenha uma importância nevrálgica para assegurar respostas a segmentos especialmente vulneráveis da população, essenciais para garantir a dignidade humana, o bem-estar social e contínuo processo de desenvolvimento.

Neste contexto, a oferta de equipamentos, serviços e respostas sociais tem vindo a assumir considerável importância na política internacional, europeia, nacional, regional e local.

À **escala internacional**, verifica-se por exemplo, na “Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável”, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas, em 2015, os serviços e as respostas sociais estão subjacentes a muitos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos, nomeadamente, objetivo 1 erradicar a

pobreza; objetivo 2 erradicar a fome; objetivo 3 saúde de qualidade; objetivo 4 educação de qualidade; objetivo 5 igualdade de gênero; objetivo 10 reduzir as desigualdades; entre outros.

Ao nível europeu, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais constitui-se atualmente como o quadro de referência para a promoção da coesão social na União Europeia (UE), ao promover e reforçar os direitos sociais das cidadãs e dos cidadãos europeus.

O pilar é composto por 20 princípios e direitos que abrangem três áreas principais: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas e proteção social e inclusão social. Esses princípios incluem, por exemplo, o direito a salários justos, à proteção social adequada, à igualdade de gênero, ao acesso a serviços de saúde e ao apoio à infância.

A relação entre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a coesão social é estreita. A coesão social refere-se à capacidade de uma sociedade manter a equidade, a inclusão e a solidariedade entre os seus membros. O pilar contribui para a coesão social ao garantir que os cidadãos e cidadãs europeus tenham acesso a direitos sociais básicos e igualdade de oportunidades. Isso promove uma sociedade mais justa, onde todas as podem participar plenamente na vida económica, social e cultural.

Além disso, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais também está relacionado com a oferta de equipamentos sociais. Estes equipamentos são infraestruturas e serviços que visam responder às necessidades sociais das populações, como creches, centros de emprego ou serviços de apoio à terceira idade. Ao promover a igualdade de acesso aos direitos sociais, o pilar reforça a importância de garantir a existência e a qualidade desses equipamentos sociais.

Através do pilar, a UE procura incentivar os Estados-Membros a investirem em políticas sociais e a cooperarem para melhorar a proteção e os direitos sociais das pessoas. O objetivo é garantir uma Europa mais justa e coesa, onde todas as pessoas possam beneficiar de um elevado padrão de vida e de oportunidades iguais.

À escala nacional, observa-se também um alinhamento das reformas e investimentos com a promoção de níveis superiores de dotação destes serviços e respostas sociais nos vários territórios e regiões, entendidos como cruciais em matéria de coesão social e desenvolvimento regional. Assim, estas reformas e investimentos têm procurado assegurar o devido equilíbrio entre a necessária racionalidade económica dos investimentos realizados com a fundamental equidade territorial da oferta.

Esta é uma evidência transversal aos principais e mais recentes instrumentos financeiros em curso como, por exemplo, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Na sua arquitetura, este instrumento estabelece três roteiros para o reforço da resiliência nacional, um dos quais o roteiro das vulnerabilidades sociais, no qual, a par do Serviço Nacional de Saúde e da Habitação, estão incluídos as respostas sociais e o Programa de Eliminação de Bolsas de Pobreza. Estas componentes são concretizadas por meio de um conjunto de 16 reformas, que enquadram os investimentos a realizar, entre as quais o RE-5 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, que visa a expansão da rede com o objetivo de aumentar a cobertura populacional e territorial das respostas em matéria de envelhecimento e infância (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e creches) e, em simultâneo, a respetiva adaptação estrutural com vista a uma maior resiliência a choques. Na componente C3 – Respostas Sociais do PRR, definem-se como prioritárias as seguintes concretizações:

- requalificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais visando, entre outros, a adaptação das estruturas ao atual contexto sanitário e de transição digital, aumentando a cobertura da população e do território;
- desenvolver soluções de proximidade e inovadoras para melhor responder às necessidades, promovendo-se a autonomia, prevenindo a dependência e retardando a institucionalização, garantindo ainda formas diferenciadas de prestação de cuidados no contexto sanitário atual;

- garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou incapacidade aos diversos domínios da vida em sociedade.

O PRR assume assim como prioritária a implementação de uma nova geração de equipamentos e respostas sociais norteadas especialmente para alguns grupos vulneráveis com expressão quantitativa mais relevante ou que carecem de atenção particular, nomeadamente, as crianças e jovens, as pessoas idosas, bem como para a promoção de combate à pobreza e exclusão social.

Num quadro de promoção da coesão social, decorrente do processo de integração europeia, assistiu-se em Portugal, nas últimas décadas, a um crescimento considerável da oferta de equipamentos sociais, respostas e serviços sociais. Observou-se, assim, uma consciencialização do poder político, com efeitos ao nível da Administração Central e Local, mas também da sociedade, em geral, para a importância que estas estruturas físicas assumem na promoção da oferta de serviços e de respostas sociais, essenciais na promoção do bem-estar e qualidade de vida, bem como de contextos mais integradores e inclusivos. Procurou-se assim intervir em áreas tradicionais centradas na promoção de uma maior equidade, mas também em novos domínios que espelham dinâmicas sociais, económicas, culturais e epidemiológicas emergentes. Consequentemente, o esforço de investimento público nesta área tem sido considerável, possibilitando, simultaneamente uma acentuada ampliação da rede e uma renovação das estruturas físicas existentes, o que em muito contribuiu para a qualificação material da oferta.

As crises económica, financeira e social cíclicas experienciadas ao longo da última década, reafirmaram a centralidade das redes de equipamentos, serviços e respostas sociais na provisão de respostas aos segmentos mais vulneráveis da população, dos mais tradicionais, como as crianças e pessoas idosas, aos novos grupos vulneráveis, como as pessoas desempregadas, as comunidades imigrantes e pessoas afetadas por quadros de doença e incapacidade inesperada motivados por recentes patologias.

Este quadro social e económico de referência impulsionou, nos últimos anos, as cartas de equipamentos e respostas sociais como importantes instrumentos de planeamento. Ao mesmo tempo que concorrem para a promoção de melhores e mais equitativas redes a múltiplas escalas, capazes de aumentar a resiliência de pessoas, famílias e comunidades para fazer face aos novos desafios e transformações emergentes, estas cartas contribuem ainda para promover um melhor ordenamento e gestão do território. Com efeito, a sua integração e articulação com os demais instrumentos de gestão territorial é fulcral.

O esforço nacional realizado nesta matéria, no decurso dos últimos anos, materializa-se numa vasta diversidade de programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos, serviços e respostas sociais, assim como de programas de apoio ao desenvolvimento social. Estes programas nacionais de apoio ao investimento em equipamentos sociais e de desenvolvimento social constituem marcos nevrálgicos da política social promovida no país, sobretudo, no decorrer dos últimos 20 anos, ainda que outros pudessem igualmente aqui ser mencionados.

Quadro 1. Programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos

Instrumento	Descrição
Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)	Criado pela Portaria n.º 426/2006, tem por finalidade apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais no território continental. Constituiu-se como um programa de investimento muito abrangente e ambicioso, quer em termos territoriais, quer sociais, que explicam que o Programa tenha já conhecido várias gerações (PARES 2.0 e PARES 3.0, esta última criada por via da publicação da Portaria n.º 201-A/2020, de 19 de agosto).
Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)	No quadro dos objetivos e ações do setor da Segurança Social, com especial relevância para os investimentos em equipamentos sociais, o PIDDAC tem como objetivos assegurar às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou entidades equiparadas, apoios financeiros no âmbito dos investimentos, designadamente na criação, ampliação ou remodelação de equipamentos sociais, possibilitando assim melhorar o acesso a esta oferta, bem como promover níveis superiores de qualificação da mesma.

Instrumento	Descrição
Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES)	Criado pela Portaria n.º 869/2006 de 29 de agosto, visa estimular o investimento em equipamentos sociais, apoiando as entidades privadas, nomeadamente a iniciativa privada lucrativa.
Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)	Criado pela Portaria n.º 100/2017, de 7 de março, o PROCOOP que assenta na abertura de procedimentos concursais com vista à seleção de respostas sociais, regula as regras para o alargamento da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P., e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas, através de novos acordos de cooperação ou do alargamento dos acordos vigentes.
Redes Locais de Intervenção Social (RLIS)	Criada pelo Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro, a RLIS é um modelo de organização, de uma intervenção articulada e integrada, de entidades públicas ou privadas com responsabilidade no desenvolvimento da ação social e na promoção de uma cultura de inovação social, com um âmbito de atuação que abrange todo o território nacional.
Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	Criados pela Portaria n.º 396/2007 de 2 de abril (com alterações introduzidas pela Portaria n.º 285/2008, de 10 de abril), visa promover a inclusão social multisectorial e integrada de pessoas, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. A importância dos CLDS tem-se repercutido na criação de diversas gerações dos mesmos, sendo a mais recente CLDS-4G.
Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais	Criado em 2003, este Programa visa promover a qualidade das respostas sociais de âmbito público, privado e solidário, garantindo a satisfação das suas necessidades e expectativas.
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)	Criada em 2006, resultante de uma parceria entre os Ministérios do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS), visam a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou na necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

2.3. Planeamento de equipamentos sociais e a transferência de competências

Mais recentemente, tem-se dinamizado o processo de transferência de competências da Administração Central, para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da ação social, ainda que extensível a outras áreas. Visando o reforço da autonomia e das competências do poder local, este processo assenta no reconhecimento do papel das Autarquias enquanto estruturas fundamentais para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade e, portanto, de uma importância central na promoção de um melhor acesso e atendimento da população aos diversos cuidados sociais.

No âmbito deste processo, destacam-se primordialmente os seguintes **marcos legais** sistematizados no quadro seguinte.

Quadro 2. Marcos legais de referência no planeamento de equipamentos sociais

Diploma Legal	Descrição Síntese
Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto	Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelece a transferência de competências para estas entidades, com identificação precisa das competências a atribuir aos órgãos municipais no seu artigo 12.º.
Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto	Concretiza mais uma etapa do processo de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Na sua Secção II relativa aos instrumentos estratégicos e de planeamento, estabelece um conjunto de orientações para instrumentos como a Carta Social Municipal e a Carta Social Intermunicipal. No seu Artigo 4.º estabelece para a Carta Social, entre outros aspetos, que é o instrumento estratégico de planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais, incluindo o mapeamento das respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, que prevê a rede de respostas sociais adequada às necessidades e apoia a decisão, devendo estar articulada com as prioridades definidas a nível nacional e regional e que compete à câmara municipal elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social municipal. No seu Artigo 5.º relativo à Carta Social Supramunicipal estabelece, entre outros aspetos a considerar, que é o instrumento estratégico para identificação de prioridades de respostas sociais a nível intermunicipal, que compete ao conselho intermunicipal ou ao conselho metropolitano das entidades intermunicipais elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social supramunicipal e compete à assembleia intermunicipal aprovar a carta social supramunicipal e as respetivas revisões. Importa ainda referir que no seu Artigo 6.º define que a caracterização dos conteúdos, assim como as regras de atualização e de divulgação das cartas sociais municipais e supramunicipais, são reguladas por portaria

Diploma Legal	Descrição Síntese
	dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da segurança social e, por último, importa destacar o seu Artigo 7.º define que, primeiro, compete à câmara municipal emitir parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais financiados através de programas de investimento com apoios públicos, após aprovação da carta social municipal pela assembleia municipal.
Portaria n.º 66/2021, de 17 de março	<p>Relativa à Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entende que a "A Carta Social surgiu como resposta à necessidade de reforçar os mecanismos de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, pretendendo-se que constituam um instrumento de carácter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território", visando assim este instrumento de planeamento a promoção de territórios coesos socialmente, bem como "uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, de forma a responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes, bem como a tentar antecipar aquelas que a um ritmo acelerado vão surgindo, em resultado das transformações sociais, na nossa sociedade".</p> <p>Com a presente portaria criam-se assim as Cartas Sociais Municipais (CSM) e as Cartas Sociais Supramunicipais (CSS), regulando os respetivos conteúdos, as regras de atualização, divulgação, bem como os procedimentos de revisão. No seu Artigo 3.º estabelece o conceito de Carta Social Municipal, no seu Artigo 4.º são definidas as finalidades deste instrumento de planeamento, no Artigo 5.º são definidos os conteúdos da Carta Social. No Artigo 9.º estabelece que a carta social municipal tem uma vigência de 4 anos sendo revista, obrigatoriamente, findo esse período. Este enquadramento legal vem assim reafirmar a necessidade de manter a carta social municipal atualizada, em estreita consonância com o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social municipal, considerando as principais dinâmicas observadas no concelho (em especial, as principais alterações na oferta e na procura de equipamentos, respostas e serviços sociais). A sua monitorização regular constitui uma condicionante central da pertinência e adequabilidade deste instrumento para os órgãos de decisão política e para o pessoal técnico do município, assim como para a promoção efetiva da coesão social e territorial.</p>

2.4. Quadro institucional de planeamento social e local

O município de Grândola fez parte do projeto piloto do Programa Rede Social, em 2000. Em 2023, o CLASG é constituído por 41 entidades parceiras e 4 estruturas de parceria (PAIP -Projeto Articulado de Intervenção Precoce; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Grândola; Programa 'Viver Solidário'; Núcleo Local de Inserção). O seu Núcleo Executivo é constituído por 7 elementos (conforme listagem em Anexo). Por opção do CLAS não foram criadas Comissões Sociais de Freguesia no município.

No Alentejo Litoral, existe a **Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral** e cuja abrangência territorial se estende para lá do município de Grândola, aos restantes municípios da NUTS III Alentejo Litoral (Alcácer do Sal, Odemira, Santiago do Cacém e Sines).

Esta Plataforma integra representantes e dirigentes de importantes agentes locais em matéria de ação social, nomeadamente, representantes dos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social das áreas territoriais respetivas; representantes dos Governadores Cívicos respetivos; dirigentes das entidades e serviços relevantes da Administração Pública das áreas territoriais respetivas; presidentes dos CLAS respetivos; assim como representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais e Associações Empresariais e Sindicais com expressão nacional e com delegações nos territórios respetivos.

De acordo com o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho, Número 3 do Artigo 32º, a Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral agrega um conjunto de cinco competências sintetizadas na figura seguinte.

Figura 2. Competências da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral



Fonte: Segurança Social (2023)

A elaboração da **Carta Social do Município de Grândola** agora em curso constitui-se crucial por quatro razões centrais, apresentadas na figura seguinte.

- o processo de recenseamento das entidades, equipamentos, serviços e respostas sociais que é desenvolvido, exercício basilar da Carta Social e que constituiu um procedimento complexo, nos domínios conceituais e operacionais, permite realizar um retrato exato e atualizado da oferta social existente no território concelhio, com identificação das principais potencialidades e constrangimentos;
- o processo de caracterização económica, social e territorial concelhia e sua inserção e principais dinâmicas regionais e nacionais, tendo por base informação oficial tão recente quanto possível, permite melhor identificar padrões e tendências de procura de equipamentos e respostas sociais no curto e médio prazo;

- a realização de novas projeções demográficas possibilitará perspetivar a procura previsível para os anos de 2025 e de 2031;
- o exercício de programação da oferta social, considerando as três premissas anteriores (oferta existente, dinâmicas económicas, sociais e territoriais em curso e projeções demográficas) possibilitará assegurar uma contínua adequação do esforço de investimento, público, privado e social, às necessidades, assim como assegurar a necessária sustentabilidade dos equipamentos sociais, que por Lei deverá ser revista ao fim de 4 anos (2026), mas que será desenhada para garantir a sua adequação até ao final da década, sendo um instrumento de planeamento de suporte aos investimentos até 2030.

Este processo procura ainda responder a cinco grandes desafios:

- promover um processo de governação ativa, assente na mobilização de agentes-chave ao longo de todo o processo de Revisão da Carta Social;
- compatibilizar a oferta social com o quadro normativo em vigor, que garanta uma efetiva integração das diferentes políticas públicas;
- orientar o desenvolvimento de equipamentos e respostas sociais, num quadro de valorização dos recursos existentes, em estreita articulação com o modelo de ordenamento concelhio e sub-regional;
- promover um processo de monitorização e de avaliação que garanta o devido acompanhamento da Carta Social, com mecanismos devidamente estabelecidos que permitam aceder regularmente a informação crítica, essencial para garantir a flexibilidade deste instrumento de planeamento;
- criar um instrumento de referência concelhio que possibilite uma tomada de decisões informada e adequada, com vista à promoção de melhores condições de vida para a sua população, num horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos (aproximadamente 2030).

3. Quadro de referência territorial

3.1. Dinâmicas demográficas e sociais

Figura 3. Evolução da população residente (N.º), em Grândola, entre 1960 e 2021 (INE & Pordata)

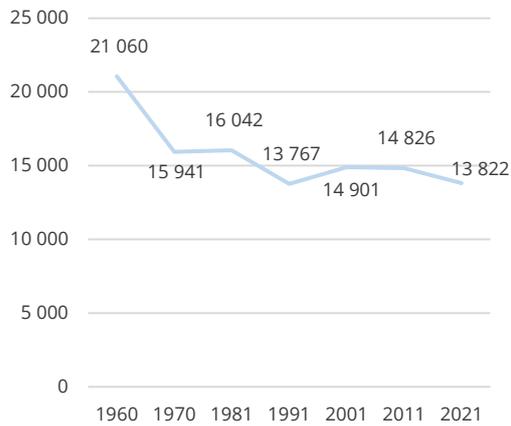


Figura 4. Evolução da população residente (N.º), nas freguesias de Grândola, em 2011 e 2021 (INE)

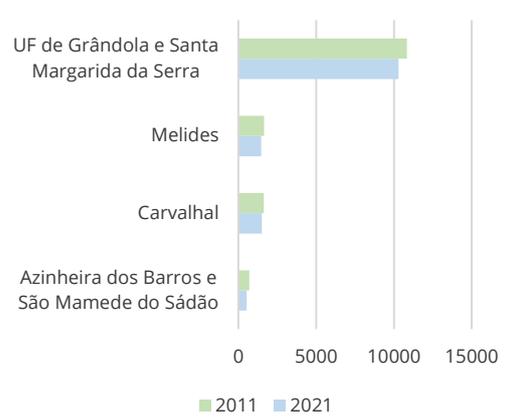


Figura 5. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (%), em Grândola, entre 2011 e 2022 (INE)

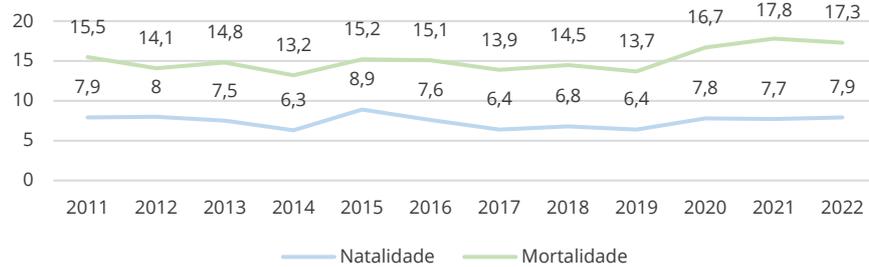


Figura 6. Pirâmide etária, de Grândola, em 2011 e 2021 (INE)

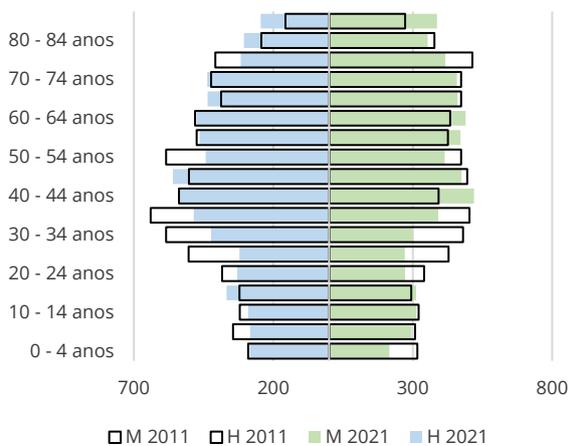
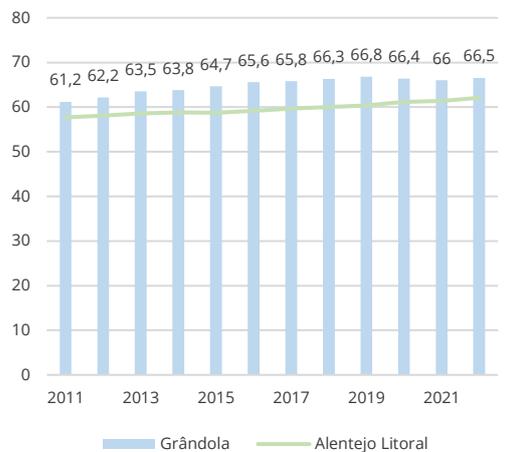


Figura 7. Índice de dependência total (N.º), em Grândola, entre 2011 e 2022 (INE)



Em 2021, residiam no concelho de Grândola 13 822 pessoas. De um modo geral, **o Município tem vindo a perder população**, tendo-se registado decréscimo populacional de 34,4 %, entre 1960 e 2021, não só em resultado da quebra da natalidade, mas também devido aos fluxos migratórios negativos, com impactes no envelhecimento populacional.

Ao longo da última década, as taxas de natalidade e mortalidade espelharam as tendências demográficas estruturantes. A taxa bruta de natalidade manteve-se relativamente estável, sendo que **no ano de 2022 nasceram cerca de 7,9 crianças por cada 1000 habitantes** (valores abaixo da média nacional, 8 ‰). Por sua vez, a taxa bruta de mortalidade apresentou oscilações mais vincadas, situando-se nesse ano, nas **17,3 mortes por cada 1000 habitantes** (valor substancialmente acima da média nacional, 11,9 ‰).

A baixa natalidade tem vindo a reforçar a tendência de envelhecimento do concelho. Em 2021, **cerca de 28 % da população residente possuía 65 ou mais anos**. Esta situação é mais gravosa nas freguesias com menor efetivo populacional, como é o caso de Melides, cuja população com 65 ou mais anos representava, nesse ano, cerca de 37 %. No sentido oposto, **o peso da população jovem (com menos de 15 anos) tem vindo a diminuir, representando apenas cerca de 12 % à data do último período censitário**.

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à população jovem, assiste-se a um **progressivo incremento do índice de envelhecimento que, no caso de Grândola**, passou de 194,4 pessoas idosas por cada 100 jovens em 2011, para as **220,3 pessoas idosas por cada 100 jovens** em 2022 (muito acima da média nacional, 185,6).

A Pirâmide Etária do concelho descreve um fenómeno de duplo envelhecimento (redução do número de jovens e aumento do número de pessoas idosas). Este fenómeno advém das múltiplas dinâmicas já identificadas (redução da natalidade e êxodo da população em idade ativa), mas também revela o aumento positivo da esperança média de vida.

Naturalmente, **uma pirâmide etária mais envelhecida comporta desafios socioeconómicos**. Atendendo ao índice de dependência total, tem-se verificado a um aumento gradual ao longo da última década atingindo um dos valores mais altos, no ano de 2022. Assim, **para cada 100 indivíduos em idade ativa, existem 66,5 com algum grau de dependência**, quer sejam jovens (20,8) ou pessoas idosas (45,7). Estes valores situam-se acima da média nacional, que nesse ano era de 58,4 indivíduos com algum grau de dependência por cada 100 indivíduos em idade ativa.

A distribuição da população no território concelhio evidencia assimetrias. No ano de 2021, a UF de Grândola e Santa Margarida da Serra constituía a freguesia mais populosa do concelho, com 10 303 residentes, seguida da freguesia de Carvalhal com 1518, Melides com 1459 e por último, Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão com 543 habitantes. Ao longo do último decénio, todas as freguesias registaram uma perda populacional, culminando numa variação de -6,8 % na globalidade do concelho de Grândola. A densidade populacional, em 2021, permite verificar **algum grau de dispersão quanto à ocupação territorial do concelho**. A UF de Grândola e Santa Margarida da Serra detém mais de 74 % do efetivo populacional concelhio e registou uma densidade populacional de 24,8 habitantes por km² (a mais elevada do concelho). Comparando com outros âmbitos territoriais, nomeadamente o Alentejo (18,2 h/Km²) e de Portugal (112,2 h/Km²), **a grande dimensão territorial e o reduzido efetivo populacional estão na génese desta baixa densidade**.

Caixa 1. Síntese dinâmicas demográficas e sociais

- Decréscimo populacional ao longo das últimas décadas.
- Distribuição populacional assimétrica, com uma elevada concentração na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra.
- Concentração da população nos lugares de 2000 ou mais habitantes em detrimento dos lugares de menor dimensão.
- Taxa de mortalidade acima da taxa de natalidade.
- Grande peso da população idosa no efetivo populacional concelhio.
- Pirâmide etária em envelhecimento (diminuição da população jovem e aumento da população idosa).

3.2. Rede territorial e urbana

Figura 8. Localização das principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias no concelho (Elaboração Própria), em 2023

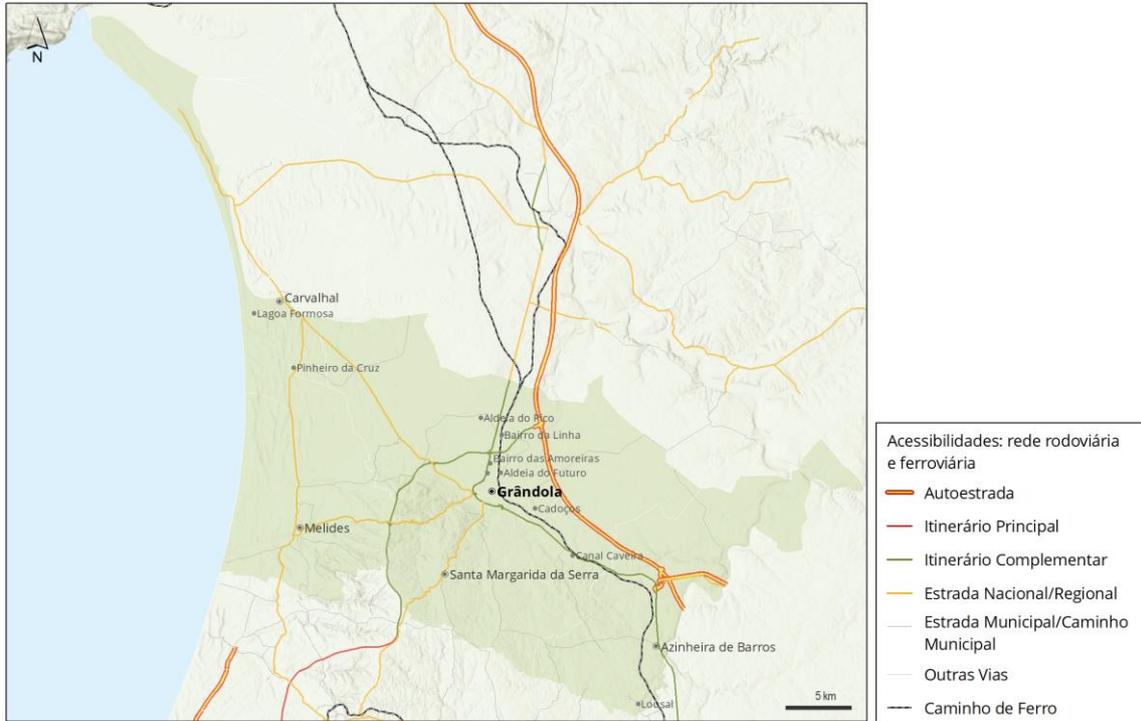
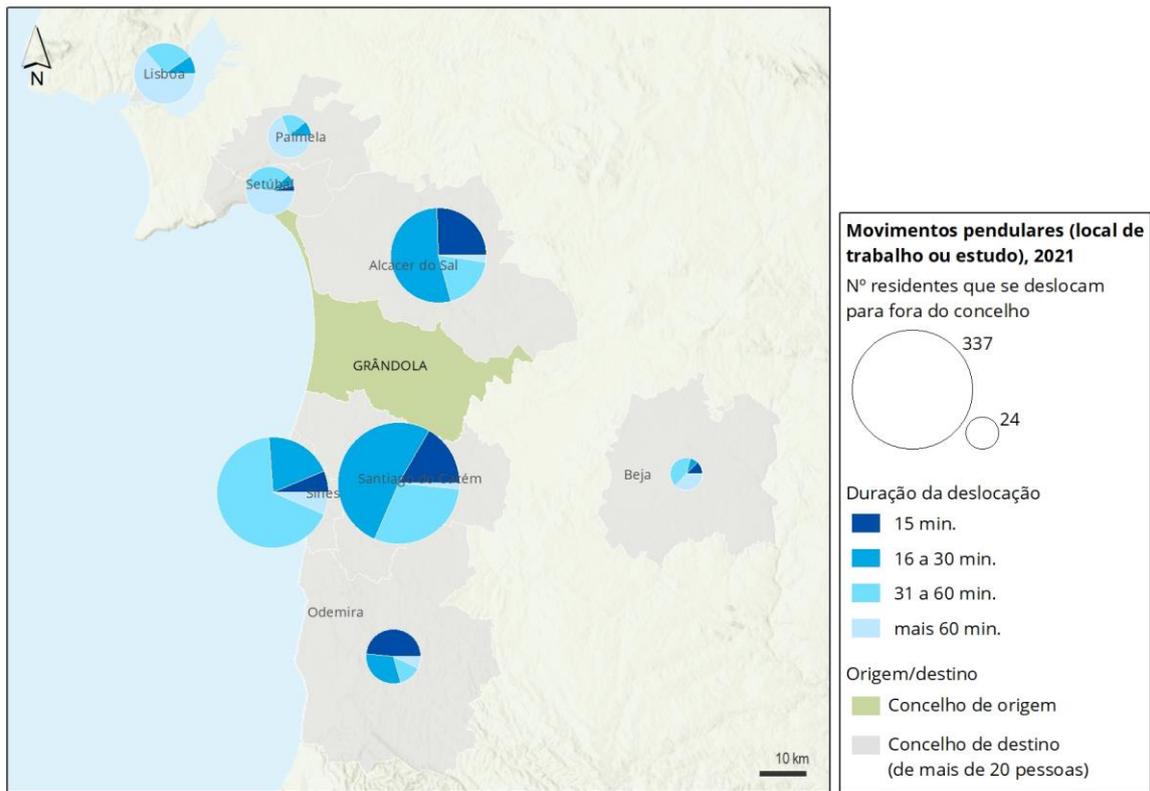


Figura 9. Movimentos pendulares, destino e duração das deslocações, em 2021 (INE)



O concelho de Grândola constitui, a par de Alcácer do Sal, um **território de transição entre a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o Alentejo Litoral**. O concelho faz fronteira a Norte com Setúbal e Alcácer do Sal, a Este com Ferreira do Alentejo, a Sul com Santiago do Cacém e a Oeste com o oceano Atlântico, que se estende por toda a sua faixa ocidental. Quanto à sua organização interna, é constituído por quatro freguesias, Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão, Carvalhal, Melides e União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra.

O subsistema territorial do Alentejo Litoral, é estruturado por **dois eixos rodoviários de importância regional classificados como vitais para a afirmação do Litoral Alentejano** como polo nacional de desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, o **eixo longitudinal costeiro que liga Alcácer do Sal-Santiago do Cacém-Sines-Odemira**, estabelecendo, como já referido anteriormente, a interligação com a AML e com o Algarve (materializado sobretudo pelas ER 253 e 261 e pelo IC4). Em segundo, o **eixo transversal de ligação de Odemira ao nó IP1/IP2 em Ourique**.

Segundo o PROT, **a consolidação de um sistema urbano regional policêntrico assenta numa estrutura urbana organizada em torno de uma tipologia de centros urbanos**: Centros Urbanos Regionais (CUR); Centros Urbanos Estruturantes (CUE); e Centros Urbanos Complementares (CUC). Os CUE desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas. Neste sentido, Grândola e os restantes CUE devem assumir esta função regional e para o alcançar devem:

- afirmar-se enquanto nós estruturantes do sistema urbano regional;
- desenvolver redes de forte articulação com os CUR e os CUC, consolidando subsistemas urbanos;
- desempenhar funções de articulação supramunicipal e construir e dinamizar redes urbanas potenciadoras de coesão e competitividade territorial;
- cooperar na promoção conjunta de um espaço socioeconómico territorialmente articulado e que ofereça uma coesão produtiva e ou sociocultural;
- afirmar redes multifuncionais e redes temáticas, eventualmente em complementaridade com os centros urbanos regionais, em que a proximidade ou a contiguidade urbana não são requisitos necessários;
- fomentar o inter-relacionamento institucional, com a participação dos diferentes agentes sociais e económicos, públicos e privados.

Com base na rede de infraestruturas de comunicação existentes, em matéria de acessibilidades, a **presença e a proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, a A2** que acaba por atravessar o centro do município com uma orientação Norte-Sul, **e o IC1**, com características semelhantes, que oferece uma ligação alternativa entre a AML e a sub-região do Alentejo Litoral. A nível sub-regional, destaca-se a ER253, ER2, EN5, a EN120 e a EN383, responsáveis pela distribuição do tráfego pelas 4 freguesias que integram o concelho, estabelecendo as ligações com a rede viária local.

No que diz respeito às acessibilidades, a conectividade ferroviária é definida pela presença da linha do Sul, que passa muito perto do núcleo urbano de Grândola.

As transformações económicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos anos em Portugal introduziram, também, modificações relevantes na forma como as populações se distribuem pelo território. As linhas gerais do povoamento apontam para a **concentração da população nos aglomerados, quer de menor, quer de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica**.

No concelho de Grândola, ao longo da última década, a população manteve a tendência de concentração nos lugares com menos de 2000 habitantes e com 2000 ou mais habitantes, em detrimento da ocupação isolada. Assim,

em 2021, cerca de 48 % da população residia em lugares com 2000 ou mais habitantes e 44 % residia em lugares com menos de 2000 habitantes.

Tal como consta do PDM, o sistema urbano de Grândola é constituído por três níveis de aglomerados urbanos e um quarto nível que integra as áreas classificadas como rurais. **A hierarquia dos aglomerados foi definida em função de critérios estatísticos, administrativos, de relevância económica e funcional, de consolidação urbanística, de concentração das edificações, de dotação de equipamentos, bem como de acessibilidade e de mobilidade.**

A Hierarquia urbana apresenta a seguinte organização:

- nível I: Grândola;
- nível II: Carvalhal; Melides; Azinheira dos Barros; Lousal;
- nível III: Carrasqueira; Santa Margarida da Serra; Aldeia do Futuro; Canal Caveira; Aldeia da Justa; Muda;
- aglomerados rurais: Tirana; Isaías; Bairro da Linha; Paragem Nova; Aldeia do Pico; Bairro dos Cadoços; Bairro Novo dos Cadoços; Água Derramada; Silha do Pascoal; Vale Figueira; Vale Gamito.

A separação entre o local de trabalho e a residência é uma das características mais relevantes da sociedade contemporânea. O incremento das deslocações casa-trabalho ganha cada vez mais relevância no território concelhio e regional, contribuindo, por um lado, para a redefinição das necessidades a satisfazer pelos sistemas de transporte e, por outro, para a identificação das relações de complementaridade que a procura de mão-de-obra impõe, enquanto fator produtivo territorialmente localizado.

Segundo os censos de 2021, das 6978 pessoas residentes em Grândola que trabalham ou estudam, **1237 destas desempenham as suas atividades fora do concelho (17,7 %)**. A procura incide com particular destaque nos concelhos de Santiago do Cacém (337), Sines (281) e Alcácer do Sal (207). **Estes dados revelam um incremento da população que estuda ou trabalha fora do concelho em termos relativos e absolutos, em comparação com dados de 2011.** É importante reter que os valores de 2011 podiam estar condicionados pelos impactes da crise económica.

Caixa 2. Síntese rede territorial e urbana

- Grândola constitui o território de transição entre a AML e o Alentejo Litoral.
- Grândola integra um dos eixos rodoviários de importância regional para a afirmação do Litoral Alentejano.
- Proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, a A2 e o IC1, que com características semelhantes, oferecem uma ligação entre a AML e a sub-região do Alentejo Litoral.
- Concentração da população nos aglomerados urbanos, em desfavor da ocupação dispersa.
- A hierarquia dos aglomerados de Grândola foi definida em função de critérios estatísticos, administrativos, de relevância económica e funcional, de consolidação urbanística, de concentração das edificações, de dotação de equipamentos, bem como de acessibilidade e de mobilidade.
- Existe uma significativa pendularidade da população ativa no concelho (1237 residentes trabalham ou estudam em outros concelhos e 1278 residentes de outros concelhos deslocam-se a Grândola para trabalhar ou estudar).

3.3. Inclusão e desenvolvimento social

Figura 10. Nível de ensino da população residente (%), em Grândola, em 2011 e 2021 (INE)

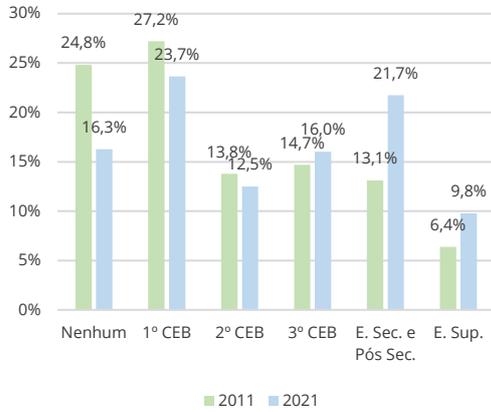


Figura 11. Taxa de desemprego, em Grândola (%), em 2011 e 2021 (INE)

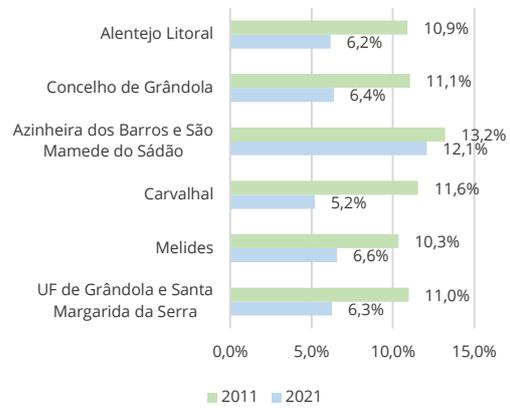


Figura 12. Evolução da população estrangeira (N.º), em Grândola, entre 2011 e 2021 (INE)

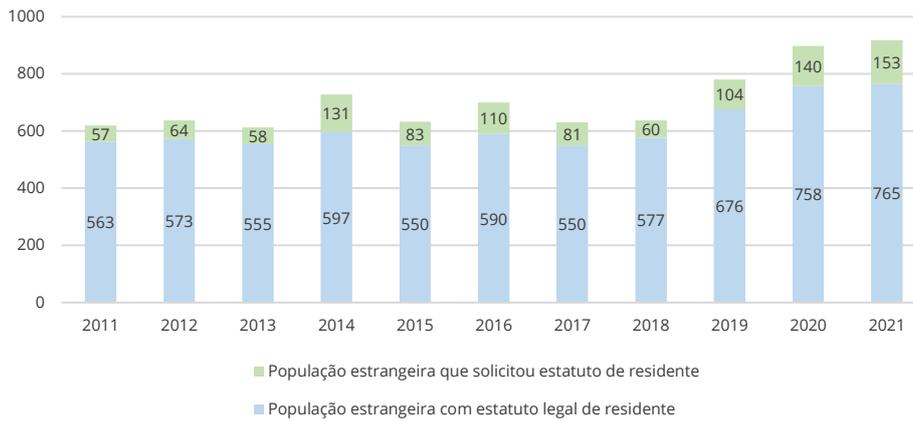


Figura 13. Evolução das pensões da segurança social (€/N.º), em Grândola, entre 2011 e 2021 (INE)

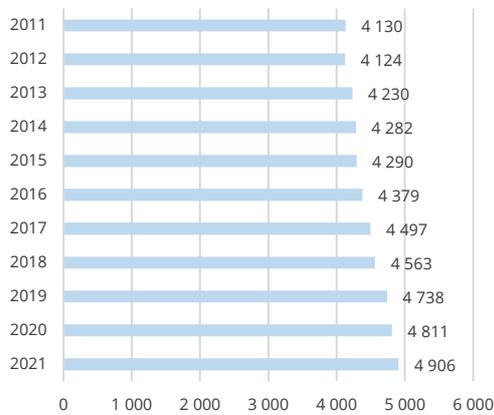
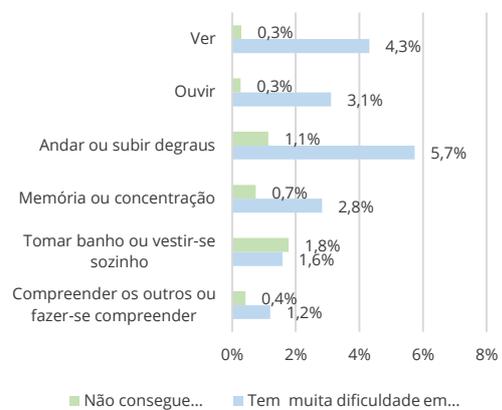


Figura 14. População residente com dificuldades (%), em Grândola, em 2021 (INE)



Os **níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos constituem uma das dimensões mais relevantes para o desenvolvimento social**, contribuindo **para uma maior coesão e competitividade da base económica**. Ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio, Portugal tem vindo a registar progressos assinaláveis.

Grândola revelou uma melhoria dos níveis de ensino ao longo do último decénio. A taxa de analfabetismo do concelho caiu para os 16,3 %, mas permanece acima da média nacional (13,7 %). Não obstante, ainda **existe uma grande dimensão da população com baixos níveis de ensino** (40 % possui apenas o 1.º CEB, ou é analfabeta). Estes valores constituem uma consequência dos indicadores demográficos já evidenciados, uma vez que a população idosa apresenta níveis de escolaridade mais baixos. Por outro lado, **a população com ensino secundário ou superior registou um aumento expressivo**. Em 2021, 21,7 % das/os munícipes possuíam ensino secundário e 9,8 % ensino superior.

Atendendo à taxa de desemprego, em 2021, **Grândola apresentou uma de taxa de desemprego inferior à observada a nível nacional** (8,1 %). É relevante sublinhar a evolução em relação a 2011, ano com valores agravados pelo impacto da crise económica que afetou o país entre 2008 e 2013. Por sua vez, a taxa de atividade em 2021 era de 43,8 %, evidenciando um **aumento da importância da população ativa comparativamente à população total residente**.

Com base na média de pessoas desempregados inscritas no centro de emprego, em 2021 atingiu-se o valor mais baixo do último decénio, com uma média anual de 281,1 inscrições. O universo de pessoas inscritas no centro de emprego revelava um **maior peso da população feminina** (cerca de 56 %), um **peso significativo de população que se encontrava à procura de novo emprego** (≈95 %) e **uma prevalência das inscrições inferiores a 1 ano** (≈54 %).

As dificuldades de integração profissional, social, ou no sistema de ensino tornam a população imigrante um grupo particularmente desprotegido. Em 2021, a percentagem de população estrangeira aumentou na generalidade do país, atingindo os 5,7 % em Grândola, valor particularmente reduzido, comparando com a média do Alentejo Litoral (12,1 %). Desde 2017, ano em que se registou o menor número pessoas estrangeiras com estatuto de residente da última década (550), tem-se assistido a um aumento deste indicador. **Em 2021, residiam em Grândola 918 indivíduos de origem estrangeira**.

As pessoas pensionistas da segurança social constituem o principal grupo-alvo de apoios sociais, mas há outras que, embora em menor número, necessitam de apoio financeiro para assegurar condições básicas de vida. **Em 2021, residiam em Grândola 5070 pensionistas da segurança social**, o que equivale a 15,7 % do total do Alentejo Litoral e a 36,7 % da população residente. **Ao longo da última década, o número de pensionistas da segurança social diminuiu em todas as tipologias** (invalidez, velhice, sobrevivência), **a par das dinâmicas demográficas concelhias**. Não obstante, **o montante de pensões pagas pela Segurança Social em Grândola aumentou nos últimos anos** (de cerca de 24.3 milhões de Euros em 2018 para os 24,9 milhões em 2021). Este aumento, contrário ao da evolução de pensionistas, advém das atualizações ao valor das pensões.

No que respeita às prestações familiares, **o número de pessoas beneficiária descendentes do abono de família tem vindo a aumentar**. Em 2021, 1598 crianças e jovens beneficiavam destes apoios, com um valor total atribuído de 993 milhares de euros.

Muito dependente da evolução socioeconómica, **parte da população ativa sofre de problemas sociais de pobreza e exclusão social**. O trabalho precário e pouco qualificado, os baixos salários, o desemprego, associados a menores níveis de instrução e a determinadas tipologias de famílias de maior dimensão, tornam esta população dependente de ajudas e apoios sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou o subsídio de desemprego.

Em 2021, o ganho médio mensal da população ao serviço em Grândola era de 1143,82 €, montante aquém dos valores médios nacionais (1289,50€) e sub-regionais (1232,34€). Não obstante, as trabalhadores e os trabalhadores não qualificados auferiam, em média, 870,63 € por mês, valor abaixo da média nacional.

Foi neste contexto que a criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) em 1996, e do Rendimento Social de Inserção (RSI), que o substituiu em 2003, visou o combate à pobreza e à exclusão social, apoiando assim a população mais desprotegida. **O número de pessoas beneficiárias do RSI em Grândola diminuiu na última década, registando, no ano de 2021, 269 beneficiárias/os (514 no ano de 2011). As principais pessoas beneficiárias deste apoio social possuíam menos de 25 anos (≈41 %), seguidas da população com 55 ou mais anos (≈24 %).**

Noutra vertente, a **população com deficiência é um grupo igualmente vulnerável que deve ser objeto de medidas específicas pela política social local**, cuja condição está muitas vezes associada a outras problemáticas como doença, dificuldades de integração profissional, desemprego, acessibilidade, entre outras, que influenciam negativamente a coesão social dos territórios.

Com base nos resultados dos censos 2021, **aproximadamente 5 % da população de Grândola não via ou tinha muitas dificuldades em fazê-lo, e mais de 3 % apresentava severas dificuldades de audição.** Atividades motoras, como **andar, ou subir degraus atingiam a maior fatia das pessoas residentes, na medida em que quase 7 % da população apresentava graves constrangimentos.** Existem ainda outros problemas que condicionam o bem-estar das/os munícipes de Grândola, nomeadamente problemas de memória ou concentração (3,6 %), dificuldades em tomar banho ou vestir-se sozinho de forma independente (3,4 %) e compreender as outras pessoas ou fazer-se compreender (1,6 %). **Tendo em conta os dados de 2011, é importante sublinhar que a percentagem de pessoas com as dificuldades acima enunciadas diminuiu ao longo da última década.** Tendência oposta ao que seria expectável com as dinâmicas demográficas já identificadas.

Caixa 3. Síntese inclusão e desenvolvimento social

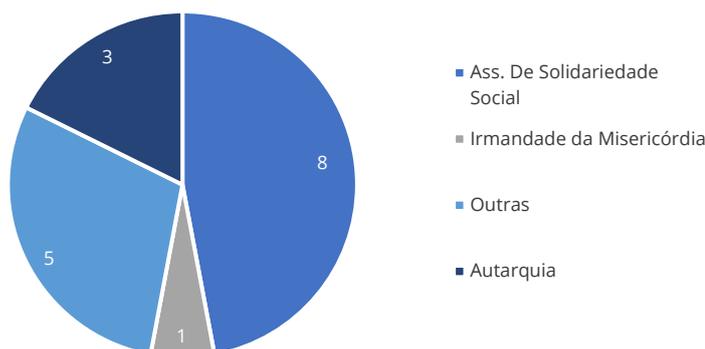
- Grande peso da população com baixos níveis de escolaridade.
- Convergência dos níveis de ensino secundário e superior com a média nacional.
- Taxa de desemprego inferior à observada a nível nacional.
- Aumento da importância da população ativa face à população total residente.
- O desemprego em Grândola reflete uma maior procura de novos trabalhos e períodos de espera reduzidos.
- Aumento da população estrangeira residente no concelho.
- Aumento do valor das pensões da Segurança Social, ainda que o número de pensionistas tenha diminuído.
- Aumento de pessoas beneficiárias e montante total atribuído nos abonos familiares.
- Ganho médio mensal da população ao serviço em Grândola abaixo da média nacional e sub-regional.
- Diminuição do número de pessoas beneficiárias do RSI, ainda que o peso da população jovem se mantenha elevado (40,9 %).
- Diminuição da população com dificuldades / deficiências.

(página propositadamente deixada em branco)

4. Diagnóstico da provisão de equipamentos e respostas sociais

4.1. Caracterização das entidades gestoras dos equipamentos sociais

Figura 15. Equipamentos por natureza jurídica da entidade gestora (n.º)



Fonte: Inquérito RUR, 2022

Quadro 3. Domínios de intervenção por natureza jurídica da entidade gestora (nº)

Natureza Jurídica	Total	Privada					Pública
		Ass. de Solidariedade Social	Centro Social Paroquial	Irmandade da Misericórdia	IPSS	Outras	Autarquia
I. Infância e juventude							
Crianças e Jovens	5	3	-	-	-	1	1
Crianças e Jovens em situação de perigo	-	-	-	-	-	-	-
Crianças e jovens com deficiência	1	-	-	-	-	1	-
II. População adulta							
Pessoas idosas	8	6	-	1	-	-	1
Pessoas adultas com deficiência	1	-	-	-	-	1	-
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	-	-	-	-	-	-	-
III. Família e comunidade							
Família e comunidade em geral	2	-	-	-	-	1	1
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-	-	-	-	-	-	-
IV. Pessoas vítimas de violência							
Pessoas vítimas	-	-	-	-	-	-	-
V. Pessoas imigrantes							
Centro de atendimento	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito RUR, 2022

A **crescente tendência para a diversificação da forma e natureza das entidades sociais tem vindo a marcar o domínio da ação social**, alicerçada na urgente necessidade de se adaptar à heterogeneidade das problemáticas e desafios que surgem numa sociedade que necessita, cada vez mais, de reforçar as respostas tradicionais, enquanto cria abordagens inovadoras, atendendo ao aumento das necessidades. Desta forma, o conhecimento do perfil das entidades gestoras é particularmente relevante dado que estes configuram os principais agentes de intervenção direta no domínio social daquele território.

Importa neste contexto relevar que **são consideradas entidades gestoras todos os proprietários e/ou responsáveis pela gestão de um ou mais equipamentos, onde se desenvolvam serviços e respostas sociais, bem como os proprietários e/ou responsáveis pela gestão dos serviços e respostas sociais que funcionem sem necessidade de equipamento.**

Foram identificadas um total de 11 entidades proprietárias responsáveis pela gestão de 17 equipamentos em funcionamento no município de Grândola, dos quais todos responderam ao inquérito realizado. Em Grândola, **todas as entidades classificam-se como entidades sem fins lucrativos**, o que constitui uma mais-valia para um acesso mais equitativo aos serviços sociais, que se pretendem universais e ajustados às populações mais vulneráveis. Dentro destas, a tipologia que mais se destaca são as Associações de Solidariedade Social, com 6 entidades. As restantes tipologias distribuem-se por uma Irmandade da Misericórdia, Autarquia e outros, sendo estes uma Casa do Povo, uma Cooperativa e uma Associação sem fins lucrativos de carácter recreativo, cultural e desportivo. As entidades com mais equipamentos são a Associação de Intervenção Social de Grândola - AISGRA (3), o Município de Grândola e a Casa do Povo de Azinheira dos Barros (3).

Quanto ao âmbito geográfico de atuação das entidades, **a sua totalidade atua circunscrita à escala concelhia**, não se encontrando nenhuma entidade a desenvolver a sua atividade no âmbito regional ou nacional.

As entidades gestoras de equipamentos localizados em Grândola cobrem 3 domínios e 5 subdomínios de atuação. Cerca de 9 entidades concentram a sua operação no domínio da População adulta e 6 no domínio da **Infância e juventude**. Apenas 2 entidades se especializam no domínio da Família e comunidade.

Verifica-se que existe maior concentração das entidades no subdomínio das **Pessoas Idosas, pois concentram 8 das 9 entidades no domínio da População Adulta**. Em contraste, apenas uma entidade canaliza a sua resposta para Pessoas adultas com deficiência. O segundo subdomínio com maior concentração de entidades é o das Crianças e Jovens, com 5 entidades. Assim, apenas uma entidade opera sob o subdomínio Crianças e jovens com deficiência. Por conseguinte, é notório que em Grândola persiste ainda **uma distribuição das entidades canalizada para domínios mais tradicionais**, em detrimento de domínios como Família e Comunidade, que engloba Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias, Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias, e o domínio das Pessoas vítimas de violência, mas também para subdomínios como Pessoas adultas com doença do foro mental ou psiquiátrico e Crianças e Jovens em situação de perigo.

A análise dos investimentos programados a curto prazo (2 anos) em Grândola demonstra que 8 entidades (correspondente a 9 equipamentos) mencionaram intenções de realizar intervenções, localizando-se na sua maioria na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra (7 equipamentos). Nesta freguesia, os investimentos nos equipamentos têm como objetivo a renovação e remodelação de instalações, mas também a sua ampliação. Na freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádio e na freguesia de Melides, apenas uma entidade em cada freguesia indica investimentos programados, designadamente na renovação e remodelação das instalações e aquisição de equipamento. Destas 8 entidades, 4 têm como natureza jurídica Associações de Solidariedade Social, seguindo-se uma entidade para cada uma das seguintes tipologias - Irmandade da Misericórdia, Cooperativa, Casa do Povo e Autarquia. Assim, **do total das 11 entidades, 72,7 % tem investimentos programados a curto prazo**, existindo 3 entidades que não preveem realizar investimentos nos seus equipamentos. Esta realidade é

demonstrativa de uma capacidade de intervenção ativa sobre o estado e o funcionamento dos equipamentos, sobretudo no contexto pós-pandémico marcado por fragilidades económico-sociais.

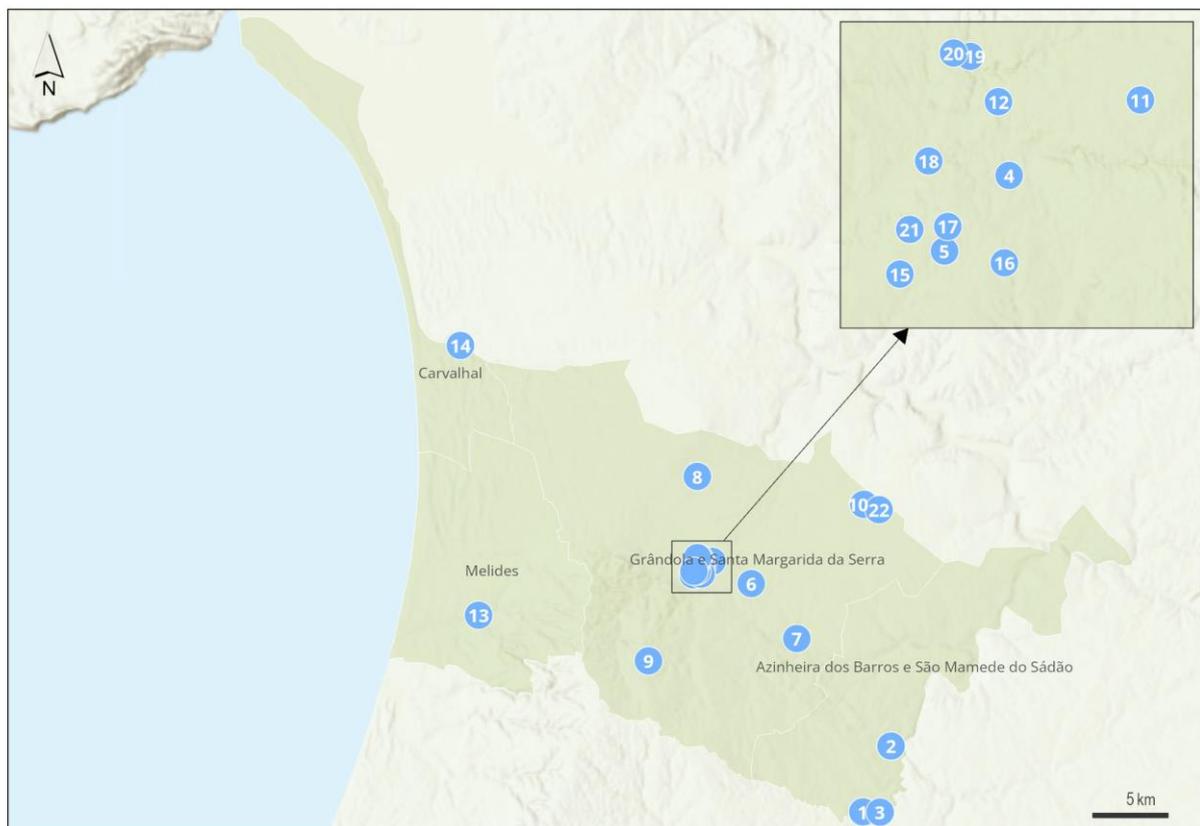
As entidades auscultadas evidenciam a existência de inúmeros constrangimentos que interferem com a sua capacidade de atuação e com o funcionamento dos equipamentos, sendo a grande parte problemas comuns e transversais às entidades. Os problemas mais relatados têm que ver com as **dificuldades financeiras**, provenientes da falta de apoio financeiro público e privado, mas também dos baixos rendimentos das famílias que resultam em mensalidades muito baixas, colocando em causa a sustentabilidade financeira da instituição. O segundo constrangimento mais referido está relacionado com a **fraca capacidade de apoiar a população-alvo** e prestar um serviço adequado às necessidades da mesma, em particular da população idosa. De seguida, encontra-se **o estado físico debilitado dos equipamentos**, sendo urgente a sua requalificação.

Caixa 4. Síntese das entidades gestoras dos equipamentos sociais

- A totalidade da natureza jurídica das entidades é sem fins lucrativos.
- O âmbito de atuação geográfica é concelhio/local em todas as entidades.
- Domínios de atuação mais tradicionais, isto é, vocacionados para a População adulta (população idosa) e infância e juventude (crianças e jovens), são os que apresentam maior canalização de entidades.
- 72,7 % das entidades têm investimentos programados a curto prazo (2 anos).
- Os principais constrangimentos centram-se nas dificuldades financeiras das entidades, na fraca capacidade de apoiar a população-alvo e no estado físico debilitado dos equipamentos.

4.2 Caracterização dos equipamentos sociais

Figura 16. Localização dos equipamentos sociais no concelho, em 2022



Equipamentos Sociais

- | | |
|---|---|
| 1. Centro Comunitário do Lousal | 13. Casa do Povo de Melides |
| 2. Casa do Povo de Azinheira dos Barros | 14. Centro Social do Carvalhal |
| 3. Centro Infantil do Lousal | 15. Cercigrândola CRL |
| 4. Creche e Jardim de Infância de Grândola | 16. Estúdio Jovem |
| 5. Santa Casa da Misericórdia de Grândola | 17. Universidade Sénior de Grândola |
| 6. Centro Comunitário dos Cadoços | 18. Associação Pais em Rede – Núcleo de Grândola |
| 7. Centro Comunitário do Canal Caveira | 19. CLAIM –Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes - Delegação de Grândola |
| 8. Centro Comunitário da Aldeia do Pico | 20. Centro para a Promoção da Saúde Mental - Passo a passo – Delegação de Grândola |
| 9. Centro Comunitário de Santa Margarida da Serra | 21. Ludoteca de Grândola |
| 10. Centro de Convívio de Água Derramada | 22. Centro Comunitário de Água Derramada |
| 11. Centro de Convívio "A Estação" | |
| 12. Creche "Era Uma Vez" | |

Fonte: Inquérito RUR, 2022

Para além dos equipamentos inquiridos, foram consideradas 3 outras respostas. O “Centro para a Promoção da Saúde Mental - Associação Passo a Passo”, bem como o “Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes- CLAIM”, que são respostas desenvolvidas pela Associação para o Desenvolvimento do Torrão, com sede em Alcácer do Sal, embora façam atendimento no concelho de Grândola, no mesmo edifício/equipamento. A “Associação Pais em rede- Núcleo de Grândola”, que promove a inclusão de pessoas com deficiência e suas famílias. Estas 3 respostas foram devidamente caracterizadas nos domínios das pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, pessoas imigrantes e pessoas adultas com deficiência.

Figura 17. Ano de funcionamento dos equipamentos (N.º)

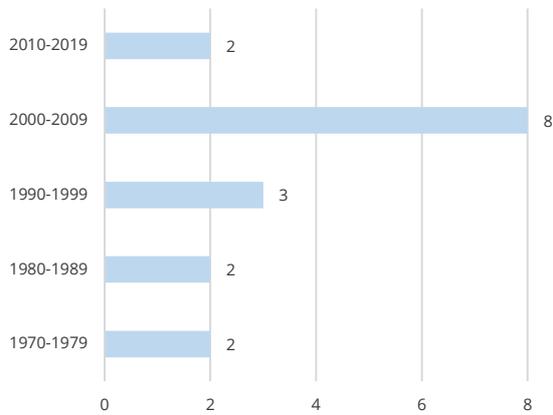


Figura 18. Avaliação do nível de conforto (%)

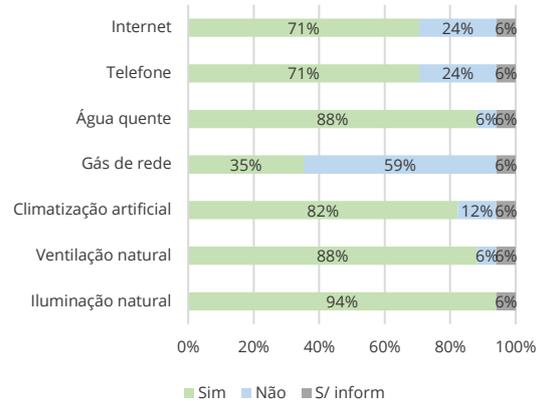


Figura 19. Avaliação do nível ambiental (%)

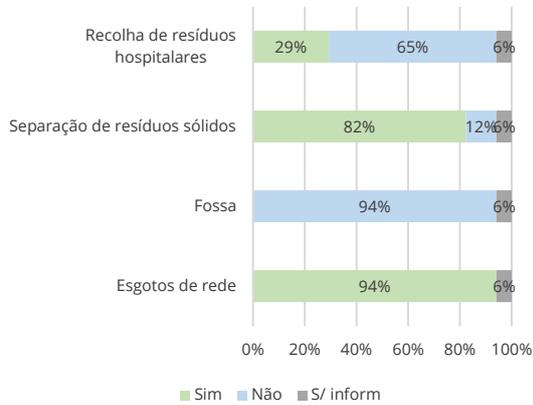


Figura 20. Avaliação do nível de autonomia (%)

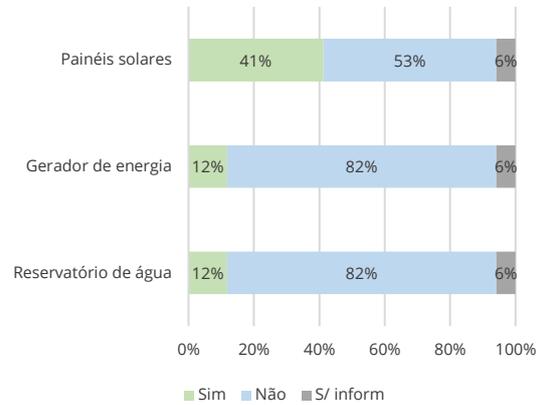


Figura 21. Condições de mobilidade e acesso ao edifício (%)

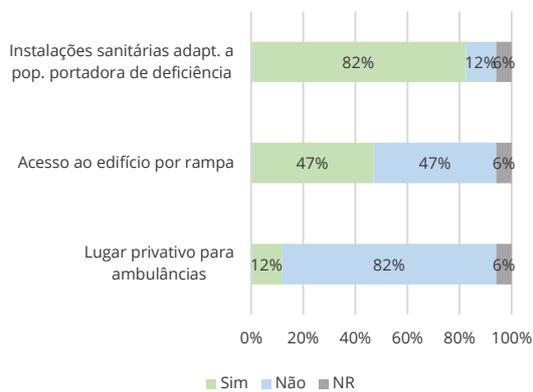
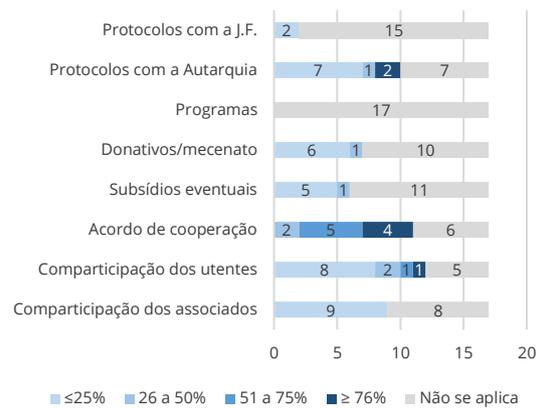


Figura 22. Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos (N.º)



Em 2022 existiam no concelho de Grândola 17 equipamentos sociais. Destes, 3 equipamentos agregavam respostas sociais de dois ou mais domínios de intervenção.

Neste contexto, 10 equipamentos prestavam apoio às pessoas idosas, enquanto 6 estavam vocacionados para o apoio a crianças e jovens, o que é coerente com a estrutura demográfica do concelho. Os demais domínios de intervenção social, Família e comunidade em geral, Crianças e jovens com deficiência e Pessoas adultas com deficiência, eram prestados entre 1 e 2 equipamentos.

A **distribuição territorial dos equipamentos sociais** seguia o padrão da distribuição da população já que na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra concentram-se 12 equipamentos (70,6 %), seguida da freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão, com 3 equipamentos (17,6 %). Nas freguesias de Carvalhal e de Melides localizava-se apenas um equipamento.

O parque de equipamentos é relativamente novo, verificando-se que **59 % da oferta iniciou funções no século XXI**, em que 47 % equipamentos iniciaram funções entre 2000 e 2009, o que constitui uma mais-valia. A segunda década na qual mais equipamentos entraram em funcionamento foi **entre 1990-1999, com a criação de 3 equipamentos (18 %)**. Mais recentemente, **entre 2010-2019, iniciaram funções 2 equipamentos**, o “Centro Comunitário da Aldeia do Pico” e a “Creche *Era uma vez...*”, com intervenção para a Família e Comunidade e para Crianças e jovens.

No que respeita ao tipo de instalações dos equipamentos sociais, verifica-se que 15 funcionavam num edifício autónomo e que 12 apresentavam uma construção de raiz. A maioria dos equipamentos está sob regime de propriedade (9), ou seja, pertencem à entidade gestora, enquanto 5 funcionam sobre por mediante de outras entidades.

De um modo global, **os equipamentos sociais de Grândola apresentam uma avaliação satisfatória do nível de conforto**, sendo que mais de 70 % dos equipamentos dispõem da generalidade dos fatores analisados, com destaque para a iluminação natural (94 %), ventilação natural (88,2 %) e água quente (88,2 %). No plano ambiental, nenhum equipamento funciona com um sistema de fossa e 14 fazem a separação de resíduos sólidos. Contudo, apenas 5 fazem a recolha de resíduos hospitalares.

Em matéria de autonomia, **a maioria dos equipamentos tem níveis limitados**, uma vez que apenas 2 equipamentos dispõem de reservatório de água e de meios de geração de energia. **Contudo, 5 dos equipamentos dispõem de painéis solares. No domínio da segurança, a maioria dos equipamentos dispõe de níveis de segurança significantes**, uma vez que mais de 90 % tem simbologia de evacuação, saídas de emergência, sistema de deteção de incêndios, extintores e plano de evacuação.

No que respeita às condições de mobilidade e acesso ao edifício, de um modo geral os equipamentos têm alguns problemas que precisam de ser retificados. Exemplo disso é o facto de **8 dos equipamentos não terem acesso por rampa (47,1 %) e apenas 2 (11,8 %) terem dispositivo mecânico para pessoas com mobilidade condicionada**. Em matéria de estacionamento, persiste uma maioria de equipamentos que não possui parque de estacionamento privativo para visitantes (88,2 %), nem lugares privativos para tomada e largada de pessoas transportadas (70,6 %), nem lugar privativo para ambulâncias (82,4 %). Por outro lado, no que concerne à mobilidade no edifício e respetivo dimensionamento, **a grande parte dos equipamentos é cumpridora, sobretudo na dimensão das portas interiores e nas instalações sanitárias adaptadas a população com deficiência**.

A perceção das entidades gestoras do estado de conservação dos equipamentos é alternada, já que indicam que 47,1 % (8) dos equipamentos se encontra em estado razoável e 41,2 % (7) em bom estado.

Quanto ao financiamento dos equipamentos, verifica-se que as entidades gestoras recorreram a diversas fontes, sejam fundos comunitários, privados, ou provenientes da Administração Central ou Local para a aquisição das instalações, mas também para apoiar no funcionamento. **A fonte de financiamento participação de utentes é a mais utilizada, sendo praticada em 12 dos equipamentos.** Em 8 dos equipamentos esta fonte financeira representa menos de 25 % do total do financiamento do equipamento. **Os acordos de cooperação são a segunda fonte mais utilizada, estando presente em 11 equipamentos,** correspondendo a 5 destes entre 51 a 75 % do total de financiamento. **A terceira fonte mais aplicada são os protocolos com a Autarquia, sendo 10 os equipamentos apoiados por esta via.** Esta fonte desempenha um papel diminuto na maior parte dos equipamentos visto representar menos de 25 % do total do seu financiamento.

Os 17 equipamentos em funções em Grândola empregavam 298 trabalhadores e trabalhadoras (17,5 trabalhadores/as por equipamento), sendo que **destes, 93 % eram do sexo feminino,** valor demonstrativo de uma forte feminização do setor social no concelho. Por outro lado, 19 trabalhadoras/es tinham nacionalidade estrangeira, representando 6 % dos recursos humanos, e apenas 3 com deficiência. A Santa Casa da Misericórdia de Grândola é o equipamento que concentra maior número de recursos humanos (105), seguindo-se a Casa do Povo de Melides (45) e a Creche e Jardim de Infância de Grândola (35).

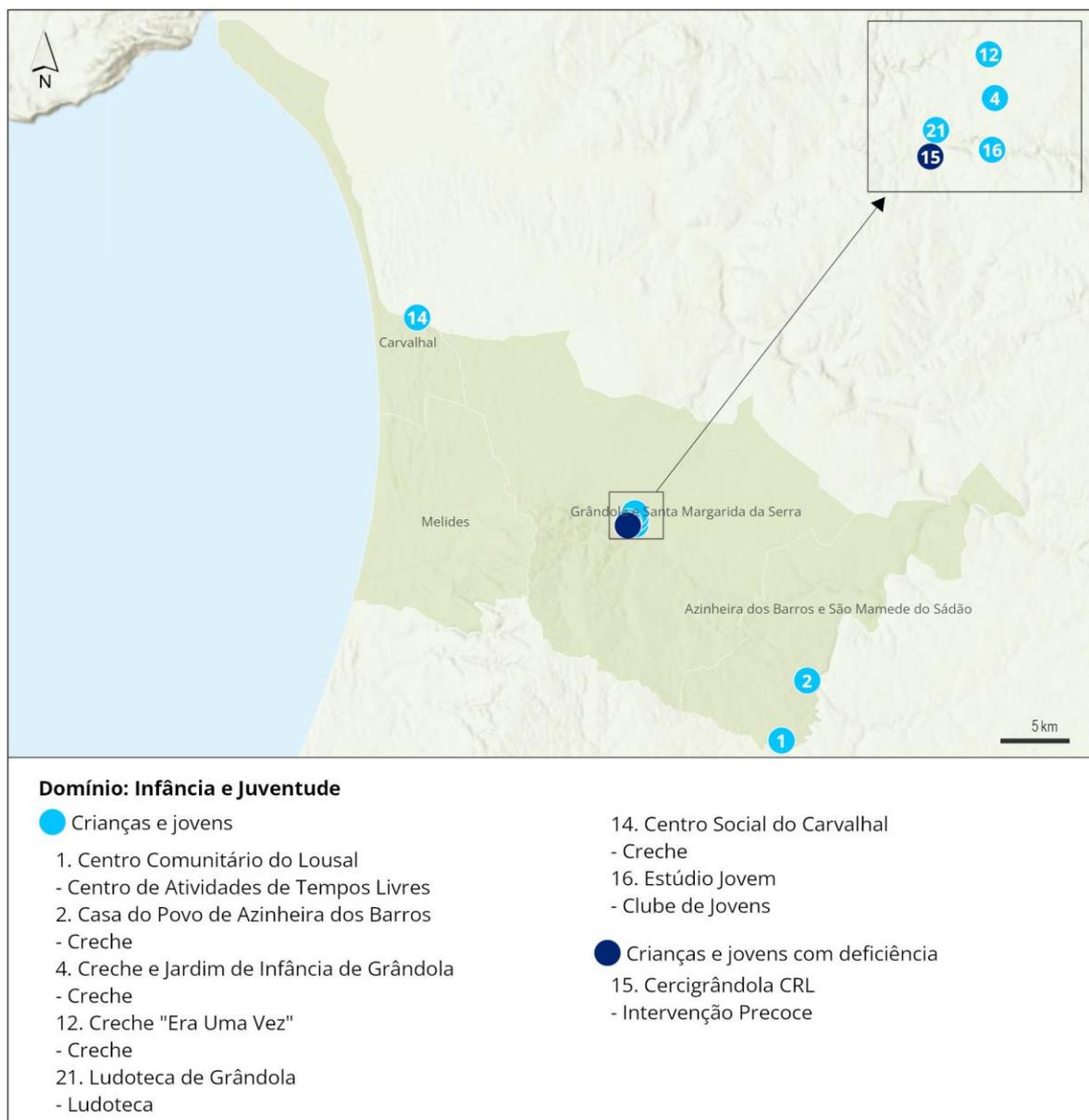
Caixa 5. Síntese da caracterização dos equipamentos sociais

- Elevada concentração da oferta na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra e concentrada nos principais grupos-alvo (pessoas idosas, crianças e jovens).
- As condições de mobilidade e acesso aos edifícios apresentam constrangimentos, tanto no acesso aos edifícios, como no estacionamento.
- Apenas 7 equipamentos apresentam um bom estado de conservação, segundo a perceção das entidades.
- A participação de utentes é a fonte de financiamento mais utilizada, embora tenha um peso pouco relevante no financiamento do funcionamento dos equipamentos.
- Elevada feminização do emprego nos equipamentos e pouca incidência de trabalhadores/as com deficiência.

4.3. Caracterização das respostas sociais

4.3.1. Infância e juventude

Figura 23. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da infância e juventude, em Grândola, em 2023



Fonte: Inquérito RUR, 2022

CRECHE

Figura 24. Utentes e capacidade máxima instalada em creche (N.º), em 2022

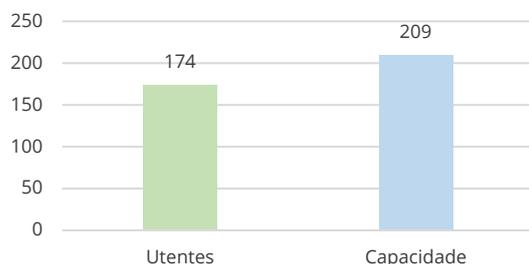
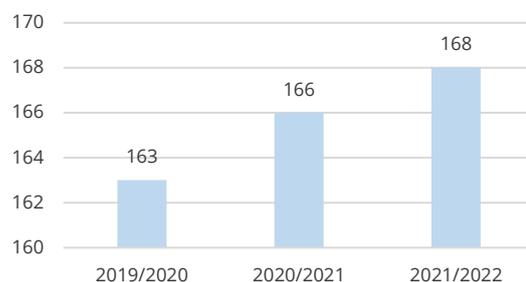


Figura 25. Utentes em creche no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)



CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Figura 26. Utentes e capacidade máxima instalada em CATL (N.º), em 2022

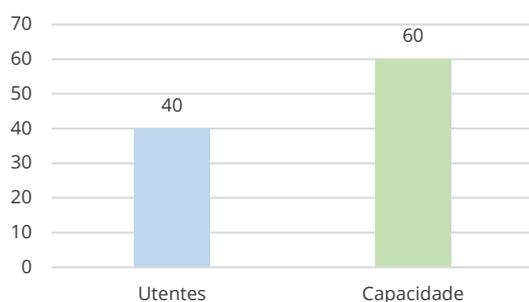
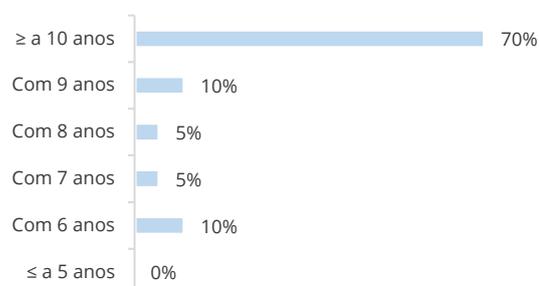


Figura 27. Utentes segundo o grupo etário em CATL (%), em 2022



CAFAP

Figura 28. Utentes em CAFAP, no triénio 2019/2020-2021/2022 (N.º)

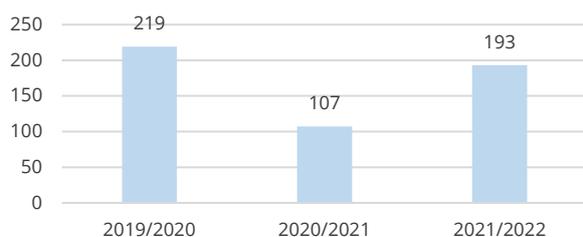
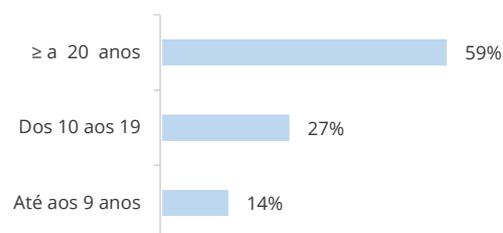
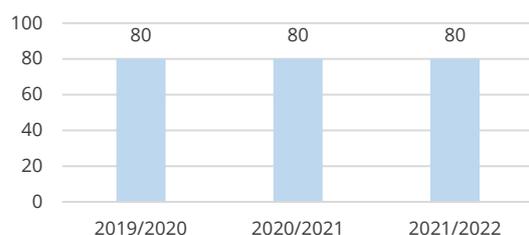


Figura 29. Utentes segundo o grupo etário em CAFAP, em 31/12/2021 (%)



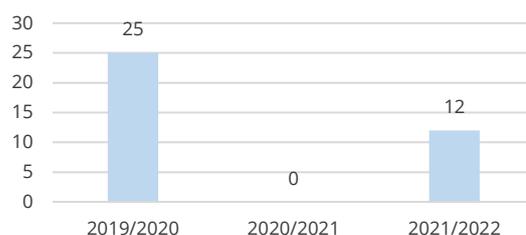
INTERVENÇÃO PRECOZE

Figura 30. Utentes em intervenção precoce, no triénio 2019/2020-2021/2022 (N.º)



CLUBE DE JOVENS

Figura 31. Média diária de utentes em Clube de Jovens, no triénio 2019/2020-2021/2022 (N.º)



Creche

No concelho encontram-se em funcionamento **4 creches**, todas elas **sem fins lucrativos**, no que à natureza jurídica diz respeito. Estas localizam-se na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra (2), na freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão (1) e na Freguesia do Carvalhal (1).

A creche mais antiga, Creche e Jardim de Infância de Grândola, iniciou a sua atividade nos anos 70 do séc. XX e a mais recente data de 2015 (creche Era uma vez).

A capacidade das creches é suficiente, uma vez que o número de crianças que frequentam atualmente as creches, um total de 174, situa-se abaixo da capacidade instalada de 209 lugares, verificando-se uma **taxa de ocupação de 83 %**. Considerando a trajetória de utentes nos últimos anos, observa-se um ligeiro **aumento da procura** (3 %; +5 crianças) no triénio 2019/2020 a 2021/2022. Contudo, uma análise mais fina, **à escala da freguesia, revela realidades distintas**: na freguesia sede de concelho, a taxa de ocupação do conjunto das duas creches é de **92 %**, enquanto na creche situada na freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão é de 67 % e na creche da freguesia do Carvalhal é de 55 %. As creches localizadas na **sede de concelho** não conseguem dar resposta à procura, materializada na **existência de listas de espera**, enquanto as restantes creches se debatem com falta de crianças. A recente iniciativa do Governo da *Creche Feliz* poderá vir a aumentar a procura desta resposta social, colocando cada vez maior pressão na sua capacidade de resposta.

O perfil dos recursos humanos alocados às creches caracteriza-se pela exclusiva **feminização**, enquadrados em diferentes grupos etários, uma vez que são identificadas trabalhadoras menores de 30 anos até trabalhadoras com 60 ou mais anos de idade. Ainda assim, predominam as trabalhadoras jovens com alguma experiência, uma vez que **39 % têm entre 30 e 49 anos de idade**. No que concerne às habilitações literárias, há uma **primazia das trabalhadoras com ensino secundário**, que corresponde a 49 % do total. Não obstante, dois dados complementares igualmente relevantes são o facto de aproximadamente **24 % das trabalhadoras terem qualificações superiores**, e a função predominante ser a de auxiliar de ação educativa. Relativamente às relações laborais, salienta-se a **elevada prevalência de vínculos contratuais sem termo**, que abrangem 92 % do pessoal das creches, sendo diminutos os vínculos contratuais mais precários. Os 49 recursos humanos das creches trabalham na sua totalidade a **tempo inteiro**.

Como fontes de financiamento, verifica-se que a totalidade das creches beneficia da **comparticipação de utentes**, de **acordos de cooperação com o ISS, IP** e de **protocolos** com a Autarquia de Grândola. As mensalidades de utentes constituem-se fulcrais para garantir a sustentabilidade financeira que permita assegurar a missão destas respostas sociais, no entanto, a volatilidade da procura, tal como acontece nas creches do Carvalhal e de Azinheira dos Barros e S. Mamede do Sádão, justifica a **necessidade de diversificar as fontes de financiamento**.

No que se refere a possíveis investimentos a curto prazo, **as entidades gestoras das creches não apresentam perspetivas de investimento** nas instalações ou no seu apetrechamento, questão essencial para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado.

Por fim, como **constrangimentos** ao funcionamento das respostas, as entidades gestoras apontam: a **escassez de recursos humanos e a incapacidade em dar resposta à procura**, no caso das **creches localizadas na vila de Grândola**; ou a **escassez de utentes e as baixas mensalidades** que colocam em causa a sustentabilidade financeira das instituições, nas restantes duas creches; no caso da creche da Casa do Povo de Azinheira dos Barros é apontada a antiguidade e exiguidade das instalações.

Caixa 6. Síntese da Resposta Social Creche

- Oferta concelhia constituída por 4 creches, 2 localizadas na freguesia sede de concelho.
- Taxa de ocupação das creches do concelho a 83 %, esconde realidades distintas: taxas de ocupação elevadas nas creches da vila de Grândola e baixas nas restantes creches.
- Perfil dos recursos humanos alocados às creches pautado pela exclusividade de trabalhadoras femininas, primazia de níveis de escolaridade de ensino secundário e de vínculos contratuais sem termo.
- Escassez de recursos humanos; elevada procura nas creches localizadas na vila de Grândola.
- Diminuição do número de crianças nas creches do Centro Social do Carvalhal e da Casa do Povo de Azinheira dos Barros.
- Antiguidade e exiguidade das instalações da creche da Casa do Povo de Azinheira dos Barros.
- Resposta social muito dependente do financiamento através da mensalidade de utentes, que oscila consoante a procura, colocando em causa a sustentabilidade das entidades gestoras.

Centro de Atividades de Tempos Livres

O **Centro de Atividade de Tempos Livres (CATL)** da **Casa do Povo da Azinheira dos Barros** situa-se na freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão. Esta resposta social para a infância e juventude é gerida por esta entidade sem fins lucrativos, desde **2002**.

A **taxa de ocupação do CATL situava-se nos 67 %**, contabilizando-se um total de 40 utentes para uma capacidade de 60 crianças. No **triénio 2019/2020 a 2021/2022, o número de utentes manteve-se** em torno das 4 dezenas de crianças.

A **estrutura etária de utentes** sugere uma **continuidade na procura** da resposta de CATL pelas famílias, uma vez que entre as crianças em idade de frequência do 1º CEB a distribuição é relativamente homogénea. As crianças com 10 ou mais anos de idade, que integra a idade de entrada no 2º CEB, correspondem ao grupo de utentes mais expressivo (70 %).

As maiores necessidades de acompanhamento educativo e supervisão das crianças, a par com a promoção e implementação de medidas de apoio à família, explicam a procura desta resposta. A oferta do CATL compreende atividades musicais, lúdicas, de férias e estudo apoiado.

O perfil das 6 pessoas trabalhadoras dos CATL apresenta como principais características dominantes a **prevalência de mulheres** (67 %) e o facto de **acumularem as funções** com outras respostas sociais/valências do equipamento (50 %) onde estão instaladas.

O financiamento dos CATL provém essencialmente de duas **fontes**, a comparticipação de utentes e acordo de cooperação com o ISS, IP.

A entidade refere ter **capacidade para apoiar mais crianças**, mas aponta como principal **constrangimento** à operacionalização desta valência os baixos recursos das famílias e os **atrasos** e falta de pagamento das baixas **mensalidades**.

A entidade gestora **não apresenta investimentos programados** a curto prazo.

Caixa 7. Síntese da Resposta Social CATL

- Oferta de um CATL situado na freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão.
- Capacidade instalada suficiente para responder a eventuais acréscimos da procura nos próximos anos.
- Continuidade etária na procura da resposta de CATL.
- Perfil dos trabalhadores/as pautado pela forte prevalência de mulheres, e relações contratuais caracterizadas pela estabilidade.
- Resposta social alicerçada no financiamento através das comparticipações de utentes, particularmente sensível a situações de carência económica, e em protocolos com a Administração Local.

Clube de Jovens

O Clube de Jovens “**Estúdio Jovem**”, gerido pelo Município de Grândola, situa-se na freguesia sede de concelho. Esta resposta social para a infância e juventude é promovida por esta entidade desde **1996**.

O Estúdio Jovem é um **espaço público** e tem como principais pessoas destinatárias crianças e jovens até aos **16 anos**. O Estúdio Jovem, contabiliza uma média de **15 utentes/dia em 2023**, tendo capacidade para 40 crianças/jovens. No **triénio 2019 a 2021**, o número de pessoas que frequentaram o espaço foi **irregular**, com uma média de 25 utentes/dia em 2019. Em 2020, a atividade foi suspensa devido à pandemia por Covid 19. Posteriormente, no ano de 2021, numa fase de recuperação da atividade, registou-se uma média de 12 utentes/dia.

Entre as atividades promovidas com as crianças e jovens destacam-se o desporto, atividades lúdicas, de férias e a realização de trabalhos manuais.

O perfil das **4 pessoas trabalhadoras** do Clube de jovens apresenta como principais características dominantes a prevalência de mulheres (75 %) com **habilitações superiores** (100 %).

O Município de Grândola é responsável pelo financiamento da resposta social. Como **constrangimento**, é apontado o **dimensionamento do espaço**, considerado diminuto para receber um conjunto alargado de jovens e para o desenvolvimento de algumas atividades.

A entidade gestora refere como investimento a curto prazo a **construção de novas instalações**, tendo como fonte de financiamento o orçamento municipal.

Caixa 8. Síntese da Resposta Social Clube de Jovens

- Oferta de espaço público aberto a crianças e jovens até aos 16 anos.
- Espaço apresenta-se diminuto para as características da resposta e volume da procura, estando prevista a construção de novas instalações.

Ludoteca

A Ludoteca de Grândola está em funcionamento desde 1988. Gerida pela Junta de Freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra, trata-se de um espaço lúdico e de aprendizagem que recebe crianças dos 5 aos 14 anos, de forma gratuita.

As instalações incluem sala de jogos, sala de biblioteca e audiovisuais, atelier plástico com carpintaria, sala polivalente, cozinha e sala de bordados e apoio.

No que se refere aos recursos humanos, a Ludoteca de Grândola tem afetas duas educadoras de infância, um técnico de desporto, duas assistentes técnicas e dois auxiliares dos serviços gerais¹.

O número de crianças a frequentar a Ludoteca manteve-se acima das 300 entre 2016/17, 2017/18 e 2018/19 (355, 314, 312). A frequência das crianças/famílias diminuiu a partir de março de 2020, devido à pandemia, altura em que foi necessário adotar as medidas de prevenção da COVID19 e restringir o acesso às instalações da Ludoteca.

¹ <https://www.freguesia-grandola.org/junta/ludoteca>

Intervenção Precoce

A intervenção precoce promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social (Carta Social, GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento).

A resposta de **intervenção precoce** é desenvolvida no concelho pela **Cercigrândola** – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Grândola (entidade promotora). A Cercigrândola tem como área de intervenção os concelhos de **Grândola e Alcácer do Sal**.

Observa-se uma atuação cada vez mais estruturada das organizações, assim como a crescente sensibilização familiar para a deteção e apoio das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento. No triénio 2019/2020 a 2021/2022, **o número de utentes manteve-se nas 80 crianças**.

Das 80 crianças, **95 % apresentam alterações nas funções ou estruturas do corpo** e as restantes apresentam risco grave de atraso de desenvolvimento.

Considerando a própria designação da resposta social, que pretende atuar precocemente, esta é **dirigida para crianças até aos 6 anos de idade**, visando assim assegurar um apoio e acompanhamento da criança tão cedo quanto possível. Observa-se que a maioria das crianças apoiadas têm entre **4 e 5 anos de idade**, que cumulativamente abrangem cerca de **79 % do total de utentes**.

O **perfil de recursos humanos** da resposta social caracteriza-se por abranger exclusivamente pessoas do sexo feminino, todas elas com **habilitações literárias de nível superior**.

Como constrangimentos à operacionalização da resposta a entidade gestora aponta a escassez de financiamento e de recursos.

Caixa 9. Síntese da Resposta Social Intervenção Precoce

- A resposta de intervenção precoce é promovida pela Cercigrândola, entidade com vasta experiência no domínio.
- A evolução recente do quantitativo de utentes indica uma procura constante.
- Resposta social orientada para crianças em idade escolar, sendo que no concelho a maioria das crianças apoiadas tem entre 4 e 5 anos de idade (79 %).
- Perfil de recursos humanos constituído apenas por pessoas do sexo feminino com qualificações superiores.
- Escassez de financiamento e recursos.

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental - CAFAP

Constitui uma resposta relativamente recente no contexto nacional². Trata-se de uma resposta social vocacionada para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado através de equipas multidisciplinares.

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) de Alcácer do Sal, localizado na freguesia do Torrão, cuja entidade gestora é a Associação para o Desenvolvimento do Torrão tem como **área de intervenção Alcácer do Sal e Grândola**.

Em 31 de dezembro de 2021, o número total de utentes do CAFAP era de **120 pessoas, o equivalente a 63 famílias**. Nos últimos anos, o quantitativo anual de **famílias que em cada ano civil beneficiaram de alguma atividade ou serviço do CAFAP** tem sido elevado, mais concretamente, 219 no ano 2019, 107 em 2020, e 193 em 2021.

² Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril.

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)

Figura 33. Utentes e capacidade máxima instalada em ERPI (N.º), em 2022

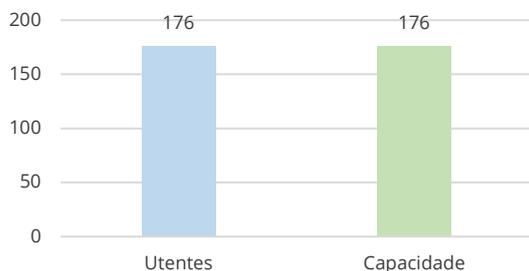
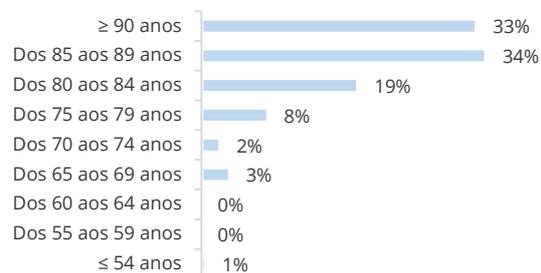
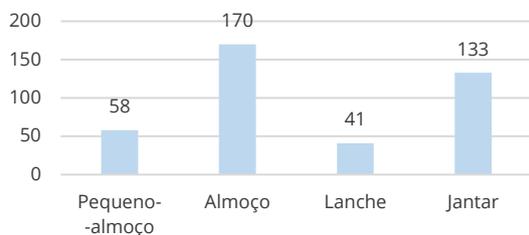


Figura 34. Utentes segundo o grupo etário em ERPI (%), em 2022



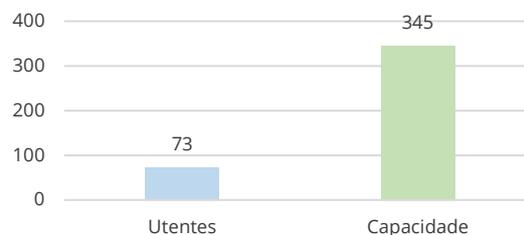
Serviço de Apoio Domiciliário

Figura 35. Número médio de refeições diárias servidas em SAD (N.º), em 2022



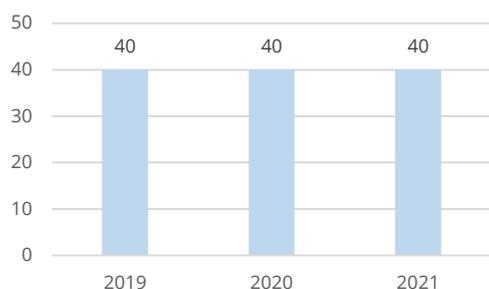
Centro de Dia

Figura 36. Utentes e capacidade máxima instalada em Centro de Dia (N.º), em 2022



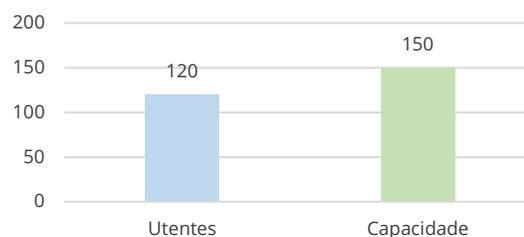
Centro de Convívio

Figura 37. Utentes em Centro de Convívio no triénio 2019 a 2021 (N.º)



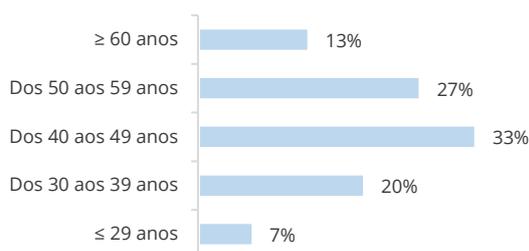
Universidade Sénior

Figura 38. Utentes e capacidade máxima instalada em Universidade Sénior (N.º), em 2022



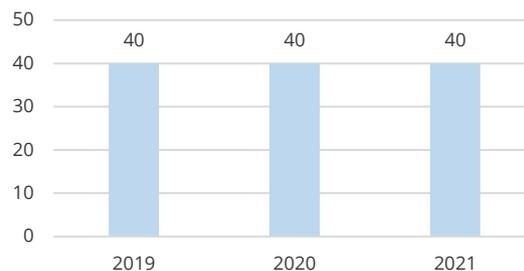
Lar Residencial

Figura 39. Utentes segundo o grupo etário em Lar Residencial (%), em 2022



CACI

Figura 40. Utentes em CACI no triénio 2019 a 2021 (N.º)



Pessoas Idosas

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

As **duas Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas** (ERPI) do município de Grândola estão localizadas na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra e na Freguesia de Melides, e são geridas por entidades sem fins lucrativos, a SCM de Grândola e a Casa do Povo de Melides.

A capacidade instalada das ERPI é de **176 lugares**, verificando-se que o número de utentes se situava nos 176, o que perfazia uma **taxa de ocupação de 100 %**, o que não deixa margem para dar resposta a um aumento da procura. No triénio 2019 a 2021, o número de utentes manteve-se sempre próximo do **seu limiar máximo**, com 170 utentes em 2019, 170 em 2020, e 172 em 2021. Ambas as entidades referem a **existência de lista de espera** para usufruir desta resposta.

A estrutura etária dos/as utentes evidencia a **prevalência de faixas etárias mais idosas**, uma vez que 86 % dos/as utentes tem mais de 80 anos. Nesta resposta social, observa-se um aumento de utentes à medida que a idade aumenta, explicado pelo gradual enfraquecimento das capacidades e da menor disponibilidade das pessoas cuidadoras informais e da família, levando à maior procura desta resposta. Importa ainda acrescentar que, do total de utentes, 66 % são do **sexo feminino**.

O perfil de **recursos humanos** alocados à ERPI caracterizava-se **pela predominância das faixas etárias entre os 50-59 anos** (34 %). No que concerne às habilitações escolares, destaca-se o **ensino secundário e o 3.º CEB** (29 % do total, cada). Por fim, apenas 8 % dos recursos humanos tinha como habilitação o ensino superior. Do total dos 124 recursos humanos, 98 % **correspondia a pessoal do sexo feminino**, e cerca de 90 % dizia respeito à função de **auxiliar /ajudante**.

As principais fontes de financiamento utilizadas para o funcionamento da ERPI são os **acordos de cooperação** e as **mensalidades** de utentes, mas uma das entidades refere igualmente a existência de **protocolo com o município** e **donativos**.

De acordo com a avaliação/perceção das pessoas responsáveis das ERPI, a resposta reúne as condições adequadas para a prestação do serviço. Segundo as mesmas as **instalações** apresentam um **bom estado de conservação**.

Ambas as entidades têm programados investimentos a curto prazo, relacionados com a procura elevada: a SCM prevê a **construção de novas instalações**, enquanto a Casa do Povo de Melides prevê **obras de ampliação** e a **aquisição de equipamento** para as suas instalações. Neste sentido, as ERPI assumem investimentos que contribuem para a melhoria das suas condições, desempenhando uma função nevrálgica para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado.

Como constrangimento, a SCM de Grândola aponta o **perfil de utentes** que procuram a resposta, surgindo cada vez mais utentes **com maior dependência** (pessoas acamadas e com demência), mais exigentes no que se refere a recursos humanos e equipamentos. Por sua vez, a Casa do Povo de Melides refere **constrangimentos financeiros** que advêm do baixo valor das mensalidades pagas pelos/as utentes devido à sua condição financeira.

Caixa 10. Síntese da Resposta Social Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

- Oferta concelhia constituída por 2 ERPI geridas por entidades sem fins lucrativos.
- Taxa de ocupação de 100 %, impossibilitando dar resposta a potenciais acréscimos da procura; Existência de listas de espera para usufruir da resposta.
- Perfil de utentes que procuram a resposta constituído por pessoas com maior dependência (pessoas acamadas, com demência) que se traduzem numa maior exigência nos cuidados prestados.
- Perfil de recursos humanos alocados às ERPI pautado pela quase exclusividade de trabalhadoras femininas e em faixas etárias entre os 50-59 anos, com ensino secundário e o 3.º CEB como habilitações.
- Estão programados investimentos nas ERPI: construção de novo edifício (SCM) e ampliação das instalações (Casa do Povo de Melides).

Serviço de Apoio Domiciliário

A resposta **social de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** existe no concelho desde os anos 90 do séc. XX, e está disponível em todas as freguesias do concelho.

Com capacidade para servir **217** utentes, contabilizam-se 191 utentes, o que perfaz uma **taxa de utilização de 88 %**. Observa-se uma **dicotomia no volume de procura entre as situações da freguesia sede de concelho e Melides**, com incapacidade para responder a potenciais acréscimos da procura no horizonte temporal de curto e médio prazo, **e as restantes duas freguesias**. O SAD da AISGRA, localizado **na freguesia sede do concelho**, está a **funcionar na sua máxima capacidade (100 %)** e refere utentes em lista de espera para usufruir do serviço; o SAD da responsabilidade **da Casa do Povo de Melides** apresenta uma **elevada taxa de utilização (94 %)**. Por outro lado, o SAD da Casa do Povo de Azinheira dos Barros apresenta uma taxa de ocupação de 68 % e o Centro Social do Carvalhal de 55 %.

Considerando o triénio entre os anos letivos 2019 e 2021, a procura foi distinta consoante os SAD: o SAD da AISGRA manteve-se sempre **no limiar máximo da sua capacidade**, enquanto nos restantes 3 SAD a procura permaneceu abaixo da sua capacidade máxima, embora também perto da lotação máxima no SAD de Melides. No período considerado aumentou ligeiramente o número de utentes no conjunto dos SAD (+6 utentes), atingindo os 195.

Entre os/as utentes da resposta de SAD encontra-se população idosa, a que acresce a situação de dependência (3 SAD) e deficiência (2 SAD). A estrutura etária de utentes evidencia a **prevalência de faixas etárias mais idosas, uma vez que 55 % dos/as utentes tinha mais de 80 anos**. A prevalência muito diminuta nas faixas etárias mais jovens é explicada pelo facto de estes serviços proporcionarem os cuidados necessários desde higiene e alimentação até acompanhamento em deslocações para pessoas que já não tenham capacidades físicas ou psicológicas, características que tendem a afetar faixas etárias mais idosas.

No âmbito dos serviços prestados pelo SAD são servidos diariamente, em média, **58 pequenos-almoços, 170 almoços, 41 lanches e 133 jantares**.

O perfil de recursos humanos alocados ao Serviço de Apoio Domiciliário caracteriza-se pela **transversalidade etária**, embora predomine a faixa etária entre os 40 e os 49 anos, com 37 % das 68 pessoas trabalhadoras ao serviço. No que concerne às habilitações escolares, **predominam os/as trabalhadores/as com ensino secundário (54 %)**, seguindo-se os/as trabalhadores/as com **3.º CEB (30 %)**. Entre os recursos humanos do SAD, 98,5 % **correspondiam a pessoal do sexo feminino**, 83 % tinham **vínculo contratual sem termo** e 90 % exerciam **funções a tempo inteiro**.

As principais fontes de financiamento para o SAD são o **acordo de cooperação** com o ISS, IP e a **comparticipação de utentes**, embora a existência de **protocolos com o município e a freguesia** seja referida por duas entidades.

As entidades gestoras dos SAD avaliam **o estado de conservação das instalações** como **bom** (3 situações) e **razoável** (1 caso). Em todos os casos é considerado que a resposta reúne as **condições adequadas para a prestação do serviço**. Duas entidades têm investimentos programados a curto prazo no âmbito da resposta, na **renovação e remodelação dos espaços**, e na **aquisição de equipamento**, o que é essencial para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado.

As entidades apontam vários **constrangimentos** ao funcionamento da valência, que abrangem desde: questões financeiras, associadas aos **baixos rendimentos dos/as utentes** (pensões e mensalidades baixas) **e das famílias**, e a falta de outros apoios públicos e privados; a **escassez de recursos humanos qualificados; dificuldades no transporte**, quer devido à degradação dos **veículos**, quer devido à **dispersão geográfica** de utentes; e à dificuldade dos **trajetos**, muitos deles por caminhos rurais. O perfil de utentes, com **agravamento das situações de**

dependência, sem rede de suporte familiar constitui outro problema grave, tal como as disparidades da procura, com forte **dicotomia** entre a freguesia sede e as restantes, com incapacidade de resposta no caso da primeira, e escassez de utentes nas restantes. Por fim, as **questões técnicas** e processuais também são referidas, apontando a excessiva fiscalização e reduzido apoio técnico por parte da Segurança Social. Todas estas questões colocam em causa a sustentabilidade das instituições.

Caixa 11. Síntese da Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário

- Oferta concelhia constituída por 4 SAD, um em cada freguesia do concelho.
- Dicotomia no volume de procura entre freguesia sede de concelho e Melides, com incapacidade para responder a potenciais acréscimos da procura, no horizonte temporal de curto e médio prazo; e restantes freguesias com menor volume de utentes.
- Perfil de recursos humanos alocados aos SAD pautado pela predominância de trabalhadoras femininas, maioritariamente com o ensino secundário e 3.º CEB e como níveis de escolaridade, e de vínculos contratuais sem termo.
- As entidades enfrentam diferentes constrangimentos: questões financeiras associadas aos baixos rendimentos, escassez de recursos humanos qualificados; dificuldades no transporte (veículos, dispersão geográfica, trajetos difíceis), agravamento das situações de dependência dos/as utentes, disparidades da procura, apoio técnico por parte das entidades competentes.
- Instalações com um bom/razoável estado de conservação geral e com condições adequadas para a prestação do serviço, de acordo com a perceção das entidades gestoras.

Centro de Dia

Em 2023, existiam 5 Centros de Dia, localizados em cada uma das 4 freguesias do concelho, sendo que a freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão tem dois Centros de Dia localizados no seu território.

A gestão está a cargo de 4 entidades sem fins lucrativos: a Casa do Povo de Azinheira dos Barros, Centro Comunitário do Lousal, Santa Casa da Misericórdia de Grândola³, Casa do Povo de Melides e Centro Social do Carvalhal.

A capacidade instalada no conjunto dos centros de dia corresponde a 345 lugares, verificando-se que o número de utentes se situava nos 73, o que resulta numa **taxa de ocupação de 21 %**. Assinala-se, portanto, uma capacidade instalada suficiente para responder à procura, especialmente considerando a trajetória descendente do quantitativo de utentes registada nos anos mais recentes. Considerando o triénio entre os anos 2019 e 2021, houve uma **quebra da procura de 31 %**, ou seja, menos 36 utentes do que em 2019, ano em que estavam inscritos 116 utentes.

As respostas de centros de dia são dirigidas à população idosa, embora com alguma autonomia, existindo uma maior diversidade etária das pessoas que frequentam esta resposta social.

Os/as utentes têm disponível **serviço de refeições**, o que permite proporcionar maior alívio no que toca à sua alimentação, mas também às famílias. Em média são servidos diariamente **70 pequenos-almoços, 73 almoços, 38 lanches e 53 jantares**.

O perfil de recursos humanos alocados aos centros de dia caracteriza-se pela predominância de pessoas trabalhadoras com idade compreendida entre os **50 e os 59 anos** (40 % dos recursos humanos). No que concerne às **habilitações escolares**, os/as trabalhadores/as com o **ensino secundário** correspondem a 46 % do total e **com o 3.º CEB** abrangem 31 % do total. Relativamente às relações laborais, os **vínculos contratuais sem termo** abrangem 87 % do pessoal dos centros de dia. Ainda a destacar que, dos 35 recursos humanos, 32 são do **sexo feminino** e 29 exercem **funções a tempo inteiro**. A função de **“auxiliar”** é a dominante (51 % dos recursos humanos).

As principais fontes de financiamento para a resposta centro de dia são os **acordos de cooperação** (4 entidades) e **a participação de utentes** (5 entidades). Os protocolos com a Administração Local (município e freguesia) desempenham uma importância significativa para um dos centros de dia.

Por último, quanto ao **estado de conservação das instalações**, apresenta-se **bom** em todos os casos e, por **consequente**, as duas entidades gestoras indicam reunir as condições adequadas para a prestação do serviço.

Importantes para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado, uma entidade, o Centro Comunitário do Lousal, tem programado, a curto prazo, **obras de conservação e manutenção** com o apoio das autarquias locais.

Como principais **constrangimentos** ao funcionamento desta resposta social, surgem a **escassez de utentes**, uma vez que as entidades têm capacidade para apoiar mais pessoas idosas, e as **dificuldades financeiras** das instituições devido aos baixos rendimentos dos/as utentes e à baixa participação pública por parte do ISS, IP, que não permitem custear as despesas de funcionamento (géneros alimentares, combustível, energia, etc.). Por outro lado, a cada vez **maior dependência das pessoas** que frequentam estes centros obrigada a uma exigência acrescida e acarreta outras condições por parte de quem providencia a resposta.

³ Refira-se que a resposta Centro de dia da Santa Casa da Misericórdia de Grândola ficou suspensa com a Pandemia COVID 19, estando acoplada a outras valências da entidade.

Caixa 12. Síntese da Resposta Social Centro de Dia

- Oferta concelhia constituída por 5 centros de dia, que cobrem todas as freguesias do concelho.
- Taxa de ocupação muito baixa, com grande decréscimo da procura.
- Perfil de recursos humanos alocados aos centros de dia caracterizado pela predominância do sexo feminino, do ensino secundário e o 3.º CEB como principais habilitações literárias, de vínculos contratuais sem termo; e a tempo inteiro.
- Uma entidade tem investimentos programados a curto prazo, na conservação e manutenção das instalações.
- As respostas funcionam com constrangimentos vários, nomeadamente em relação ao financiamento da resposta, do perfil de cada vez maior dependência dos/as utentes e da diminuição do número de pessoas idosas residentes nas diferentes localidades.

Centro de Convívio

Em 2023, **existiam 2 centros de convívio**, ambos localizados na freguesia sede do município de Grândola. Os centros são geridos pela Associação de Intervenção Social de Grândola – AISGRA. Estes Centros de Convívio funcionam durante a tarde (entre as 14h e as 17h30), em dias úteis.

A capacidade instalada no conjunto dos **centros de convívio** era de 40 utentes, verificando-se que o número de utentes se situava nos 40, o que perfazia uma **taxa de ocupação de 100%**. Dados mais recentes, de 2024, apontam para uma capacidade de 60 utentes no conjunto dos centros de convívio, o que corresponde a uma taxa de ocupação **de 67%**.

Assinala-se, portanto, uma capacidade instalada suficiente para continuar a responder adequadamente à procura, especialmente considerando os quantitativos de utentes registados nos anos mais recentes. Considerando o triénio entre os anos 2019 e 2021, houve uma **estabilização da procura**, nos 40 utentes.

Estes espaços são dirigidos à população mais idosa, uma vez que 83 % dos/as utentes tem idade superior a 80 anos, observando-se uma prevalência de utentes do **sexo feminino (70 %)**.

O perfil etário de recursos humanos alocados aos espaços caracteriza-se pela predominância de pessoas trabalhadoras com idades compreendidas entre os **30 e os 39 anos**, 4 dos 6 recursos humanos afetos aos centros de convívio. No que concerne às **habilitações escolares**, destacam-se o **ensino secundário e superior**, com 3 e 2 trabalhadores/as respetivamente, sendo que há uma trabalhadora com 3.º CEB. Relativamente às relações laborais, todos os recursos humanos têm **vínculos contratuais sem termo** e são todos do sexo **feminino**, sendo que 2 **acumulam funções** com outras valências.

Esta resposta tem como fontes de **financiamento** os acordos de cooperação, a comparticipação de utentes, e protocolo com o município de Grândola.

Por último, quanto ao **estado de conservação das instalações**, este apresenta-se **bom** (C. Convívio Água Derramada) e **razoável** (C. Convívio “A estação”). O Centro de Convívio “A estação” que se encontra num estado de conservação razoável tem investimento previsto a curto prazo, na **renovação e remodelação das instalações**, importante para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado.

Como **constrangimentos** ao funcionamento da resposta a entidade refere a dificuldade em **assegurar o transporte dos/as utentes do domicílio para o Centro e vice-versa**, considerando o elevado número de utentes que necessita de transporte, e a **falta de motivação** da população em frequentar esta resposta social.

Caixa 13. Síntese da Resposta Social Centro de Convívio

- Oferta concelhia constituída por 2 centros de convívio, localizados na freguesia sede do concelho.
- Taxa de ocupação satisfatória (55 %), permitindo responder a potenciais acréscimos da procura, a curto e médio prazo.
- Instalações com estados de conservação bom e razoável, estando previstas obras de renovação/remodelação no centro em razoável estado de conservação.
- A entidade refere como constrangimentos as dificuldades de transporte de utentes nas deslocações para o domicílio e a falta de motivação da população.

Universidade Sénior

A **Universidade Sénior** de Grândola é promovida pelo Município de Grândola, desde 2007, com o intuito de promover o envelhecimento ativo, mediante a criação e dinamização regular de atividades culturais, educacionais, de lazer e convívio para os/as maiores de 50 anos, com ou sem experiência escolar, num contexto de formação ao longo da vida, em regime informal.

A Universidade Sénior tem capacidade para 150 alunos e alunas, tendo atualmente **120 pessoas inscritas**. São lecionadas 10 disciplinas, entre as quais dança e informática.

Estão afetos 10 recursos humanos à resposta, 8 dos quais do sexo feminino. No que concerne às **habilitações escolares**, destacam-se o **ensino superior** (8 trabalhadores/as) e o **ensino secundário** (2 trabalhadores/as).

O equipamento necessita de **obras profundas** de modernização e valorização no sentido da sua modernização, mas, principalmente, preservação.

Além da Universidade Sénior, o município de Grândola promove o Programa Viver Solidário (PVS) que desenvolve atividades socioculturais e desportivas para a população com mais de 60 anos asseguradas pelos técnicos da Universidade Sénior. O Programa cobre 12 localidades do concelho, contribuindo assim para a coesão social e territorial do município.

Caixa 14. Síntese da Resposta Social Universidade Sénior

- Oferta concelhia constituída por 1 universidade sénior promovida pelo município.
- Estão inscritas 120 pessoas e são disponibilizadas 10 disciplinas.
- Necessidade de obras de modernização e valorização das instalações.

Pessoas adultas com deficiência

Lar residencial

Grândola dispõe de um **lar residencial** orientado para o domínio de intervenção das **pessoas com deficiência**, localizado na freguesia sede de concelho. Este é assegurado pela **Cercigrândola** - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Grândola, desde 2009. A entidade dá resposta a utentes dos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal.

O lar residencial alberga **15 utentes**, o que corresponde à sua **capacidade máxima, sendo que 67 % dos/as utentes têm deficiência psicológica/intelectual**, 20 % têm deficiência motora, 7 % têm deficiência profunda e 7 % têm deficiência nos domínios da audição, visão, linguagem. No período **2019-2021** regista-se a manutenção do número de utentes, encontrando-se sempre na sua **plena capacidade** e com pessoas em **lista de espera**.

A análise dos grupos etários dos/as utentes do lar residencial, permite concluir que a maioria dos/as utentes tem entre os 30 e os 50 anos (6 utentes) e existe uma preponderância de utentes do **sexo masculino** (73 % dos utentes).

Por fim, importa notar que, à semelhança de outras respostas sociais no concelho, também aqui as **10 pessoas trabalhadoras alocadas são todos do sexo feminino**. Esta resposta funciona em estreita ligação com o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão - CACI, gerido pela mesma entidade.

As **fontes de financiamento para funcionamento da resposta são diversificadas** e incluem, o acordo de cooperação com o ISS, IP, a comparticipação por parte dos/as utentes, mas também protocolo com a autarquia, e donativos.

Como constrangimento principal a entidade aponta a **necessidade de construir um novo Lar** de modo que dê **resposta à procura**.

Caixa 15. Síntese da Resposta Social Lar residencial

- Concelho dispõe de um lar residencial localizado na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra.
- A manutenção da capacidade máxima ao longo dos últimos anos, e a existência de lista de espera reflete a necessidade de criação de mais lugares nesta valência.
- O lar residencial dá resposta a utentes de diferentes idades e de ambos os sexos, predominam os/as utentes com deficiência psicológica/intelectual.
- Necessidade de alargamento da capacidade da resposta.

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

Grândola dispõe de um **Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão- CACI** orientado para o desenvolvimento de atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, como meio de capacitação para a inclusão na comunidade. Localizado na freguesia sede de concelho, este é assegurado pela Cercigrândola - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Grândola, desde 1978. A entidade atua nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal.

O **CACI dá resposta a 40 utentes**, o que corresponde à sua **capacidade máxima**, sendo que, **68 % têm deficiência psicológica/intelectual**, 20 % deficiência profunda, 8 % deficiência motora e 5 % nos domínios da audição, visão, linguagem. No período **2019-2021** regista-se a manutenção do número de utentes, encontrando-se sempre na sua **plena capacidade** e com pessoas em **lista de espera**.

A análise do perfil etário de utentes do CACI, salienta-se pela diversidade de idades, embora se destaquem os utentes com **idade superior a 40 anos** (58 % do total), e um equilíbrio entre sexos, com ligeira vantagem de utentes do **sexo masculino** (55 % do total de utentes).

No âmbito dos serviços prestados, destacam-se, na área da saúde, o apoio psicológico e a terapia ocupacional.

Por fim, importa notar que à semelhança de outras respostas sociais no concelho, também aqui a **larga maioria das pessoas trabalhadoras é do sexo feminino (94 % do total de 34 trabalhadores/as)**. Esta resposta funciona em estreita ligação com o Lar Residencial, gerido pela mesma entidade.

As **fontes de financiamento para funcionamento da resposta são diversificadas** e incluem o acordo de cooperação com o ISS, IP, a comparticipação por parte dos/as utentes, mas também protocolo com o município e freguesia, subsídios eventuais e donativos.

Apesar da diversificação das fontes de financiamento, estas revelam-se insuficientes, uma vez que a entidade gestora refere como entrave ao funcionamento da valência a **escassez de financiamento**. Outro constrangimento apontado constitui a **incapacidade para dar resposta à procura**.

Caixa 16. Síntese da Resposta Social CACI

- Concelho dispõe de um CACI localizado na UF de Grândola e Santa Margarida da Serra.
- A manutenção da capacidade máxima ao longo dos últimos anos, e a existência de lista de espera reflete a necessidade de criação de mais lugares nesta valência.
- O CACI dá resposta a utentes de diferentes idades e de ambos os sexos, predominam as/os utentes com deficiência psicológica/intelectual.
- Escassez de financiamento para operacionalização da valência.
- Necessidade de alargamento da capacidade da resposta.

Outras respostas: Associação Pais em Rede – Núcleo de Grândola

A **Associação Pais em Rede**, é uma Organização Não Governamental das Pessoas com Deficiência (ONGPD), criada com o objetivo de congregar, num movimento de âmbito nacional, famílias das pessoas com todo o tipo de incapacidades, mobilizando toda a sociedade para a causa comum da sua inclusão, em linha com a defesa dos direitos humanos, preconizada pela Convenção dos Direitos das Pessoas com deficiência. O núcleo de Grândola **iniciou a sua atividade em 2016** e conta com um recurso humano afeto.

No âmbito da sua atividade, as **respostas e projetos implementados** pelo núcleo de Grândola são os seguintes:

- GraMI - Grândola Mais Igual – Gabinete de apoio às pessoas com deficiência (PcD) e suas famílias;
- Férias Inclusivas;
- Cultura para Todos - Vertente Práticas Artísticas - Constituição de grupo de Dança Inclusiva e apresentação de 4 espetáculos;
- Não Deixar Ninguém para Trás: desenvolvimento de ações de caráter inovador para a inclusão, promoção de bem-estar e de desenvolvimento de competências para pessoas com deficiência e outro público também em risco de exclusão social, através do desporto, artes plásticas, música e teatro.

O número de famílias apoiadas aumentou nos últimos 3 anos, tendo sido apoiadas 38 famílias, em 2021, 42 famílias, em 2022, e **45 famílias em 2023**, num total de 220 atendimentos. No mesmo período foram realizadas pela delegação de Grândola **6 ações de sensibilização/informação**, em que participaram 35 pessoas.

Os **constrangimentos** à atividade da Associação Pais em Rede no município de Grândola são diversos. Desde logo aqueles relacionados com as instalações, desde a despesa com a renda da sede, à falta de espaços adequados para desenvolvimento de atividades com grupos, nomeadamente, nas atividades Orquestra de Bombos, Teatro, Ginástica, Yoga. A falta de transporte para atividades desenvolvidas nas freguesias do concelho e fora do concelho é outro dos entraves ao funcionamento desta resposta. A entidade aponta igualmente como constrangimentos a sobrecarga na gestão dos projetos por falta de recursos, dificuldades financeiras por atrasos nos reembolsos dos projetos e dificuldade na agilização dos processos de transição para a Vida Ativa com o IEFP, I.P., o que provoca atrasos na inclusão de jovens com deficiência em formação profissional.

O trabalho desenvolvido pela Associação com a comunidade nos últimos anos permitiu identificar a **necessidade urgente de criar respostas de ocupação de jovens adultos** que **não estão institucionalizados e que também não se encontram integrados no mercado de trabalho** e que não encontram na comunidade espaços culturais para a sua faixa etária.

Caixa 14. Síntese da Resposta Social Associação Pais em Rede

- Resposta direcionada para famílias das pessoas com todo o tipo de incapacidades, mobilizando toda a sociedade para a causa comum da sua inclusão.
- Constrangimentos diversos à atividade: escassez de recursos humanos, dimensionamento e custo das instalações, falta de transporte, dificuldades financeiras e processuais relacionadas com os projetos apoiados pelo IEFP, IP.
- Carência de respostas de ocupação de jovens adultos que não estão institucionalizados e que também não se encontram integrados no mercado de trabalho e que não encontram na comunidade espaços culturais para a sua faixa etária

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Centro de Atendimento - “Passo a Passo”

Grândola dispõe de um **centro de atendimento orientado para a promoção de saúde mental comunitária**, através de uma intervenção terapêutica que pode ajudar a prevenir o agravamento de problemas de saúde mental e sociais minimizando o impacto destes problemas no agregado familiar e na comunidade. O Centro para a Promoção de Saúde Mental “Passo a Passo” é assegurado pela ADT- Associação para o Desenvolvimento do Torrão, com **sede na freguesia do Torrão, mas cuja área geográfica de atuação engloba o concelho de Alcácer do Sal e o concelho de Grândola, onde tem uma delegação**. O centro de atendimento tem uma **lotação de 47 utentes**, distribuídos pelos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola.

A análise do grupo etário dos utentes do centro de atendimento permite concluir que este **responde apenas à população adulta, estendendo-se os atendimentos também à população idosa**. A **maioria dos utentes encontra-se entre os 30 e os 49 anos de idade (52%)**, sendo que 21% apresenta entre 30 e 39 anos e 31% entre os 40 e os 49 anos de idade. A partir do grupo etário seguinte (dos 50 aos 59 anos) observa-se um decréscimo gradual da proporção de utentes atendidos.

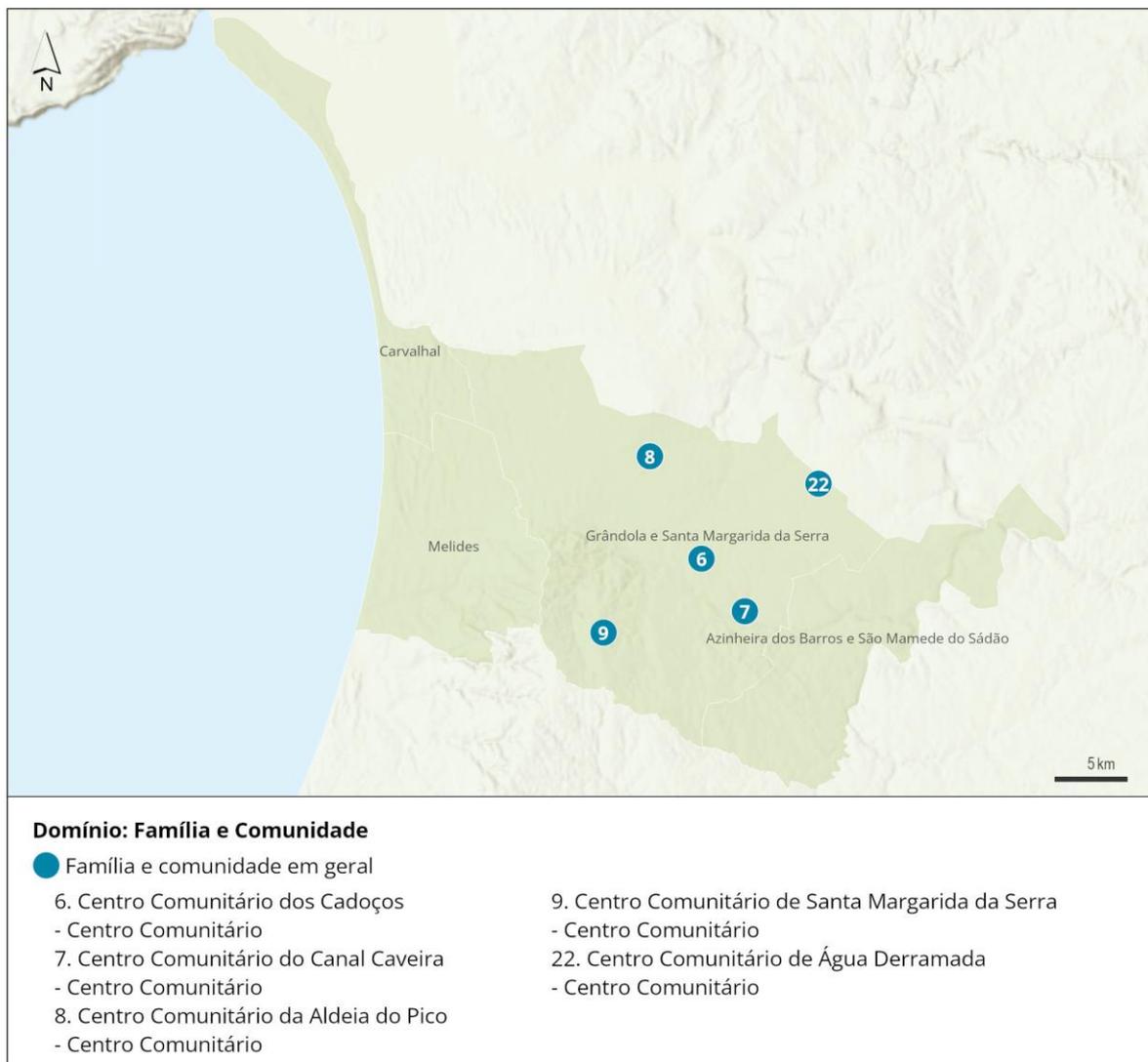
Por fim, importa notar que à semelhança de outras respostas sociais no concelho, também no centro de atendimento os **recursos humanos alocados são todos do sexo feminino e apresentam exclusividade na afetação**, uma vez que não se observa a acumulação de funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 14. Síntese da Resposta Social Centro de Atendimento Passo a Passo

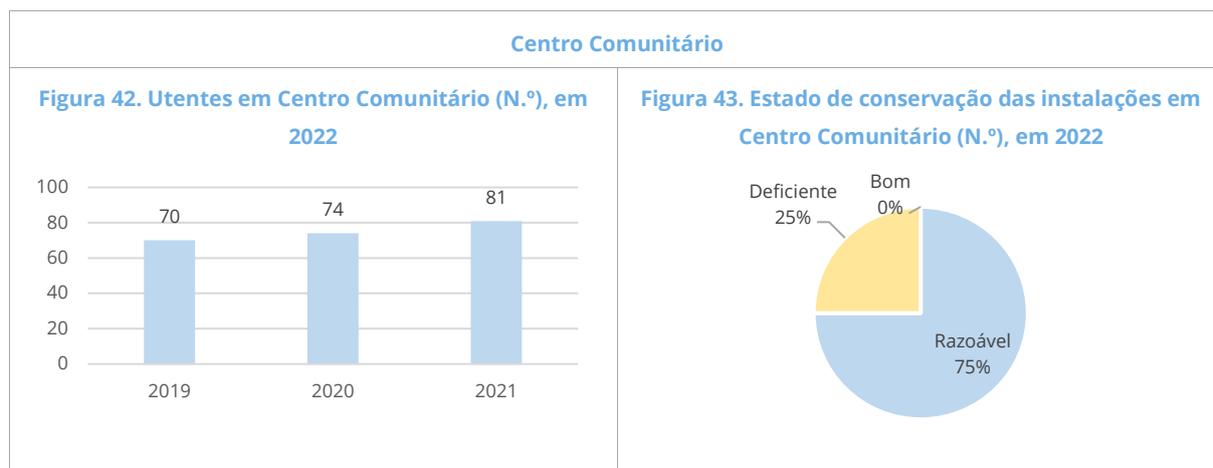
- Concelho de Grândola é servido por um centro de atendimento da responsabilidade da Associação de Desenvolvimento do Torrão, com sede em Alcácer do Sal, mas com delegação em Grândola.
- Resposta direcionada para a população adulta, encontrando-se a maioria dos utentes entre os 31 e os 50 anos de idade.
- A totalidade dos recursos humanos são do sexo feminino e apresentam exclusividade na afetação à resposta.

4.3.3. Família e comunidade

Figura 41. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da família e comunidade, em Grândola, em 2023



Fonte: Inquérito RUR



Centro Comunitário

Em 2023, existiam **5 Centros Comunitários** em Grândola, cuja atividade mais regular é a do **Programa Viver Solidário**, um projeto de Envelhecimento Ativo do Município de Grândola. Estes localizam-se na freguesia sede de concelho: no Bairro de Cadoços, Canal Caveira, Santa Margarida da Serra, Água Derramada, Aldeia do Pico. Os mais antigos funcionam desde 2005. Os centros são propriedade da Câmara Municipal de Grândola, mas são geridos por associações (Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Cadoços, Associação Sócio-cultural da Aldeia Nova de S. Lourenço, Associação de Moradores e Amigos da Aldeia do Pico, Associação de Moradores e Amigos da Água Derramada) e pela Câmara Municipal de Grândola, no caso do Centro Comunitário de Santa Margarida da Serra.

A capacidade instalada nesta resposta era de 210 lugares (30 na Aldeia do Pico e Água Derramada, 50 em Santa Margarida, Cadoços e Canal Caveira), verificando-se que o número de utentes se situava em 77 (MTSS, Carta Social), o que perfazia uma **taxa de ocupação de 37 %**. Assinala-se, portanto, uma **capacidade instalada suficiente** para continuar a responder à procura, especialmente considerando a trajetória do quantitativo de utentes registada nos anos mais recentes.

Considerando o triénio entre 2019 e 2021, houve um aumento da procura, mais 11 utentes do que em 2019, embora muito aquém da capacidade da resposta⁴.

Uma **equipa multidisciplinar** assegura **atividades lúdico-desportivas** durante 1h, **3 vezes por semana**, estando o **financiamento** a cargo do **Município de Grândola**. O estado de conservação das instalações, segundo as entidades gestoras é maioritariamente considerado razoável. O Centro Comunitário da Aldeia do Pico considera o espaço razoável, embora este não reúna as condições adequadas para as atividades lúdico-desportivas desenvolvidas devido à sua exiguidade em relação ao número de pessoas que frequentam as atividades. No Centro Comunitário de Santa Margarida da Serra, as instalações estão em deficiente estado de conservação, estando previstas obras de conservação e manutenção das instalações. Apesar disso estão reunidas as condições para a prestação do serviço, segundo a entidade gestora.

A **inadequação da resposta** Centro Comunitário à população local é apontada como **constrangimento**, esta revela-se diminuta perante as necessidades da população, que **necessita de respostas complementares** (Centro

⁴ Não estão contabilizados os utentes do Centro Comunitário de Água Derramada, que não foi alvo de inquérito.

de Dia e o SAD). É referida a necessidade de responder adequadamente à população local, idosa e isolada, **com funcionamento diário**, por meio de Acordo de Cooperação entre a Associação comodatária e a Segurança Social.

Caixa 17. Síntese da Resposta Social Centro Comunitário

- Oferta concelhia constituída por cinco centros comunitário nas localidades de Aldeia do Pico, Santa Margarida da Serra, Água Derramada, Canal Caveira e Cadoços.
- Capacidade instalada suficiente para responder a potenciais acréscimos da procura, no horizonte temporal de curto e médio prazo.
- A resposta funciona apenas 3 vezes por semana, durante 1h, período durante o qual são realizadas atividades lúdico-desportivas.
- Instalações revelam-se exíguas no caso do C.C. da Aldeia do Pico e com estado de conservação deficiente no caso do CC de Santa Margarida. Resposta Centro Comunitário revela-se insuficiente para dar resposta às necessidades da população de Santa Margarida, segundo a entidade gestora.

4.3.4. População imigrante

Figura 44. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da população imigrante em Grândola, em 2023



Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

O CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) tem o apoio do Alto Comissariado para as Migrações, a Câmara Municipal de Grândola e a Câmara Municipal de Alcácer do Sal, é um serviço prestado pela ADT na freguesia do Torrão, **mas funciona em itinerância em Alcácer do Sal e Grândola.**

O CLAIM é um projeto que resultou de uma candidatura ao FAMI – Fundo para o Asilo, Migração e Integração, em parceria com os Municípios de Alcácer do Sal e de Grândola. O primeiro projeto decorreu entre 2018 e 2020, houve depois nova candidatura para um segundo projeto (que decorreu entre 2021 e 2023) e aguarda-se atualmente resposta a uma nova candidatura no âmbito do Balcão 2030. A ser aprovado, o projeto terá a duração de 3 anos (2024-2026).

O CLAIM visa apoiar na integração dos imigrantes nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal em termos de apoio na sua regularização junto à AIMA (antigo SEF). Faz ainda a ponte entre os imigrantes e as entidades públicas (no acesso a serviços como a saúde, educação, finanças, segurança social), e realiza a sinalização e denúncia de situações de irregularidade, tráfico humano e exploração laboral, articulando para isso com as autoridades responsáveis (GNR, PSP, Polícia Judiciária) e a ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho.

Em 2023, registaram-se **2147 atendimentos em Grândola** (num total de 2.896 realizados). Em 2021 ocorreram 1326 atendimentos no CLAIM (Grândola e Alcácer do Sal), e no ano de 2022, 3182 atendimentos. O ano de 2022 foi um ano com trabalho acrescido, devido ao apoio à integração dos refugiados ucranianos. No município de Grândola, a comunidade brasileira, dominante, trabalha essencialmente nos serviços e na construção.

(página propositadamente deixada em branco)

5. Diagnóstico social prospetivo

Quadro 4. Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Localização privilegiada no contexto de transição entre a AML e o Alentejo Litoral e proximidade a eixos rodoviários estruturantes como a A2 e o IC1. Concentração da população nos aglomerados urbanos, em desfavor da ocupação dispersa. Convergência dos níveis de ensino secundário e superior com a média nacional. Taxa de desemprego inferior à observada a nível nacional. Aumento do peso da população ativa relativamente à população total residente. Aumento da população estrangeira residente no concelho. Aumento da capacidade da resposta ERPI: previsão de abertura de nova ERPI (SCM) e ampliação das instalações da ERPI da Casa do Povo de Melides. Previsão de abertura de novas instalações para a resposta clube de jovens. Existência de respostas sociais para a população idosa, nomeadamente Centros de Dia e Centros de Convívio que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar, com taxas de ocupação que permitem dar resposta adequada a potenciais incrementos moderados da procura, nos próximos anos. Existência de Universidade Sénior, que promove o envelhecimento ativo da população. Localização no concelho de respostas relevantes e diferenciadas à escala supraconcelhia para população com deficiência (Lar residencial, CACI). Existência de outras respostas/projetos no domínio da deficiência (Associação Pais em Rede) e da saúde mental (Associação Passo a Passo) 	<ul style="list-style-type: none"> Decréscimo populacional acentuado e saldo natural negativo nas últimas décadas. Pirâmide etária em envelhecimento (diminuição da população jovem e aumento da população idosa). Grande peso da população com baixos níveis de escolaridade. Ganho médio mensal da população ao serviço em Grândola abaixo da média nacional e sub-regional. As condições de mobilidade e acesso aos edifícios apresentam constrangimentos tanto no acesso aos edifícios como no estacionamento. Estado de conservação dos equipamentos encontra-se razoável, segundo a perceção das entidades. Resposta social de creche, com taxas de ocupação elevadas e com capacidade instalada insuficiente para responder ao aumento da procura, no que respeita às creches localizadas na sede de concelho. Escassez de recursos humanos (creches localizadas na vila de Grândola; SAD) Existência de respostas sociais em equipamentos com necessidade de obras de renovação/manutenção: creche da Casa do Povo de Azinheira dos Barros, Universidade sénior; Centros Comunitários O concelho de Grândola é servido pelo CAFAP de Alcácer do Sal (Torrão), que no conjunto dos dois concelhos dá resposta a 63 famílias. Respostas sociais para pessoas idosas no limiar da sua capacidade máxima ERPI (100 %) e SAD (88 %), impossibilitando dar resposta a potenciais acréscimos da procura; existência de listas de espera para usufruir da resposta (ERPI). A dispersão geográfica, trajetos difíceis e antiguidade dos veículos de transporte são constrangimentos apontados na resposta do SAD. Dificuldades de transporte de utentes nas deslocações entre o seu domicílio e os Centros de Convívio. Agravamento das situações de dependência das pessoas idosas dificultam a resposta por parte das entidades (ERPI, SAD, Centros de Dia). A comparticipação de utentes é a fonte de financiamento mais utilizada e com um peso pouco relevante. As entidades apontam constrangimentos no financiamento das respostas: Intervenção Precoce, CATL, Centros de Dia, Centros de Convívio, Lar residencial e CACI. Decréscimo da procura nos Centros de Dia devido ao esvaziamento populacional, com diminuição do número de pessoas idosas residentes nas diferentes localidades; Falta de motivação dos/as utentes para frequentar as respostas sociais (Centros de Convívio). Respostas para a população com deficiência na sua capacidade máxima (Lar residencial e CACI). Carência de respostas culturais para jovens adultos com deficiência, não institucionalizados e não integrados no mercado de trabalho. Necessidade de nova resposta, para a população sénior de Santa Margarida, mais completa (Centro de Dia, SAD), o centro de convívio é manifestamente insuficiente, segundo a entidade gestora. Evolução retrativa da procura em algumas respostas, entre 2019 e 2021, indicativo dos impactes negativos da Pandemia COVID-19.

Forças	Fraquezas
<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação do processo de descentralização de competências no domínio da ação social, por via do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais. • Contexto pós-pandémico marcado por uma maior consciencialização política e social sobre a importância do reforço do investimento na oferta social e crescente valorização das problemáticas ao nível da saúde mental. • Criação da “Creche Feliz: Rede de Creches Gratuitas”, com a Segurança Social a assegurar o pagamento de creches, creches familiares e amas em situações específicas favorável a um aumento da procura, nos próximos anos. • Aprovação recente do “Estatuto do Cuidador Informal” (pela Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro) que define os direitos e deveres do/a cuidador/a e da pessoa cuidada e estabelece as respetivas medidas de apoio. • Coexistência de novas formas de trabalho (presencial, híbrido e remoto) representam uma desmaterialização das pendularidades convencionais e uma oportunidade de crescimento de cidades/concelhos de média e menor dimensão. • Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável ao reforço da eficácia e resiliência da rede e apoio a uma nova geração de equipamentos e respostas sociais. • Disseminação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, dotado de uma visão mais abrangente e inclusiva das problemáticas sociais. • Maior sensibilização da população sénior para a importância de manterem uma vida ativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de diversificar as fontes de financiamento que garantam a sustentabilidade financeira de agentes sociais e reduzam a dependência dos apoios da Administração Pública. • Elevada feminização do emprego nos equipamentos e pouca incidência de pessoas trabalhadoras com deficiência
	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> • Crescente complexidade dos fenómenos sociais, económicos e demográficos reforça a premência de modelos de planeamento dinâmicos, pró-ativos e com abordagens interdisciplinares. • Poli-crisis representam fator de risco acrescido à sustentabilidade das entidades e dos equipamentos sociais, como por exemplo o aparecimento de pandemias e vírus, que expõem as fragilidades e vulnerabilidades da oferta. • Incipiente apoio público às famílias com crianças e jovens ao nível nacional, transversal aos vários ciclos políticos e económicos, o que compromete a redução da pobreza infantil. • Envelhecimento demográfico e as consequências sociais e económicas que daí resultam, que requerem medidas de apoio e uma diversificação e reforço da oferta no domínio da população idosa. • Persistência de um forte estigma e exclusão social relativamente às pessoas com doença mental, o que exige maior concertação das respostas sociais e de saúde, assim como um maior esforço por parte dos atores envolvidos.

Fonte: Equipa Técnica (2023)

6. Cenários demográficos

6.1. Enquadramento

Na elaboração de instrumentos de planeamento setorial, a cenarização da componente demográfica assume um papel relevante, dado que permite prospetivar os quantitativos populacionais futuros e identificar, atempadamente, as necessidades que daí resultam na oferta de equipamentos e respostas sociais.

Assim, o presente exercício pretende apoiar a proposta de programação, permitindo antever vários cenários de evolução global do concelho, e de cada uma das freguesias, facultando informação sobre a evolução dos diversos grupos etários que procuram os diferentes equipamentos, respostas e serviços, para o ano horizonte de 2030.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização regional e local, é possível desenvolver cenários sobre o quadro evolutivo e de impactes da demografia no concelho de Grândola nos próximos anos.

Neste processo, foram realizadas projeções demográficas tendo como horizonte os anos de 2025 e 2030, utilizando o modelo *cohort survival* aberto. Este, corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de pessoas que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Ou seja, a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância em que a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período).

6.2. Cenarização demográfica (2025 e 2030)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival*. Nesta projeção, especialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e para 2021-2031. Dadas as características do concelho, o impacto previsível gerado pela crise pandémica, e o tempo de realização (com a publicação dos resultados do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, com base na evolução demográfica patenteada durante a segunda década de 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- população residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;

- taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, o Alentejo Litoral e o Continente, em 2011 e 2020;
- taxa de crescimento migratório para o Continente e o Alentejo Litoral, entre 2010 e 2020.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário) *Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de 2010. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2020, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década seguinte - 2021 / 2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Quadro 5. Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B - cenário alternativo voluntarista)

Grupo etário	2021	CENÁRIO TENDENCIAL		CENÁRIO ALTERNATIVO (VOLUNTARISTA)	
		2025	2031	2025	2031
0-9	1080	1020	960	1118	1201
10-19	1282	1317	1353	1434	1470
20-29	1196	1050	904	958	949
30-39	1598	1396	1193	1265	1253
40-49	2091	2176	2262	2398	2375
50-59	1793	1710	1627	1725	1708
60-69	1862	1857	1852	1963	1945
+70	2920	2934	2948	3125	3096
Total	13822	13460	13099	13985	13997
Var. face a 2021	-	-2,6	-5,2	0,5	0,9

Fonte: INE (2021) e RUR (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, **a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma evolução negativa muito acentuada, contabilizando-se um decréscimo, em 2025, em torno dos 2,6 % (menos 360 residentes, aproximadamente)**. Este cenário é possível que se possa concretizar, tendo em

atenção a evolução recente das principais variáveis demográficas, e alguns indicadores do Recenseamento Geral da População de 2021. Não obstante, o Cenário B (voluntarista), num contexto de reforço da capacidade de atração de população migrante e o impacte dos grandes projetos de Sines, na atração e fixação de novas pessoas residentes pelos diversos concelhos do Alentejo Litoral deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspetivada para os próximos anos.

Com base neste cenário B, em 2025, **a população residente no concelho será 13.985 e, em 2031, de 13.997 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 0,9 % relativamente ao valor contabilizado em 2021.**

6.3. Censarização por domínio específico

Domínio Infância e Juventude

Numa leitura por grupos etários decenais, verifica-se que a população infantil (0-9 anos) tenderá a aumentar de forma relevante no concelho, num cenário voluntarista (uma variação de 11,2 %, entre 2021 e 2031). Uma análise de maior detalhe, permite relevar que a população alvo das creches (0-2 anos) se situará em torno das 335 crianças, em 2031, e concentrar-se-á, sobretudo, na União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra (277 crianças).

Quadro 6. Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação)

Cenário Tendencial	2021			2025			2031		
	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos
Concelho de Grândola	301	387	1080	284	366	1020	268	344	960
Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão	12	14	36	11	13	34	11	12	32
Carvalhal	16	22	77	15	21	73	14	20	68
Melides	24	34	86	23	32	81	21	30	76
União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra	249	317	881	235	299	832	221	282	783

Cenário Voluntarista	2021			2025			2031		
	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos
Concelho de Grândola	301	387	1080	312	401	1118	335	430	1201
Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão	12	14	36	12	14	37	13	16	40
Carvalhal	16	22	77	17	23	80	18	24	86
Melides	24	34	86	25	35	89	27	38	96
União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra	249	317	881	258	328	912	277	353	980

Fonte: INE (2021) e RUR (2025 e 2031)

Domínio Pessoas idosas

A população com idade superior a 65 anos, registará um aumento, quer no cenário tendencial (0,7 %), quer no cenário voluntarista (4,6 %), atingindo, em 2031, as 3845 pessoas residentes (cenário tendencial). A maioria desta

população estará concentrada na União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra (2863). A população com mais de 70 anos, em 2031, rondará os 2948 residentes no concelho (cenário tendencial).

Quadro 7. Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação)

Cenário Tendencial	2021		2025		2031	
	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos
Concelho de Grândola	3817	2920	3831	2934	3845	2948
Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão	181	119	182	120	182	120
Carvalhal	261	185	262	186	263	187
Melides	533	430	535	432	537	434
União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra	2842	2186	2852	2196	2863	2207

Cenário Voluntarista	2021		2025		2031	
	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos
Concelho de Grândola	3817	2920	4022	3125	3993	3096
Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão	181	119	191	127	189	126
Carvalhal	261	185	275	198	273	196
Melides	533	430	562	460	558	456
União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra	2842	2186	2995	2339	2973	2318

Fonte: INE (2021) e RUR (2025 e 2031)

7. Estratégia e programa de ação

A Carta Social de Grândola visa orientar a oferta de equipamentos e respostas sociais no concelho até 2030, identificando as prioridades de investimento no alargamento e qualificação da oferta.

Sem prejuízo do seu dinamismo demográfico, o concelho de Grândola apresenta múltiplos desafios, de escala diversa, impactantes na capacidade e nas condições de resposta da oferta de equipamentos e serviços sociais. A convergência destes fatores, que se potenciam mutuamente, limita a capacidade da oferta se adequar à procura, em determinados domínios, podendo comprometer os níveis de esforço e de investimentos realizados pelos agentes sociais concelhios, regionais e nacionais.

A estratégia definida e o programa de ação delineado, sendo ambiciosos, procuram adaptar-se o mais possível à capacidade de investimento existente, e à sustentabilidade das entidades, por forma de garantir a exequibilidade das propostas e melhor informar os órgãos de decisão pela sua operacionalização.

7.1. Visão estratégica

O modelo estratégico foi desenhado para responder aos desafios, necessidades e problemáticas que atualmente se identificam no concelho de Grândola, sendo por isso fundamental acautelar e mitigar atempadamente os potenciais impactes negativos que podem gerar. A visão estratégica deste modelo radica na concertação da trilogia: objetivos, princípios e critérios.

São 3 os **objetivos** da visão estratégica desenhada para a Carta Social, encontrando-se estritamente articulados entre si e visando, em última análise, robustecer o setor social em matéria de oferta.

O primeiro e primordial objetivo consiste necessariamente em garantir a maior adequação da oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais às necessidades atuais e futuros do processo de desenvolvimento social e de crescimento económico e populacional no concelho. Esta adequação, que deve ser permanentemente equacionada e assegurada, é determinante para garantir que o município de Grândola se constitui como um território qualificado e uma centralidade relevante no sistema urbano regional.

O segundo objetivo consiste em reforçar o carácter multi e intersectorial que o domínio social deve assumir na generalidade das políticas municipais e sub-regionais, essencial para assegurar a transversalidade da esfera social nas demais opções de investimento, uma vez que apenas esta concertação poderá conduzir a uma maior eficácia e eficiência dos resultados a gerar.

O terceiro objetivo centra-se no reforço da concertação entre agentes do ecossistema social, porque apesar destes disporem de um amplo histórico de trabalho conjunto, colaborativo, importa garantir a sua continuidade e robustecimento, bem como a existência de espaços e canais de comunicação regulares.

Quadro 8. Objetivos da visão estratégica da Carta Social de Grândola

GARANTIR	REFORÇAR	ROBUSTECER
a adequação da oferta e da procura	o carácter multi e intersectorial do domínio social	a concertação entre agentes sociais
Ajustar a oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais à evolução da procura, de modo que garanta a melhor qualidade de vida às/aos munícipes, nas diversas fases de vida.	Reforçar o papel central do domínio social na tomada de decisões no concelho, assim como na sub-região, bem como assegurar a sua transversalidade nas demais políticas públicas.	Assegurar a continuidade e o robustecimento do trabalho de concertação entre agentes do ecossistema social, beneficiando do histórico de trabalho, essencial para assegurar a continuidade das respostas.

Fonte: RUR, 2023

A estruturação da visão estratégica pressupõe igualmente a definição dos **princípios** basilares que a orientam. Estes emanam dos principais referenciais políticos e sociais de desenvolvimento consensualmente aceites entre as sociedades mais avançadas, encontrando-se assim em linha com as principais diretrizes internacionais, europeias e nacionais.

O planeamento da rede de equipamentos sociais em Grândola nos próximos anos, de forma que se constitua como um processo dinâmico e assente numa visão holística do território, das suas populações e do seu tecido empresarial deve assentar em nove princípios centrais.

Quadro 9. Princípios da visão estratégica da Carta Social de Grândola

Equidade	O planeamento da rede de equipamentos deve maximizar a possibilidade de a oferta social permitir que cidadãos e cidadãs em iguais condições possam ter iguais oportunidades de acesso aos equipamentos, respostas e serviços sociais. Este princípio insere-se na esfera da justiça social e procura consolidar Grândola como um território de iguais oportunidades para todas as pessoas
Racionalidade	Num contexto de escassez de recursos técnicos, humanos e financeiros não é viável promover uma igual distribuição dos equipamentos, respostas e serviços sociais pelo território, sendo por isso determinante identificar e selecionar os melhores territórios para a localização da oferta social, sem comprometer os demais princípios
Policentrismo	O planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve contribuir para a promoção de um sistema urbano municipal e sub-regional policêntrico, visando assim o desenvolvimento de centralidades a múltiplas escalas
Sustentabilidade	A estruturação da rede deve acautelar a tomada de decisões financeiramente sustentáveis, de médio e longo prazo, de forma que salvaguarde os investimentos realizados, de natureza, pública, privada ou outra, sejam canalizados para as melhores opções de investimento
Cooperação	O exercício de planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve assentar num amplo processo de cooperação entre os principais agentes do ecossistema social e territorial, na medida em que são conhecedores das especificidades territoriais e setoriais, assim como dos desafios existentes e emergentes. Estes

	devem ser agentes ativos no processo, beneficiando as decisões tomadas de consenso e reconhecimento, mitigando potenciais constrangimentos futuros
Transição Climática	Os municípios dispõem hoje de um aprofundado conhecimento do seu território e das suas vulnerabilidades, pelo que as decisões tomadas devem procurar mitigar ao máximo eventuais impactos negativos. Num tempo amplamente marcado pela emergência climática, importa centrar as preocupações e as respostas nas pessoas mais vulneráveis (crianças, população idosa, ...), no território, nos recursos naturais, no património natural e na biodiversidade, considerando ainda que Grândola se insere na NUT II Alentejo, uma região com uma elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas, nomeadamente ao aumento da temperatura e à frequência e amplitude das ondas de calor e das secas meteorológicas
Resiliência	Os últimos anos, ficaram marcados por múltiplas e sequenciais crises de natureza diversa (económicas e financeiras, sociais, ambientais, de saúde, conflitos bélicos de larga escala, etc.), que têm demonstrado as dificuldades de responder de forma célere e adequada a essas ocorrências, muitas das quais de forma substancialmente imprevisível. O planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve procurar viabilizar os investimentos que demonstrem maior resiliência a estas poli-crisis, detendo uma forte capacidade adaptativa
Digitalização	Na Era da digitalização, é determinante que os equipamentos, respostas e serviços sociais efetuem os respetivos processos de transição digital, essencial para que consigam acompanhar as mais recentes e emergentes necessidades e aspirações da sociedade. Aplicando-se este princípio amplamente à oferta atual, que deve procurar efetuar esta transição, adequa-se, no entanto, de forma ainda mais incisiva ao planeamento de novos equipamentos, respostas e serviços sociais, que devem basear-se em sistemas integrados, abertos à comunidade e altamente personalizados às necessidades específicas de cidadãos e cidadãs
Transparência	O processo de reflexão, concertação e construção da futura rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve ser amplamente transparente, salvaguardando o superior interesse da população e de agentes setoriais locais e sub-regionais

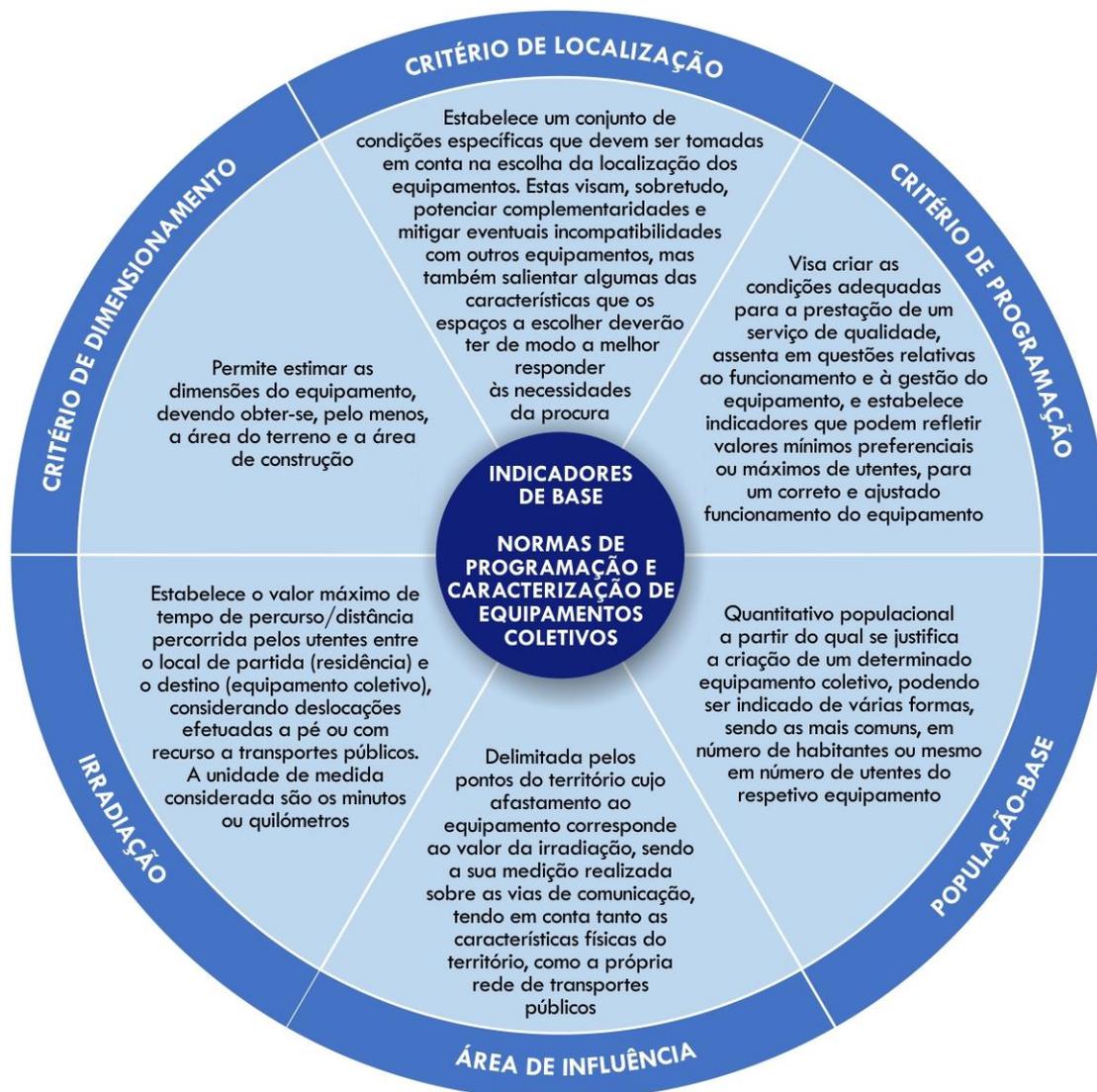
Fonte: RUR, 2023

A operacionalização destes princípios obedece a um círculo virtuoso em que todos são fulcrais e indispensáveis para a promoção de uma rede de equipamentos, respostas e serviços sociais moderna e qualificada.

7.2. Critérios de programação

A programação de equipamentos coletivos deve obedecer a um conjunto de critérios e normas de programação. As Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), constituem o referencial de base ao presente exercício, estabelecendo seis indicadores principais: (i) critério de localização; (ii) critério de dimensionamento; (iii) critério de programação; (iv) irradiação; (v) área de influência; (vi) população-base.

Figura 45. Indicadores de base definidos nas normas de programação e caracterização de equipamentos coletivos



Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.

Não obstante a contemporaneidade que as Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU continuam a apresentar, estas circunscrevem-se a apenas algumas tipologias de respostas e serviços sociais.

Estas Normas encontram-se sistematizadas nos anexos, ainda que considerando algumas tipologias e domínios de intervenção atualmente não disponíveis na oferta existente no concelho de Grândola. Nestes quadros foram ainda considerados os documentos e instrumentos legais elaborados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, essenciais para sustentarem o presente exercício de programação de equipamentos.

7.3. Modelo territorial de provisão

A rede de equipamentos coletivos tem um papel nevrálgico na organização do território e na construção de um sistema urbano concelhio (e sub-regional) policêntrico que assegura equidade no acesso aos equipamentos e serviços sociais. Neste contexto a Carta Social, além de ser um instrumento de desenvolvimento social, constitui-se também como um instrumento de ordenamento do território, contribuindo para o reforço do sistema urbano concelhio, através da (i) consolidação das centralidades urbanas, com a afetação de equipamentos sociais de nível concelhio de localização central; (ii) dotação das áreas residenciais com os equipamentos de proximidade necessários, de modo a assegurar respostas promotoras de pendularizações de curta distância (preferencialmente efetuadas a pé); (iii) revitalização sócio urbanísticos dos espaços urbanos periféricos e das áreas rurais.

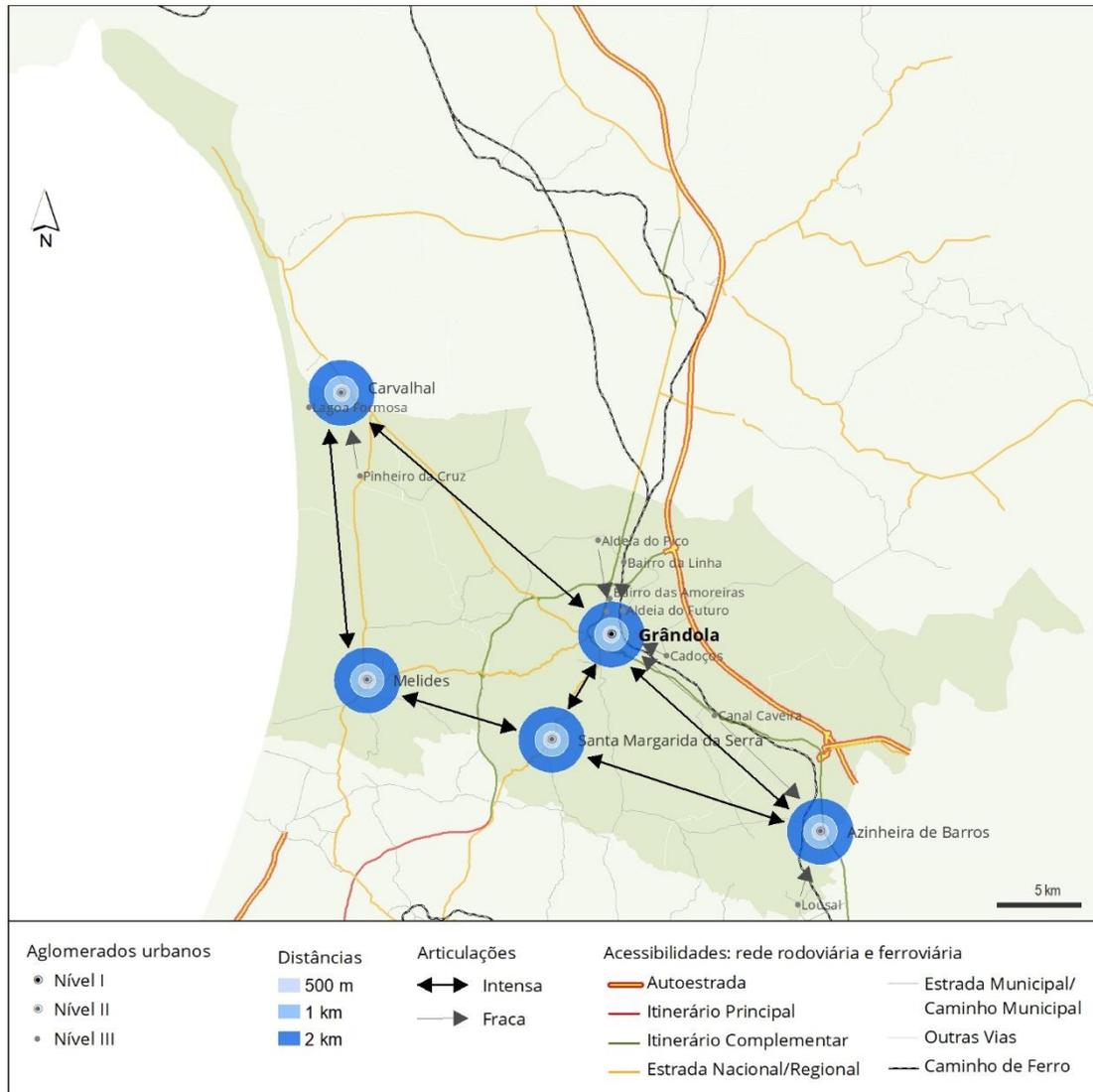
Muito embora Grândola constitua um território com uma densidade demográfica relativamente reduzida, no contexto do Alentejo Litoral, a vila de Grândola é um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, com uma incidência especialmente circunscrita ao seu território municipal, adquirindo a sua população bens e serviços especializados, fundamentalmente, na vila. Com uma oferta de funções urbanas relativamente desenvolvida, no que diz respeito à densificação, diversificação e qualificação, fica facilitada a consolidação deste aglomerado enquanto âncora do sistema urbano sub-regional.

A organização do território de Grândola conta ainda com aglomerados urbanos relevantes, sedes de freguesia (Melides, Carvalhal, Azinheira dos Barros, ...) e diversos outros aglomerados (Pinheiro da Cruz, Aldeia do Pico, Canal Caveira, ...). A densidade de articulações entre os vários aglomerados urbanos são a evidência de um sistema urbano hierarquizado, mas com relevantes articulações intra-concelhias, desempenhando os equipamentos coletivos uma importância central para o alcançar uma maior polinucleação e protagonismo funcional de alguns aglomerados.

Os fatores potenciadores de uma qualificação territorial proporcionados pela execução da estratégia desenhada na presente Carta Social traduzem-se numa oportunidade de reforçar a urbanidade desta multiplicidade de centros urbanos de menor dimensão, enquanto reforça a principal aglomeração urbana concelhia (Vila de Grândola) e as sedes de freguesia (Melides, Carvalhal). Ainda que as propostas apresentadas considerem esta hierarquização de aglomerados urbanos, estas procuram a um tempo mitigar algumas das limitações atualmente existentes no que concerne à oferta de equipamentos e respostas sociais e, a outro tempo, ao procurar densificar e diversificar a oferta de respostas sociais, têm a ambição de induzir nestes aglomerados crescentes níveis de mobilidade e de conectividade que contribuam para um policentrismo urbano e subseqüentemente para a coesão social, urbana e territorial.

Na aplicação da estratégia proposta, a questão crítica consistirá na capacidade de a concretizar, garantindo a dimensão e o custo necessário, a par com uma forte articulação com o ecossistema de agentes sociais envolvido e com os enormes desafios que a sociedade atual enfrenta (poli-crisis, Guerra na Ucrânia e efeitos multifacetados subseqüentes, alterações climáticas, transição digital, forte envelhecimento da sociedade ...) e que nem sempre são fáceis de sincronizar.

Figura 46. Contributo da rede de equipamentos coletivos sociais para o sistema urbano policêntrico do concelho de Grândola



Fonte: RUR, 2023

7.4. Eixos de intervenção e tipologias de ações

A operacionalização da estratégia concretiza-se numa matriz de eixos de intervenção, que constituem as grandes áreas de intervenção da Carta Social do município de Grândola, que se detalham no quadro seguinte.

Quadro 10. Estruturação do programa de intervenção da Carta Social de Grândola

Eixo	Foco estratégico	Tipologias de ações
<p>Eixo 1 - aumentar a capacidade de resposta</p>	<p>É fundamental reforçar a capacidade de resposta municipal no domínio de intervenção das crianças e jovens, da população idosa, das pessoas em situação de dependência e para as pessoas com deficiência e considerando a tipologia de respostas já existentes no concelho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade da resposta “Creche”, na vila de Grândola; • Reforço da capacidade da resposta “CAFAP”, no concelho; • Reforço da capacidade da resposta ERPI (novos equipamentos), na Vila de Grândola, em Melides e no Carvalhal, incluindo ampliação de equipamentos já existentes (pe. Casa do Povo de Melides); • Criação de respostas culturais/tempos livres para jovens com deficiência; • Reforço da capacidade da resposta para a população com deficiência (Lar Residencial e CACI); • Reforço da capacidade da resposta para os jovens: novas instalações para o “clube de jovens”.
<p>Eixo 2 - diversificar a oferta</p>	<p>É determinante suprimir lacunas em matéria de respostas e serviços sociais no plano concelho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de uma nova geração de apoio domiciliário – SAD Inovador; • Construção de uma ERPI (Grândola) com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes (projeto piloto); • Criação de um Lar Residencial para Pessoas com Demência; • Reforço da capacidade de resposta do Centro de Atendimento para Pessoas Imigrantes e Refugiadas.
<p>Eixo 3 - promover a acessibilidade territorial</p>	<p>É fundamental fomentar uma maior acessibilidade territorial, uma vez que a existência de barreiras à acessibilidade geográfica aos equipamentos coletivos representa um constrangimento da maior relevância ao acesso da população, espoletando iniquidades territoriais e fraturas sociais, tanto mais significativas quanto mais vulneráveis os públicos-alvo em questão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade da resposta Universidade Sénior: disponibilização nos principais aglomerados concelhios.
<p>Eixo 4 - qualificar a oferta existente</p>	<p>É fundamental promover a melhoria das condições físicas dos equipamentos (melhorar o conforto térmico, promover a transição digital, eliminar fragilidades físicas, etc....), mas também das condições</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e capacitação de recursos humanos; • Qualificação das condições de operacionalidade geral dos equipamentos no âmbito da eficiência energética e do conforto térmico;

Eixo	Foco estratégico	Tipologias de ações
	humanas (valorizar a formação, a qualificação e capacitação contínua dos/as trabalhadores/as).	<ul style="list-style-type: none"> Reabilitação do edificado com constrangimentos físicos; Melhoria da articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os/as utentes, respetivas famílias e recursos humanos; Diversificação da oferta de serviços em Centros de Dia; Diversificação da oferta de SAD atualmente existente (assente num modelo de apoio domiciliário inovador, apostando em valências de autonomia funcional e cognitiva).

7.5. Programa de Ação

Para os Eixos e Ações Prioritárias de Intervenção identificadas foi construída uma matriz que corresponde ao programa de ação da presente Carta Social, para o horizonte temporal de 2030. Nesta matriz é identificada, para cada uma das Ações Prioritárias de Intervenção, a respetiva localização geográfica, considerando, sempre que possível, o aglomerado urbano (incluindo as intervenções de expressão territorial concelhia). Optou-se por não apresentar estimativas de investimento, em resultado da atual conjuntura macroeconómica pautada por uma forte variação de preços dos bens e serviços, com tendência de aumento generalizado (inflação), sobretudo, considerando que se assume um horizonte temporal alargado, que se estende de 2024 a 2030. Acresce que para a indicação do investimento seria necessário um estudo pormenorizado das especificidades técnicas, que carece de outro tipo de abordagem, subsequente.

O programa de ação sustenta-se em dezanove ações prioritárias de intervenção apresentando diferentes horizontes de concretização. Temporalmente, estas ações podem dividir-se em dois conjuntos, em que um primeiro, que engloba a totalidade das ações dos Eixos 1, 2 e 3, repartidas pelos 3 períodos considerados, enquanto o segundo conjunto abrange as ações do Eixo 4, cuja operacionalização é transversal aos vários períodos, configurando ações continuadas no tempo (investimento contínuo).

Quadro 11. Programa de Ação da Carta Social de Grândola

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	CRONOGRAMA		
			2024-2025	2026-2028	2029-2030
EIXO 1	Reforço da resposta “Creche”	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra	X	X	
	Reforço da resposta “CAFAP”	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra	X	X	
	Criação de ERPI na Vila de Grândola	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra	X	X	
	Criação de ERPI em Melides	Melides		X	
	Criação de ERPI em Carvalhal	Carvalhal		X	
	Criação de novas instalações para o “Clube de Jovens”	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra		X	

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	CRONOGRAMA		
			2024-2025	2026-2028	2029-2030
	Reforço da resposta para a população com deficiência (Lar Residencial e CACI)	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra		X	
	Criação de respostas culturais/tempo livres para jovens com deficiência	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra		X	
EIXO 2	Criação de SAD Inovador	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra	X	X	
	Criação de ERPI (projeto piloto) - com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra		X	
	Criação de Lar Residencial para Pessoas com Demência	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra			
	Reforço da capacidade de resposta do Centro de Atendimento para Pessoas Imigrantes e Refugiadas	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra			
EIXO 3	Reforço da resposta Universidade Sénior	Principais aglomerados concelhios	X	X	
EIXO 4	Qualificação e capacitação dos recursos humanos	Concelho	X	X	X
	Qualificação das condições de operacionalidade (eficiência energética e conforto térmico)	Concelho	X	X	X
	Reabilitação do edificado com constrangimentos físicos	Concelho	X	X	X
	Melhoria da articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos	Concelho	X	X	X
	Diversificação e qualificação da oferta de serviços em Centros de Dia	Concelho	X	X	X
	Diversificação da oferta de SAD, assente num modelo de apoio domiciliário inovador, apostando em valências de autonomia funcional e cognitiva.	Concelho	X	X	X

Fonte: RUR, 2024

O atual quadro de financiamento comunitário, Portugal 2030, que materializa o Acordo de Parceria, envolve 23 mil milhões de euros dos fundos europeus, constituindo uma importante fonte de financiamento. Quer os programas temáticos, nomeadamente o PESSOAS 2030 e o SUSTENTÁVEL 2030, quer o Programa Regional Alentejo 2030, poderão ser potencialmente mobilizados para a execução das intervenções propostas. Estes apoios têm um papel fulcral para assegurar a operacionalização de diversas medidas de combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social.

A estes instrumentos de apoio acresce o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que até 2026, poderá também financiar diversas das intervenções a delinear no âmbito da Carta Social de Grândola. Na dimensão de Resiliência, consideram-se 9 componentes com vista a reforçar a resiliência social, económica e territorial de Portugal. Especificamente, na Componente 3 “Respostas Sociais”, procura-se apoiar intervenções que concorram para “reforçar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidade e famílias”.

8. Referências bibliográficas

- Europa, C. d. (2005). Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide. Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Europeia, C. (2017). Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Gotemburgo. Obtido de https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights_pt
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2013). Rede Local de Intervenção Social (RLIS). Lisboa.
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2017). Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP). Lisboa.
- Ministros, P. d. (2020). Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto.
- Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, S. e. (2021). Portaria n.º 66/2021 de 17 de março.
- Portuguesa, R. (2021). Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro. Lisboa: Ministério do Planeamento.
- República, A. d. (2018). Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.
- Saúde, M. d. (2006). Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.
- Social, I. d. (2003). Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais.
- Social, M. d. (2006). Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho.
- Social, M. d. (2006). Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).
- Social, M. d. (2006). Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES).
- Social, M. d. (2007). Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

Anexos

(página propositadamente deixada em branco)

A.1. Entidades da Rede Social

Anexo 1. Entidades que integram o Núcleo Executivo, 2023

Núcleo Executivo
Município de Grândola
ISS, IP; Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal
Centro de Saúde de Grândola
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
Agrupamento de Escolas de Grândola
Representante das IPSS do concelho
Representante das Juntas de Freguesia do concelho

Anexo 2. Estruturas de parceria, 2023

Estruturas de Parceria
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Grândola
Núcleo Local de Inserção – Rendimento Social de Inserção
Programa “Viver Solidário”
PAIP - Projeto Articulado de Intervenção Precoce

Anexo 3. Entidades que integram o Conselho Local de Ação Social de Grândola (CLASG), 2023

CLAS
Município de Grândola (presidência)
Aberta Nova Sociedade Agroflorestal S.A.
Agrupamento de Escolas de Grândola
Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Cadoços
Associação de Bombeiros Voluntários de Grândola
Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano - ADL
Associação de Intervenção Social de Grândola - AISGRA
Associação Pais em Rede – Núcleo de Grândola
Associação de Solidariedade Social GrândolaComVida
Associação Sócio Cultural da Aldeia Nova de S. Lourenço, Canal Caveira
Associação para o Desenvolvimento do Torrão /CAFAP
Associação Remédios do Riso
Casa do Povo de Azinheira dos Barros
Casa do Povo de Melides
CENFIM – Núcleo de Sines/Pólo de Grândola
Centro de Saúde de Grândola
Centro Social do Carvalhal
Cercigrândola
Creche e Jardim de Infância de Grândola
Destacamento Territorial da GNR de Grândola
Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais

CLAS
Direção Regional do Alentejo do IPDJ
Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Grândola – EPADRG
Equipa de Tratamento do Alentejo Litoral” para “Centro de Respostas Integradas do Litoral Alentejano - CRILA
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Grândola
Fundação Padre Américo
Fundação Herdade da Comporta
IDSET – Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento
IEFP, IP - Centro de Emprego e Formação Profissional do Alentejo Litoral
ISS, IP - Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal
Junta de Freguesia de Azinheira dos Barros
Junta de Freguesia de Grândola e Sta. Margarida da Serra
Junta de Freguesia de Melides
Junta de Freguesia do Carvalhal
Liga dos Combatentes – Núcleo de Vila Nova de Sto. André
Physical Voice – Gabinetes Terapêuticos, Lda.
Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense - SMFOG
Sta. Casa da Misericórdia de Grândola
UDIPSS de Setúbal
Universidade Aberta - CLA Grândola
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano

A.2. Entidades gestoras dos equipamentos sociais

Anexo 4. Designação das entidades gestoras dos equipamentos sociais

Entidades Gestoras dos Equipamentos Sociais
Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Cadoços
Associação de Intervenção Social de Grândola - AISGRA
Associação de Moradores e Amigos da Aldeia do Pico
Associação Sociocultural da Aldeia Nova de S. Lourenço
Câmara Municipal de Grândola
Casa do Povo de Azinheira dos Barros
Casa do Povo de Melides
Centro Social do Carvalhal
Cercigrândola
Creche e Jardim de Infância de Grândola
Junta de Freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra ⁵
Santa Casa da Misericórdia de Grândola

Anexo 5. Equipamentos por entidade gestora e natureza jurídica da entidade (N.º)

Entidades Gestoras	Sem fins lucrativos				Com fins lucrativos	Total
	Privadas			Públicas		
	Ass. de Solidariedade Social	Irmandade da Misericórdia	Outras	Autarquia		
Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Cadoços	1	-	-	-	-	-
Associação de Intervenção Social de Grândola - AISGRA	3	-	-	-	-	-
Associação de Moradores e Amigos da Aldeia do Pico	-	-	1	-	-	-
Associação Sociocultural da Aldeia Nova de S. Lourenço	1	-	-	-	-	-
Câmara Municipal de Grândola	-	-	-	3	-	-
Casa do Povo de Azinheira dos Barros	-	-	3	-	-	-
Casa do Povo de Melides	1	-	-	-	-	-
Centro Social do Carvalhal	1	-	-	-	-	-
Cercigrândola	-	-	1	-	-	-
Creche e Jardim de Infância de Grândola	1	-	-	-	-	-
Santa Casa da Misericórdia de Grândola	-	1	-	-	-	-
Total	8	1	5	3	-	17

Anexo 6. Entidades gestoras segundo o âmbito geográfico de atuação

Unidade	Nacional	Regional	Concelhio/Local	Total
N.º	0	0	11	11
%	0 %	0 %	100 %	100 %

⁵ Entidade não inquirida

Anexo 7. Entidades gestoras segundo o domínio de intervenção

Domínio/Subdomínio de atuação	N.º
I. Infância e juventude	
Crianças e Jovens	5
Crianças e Jovens em situação de perigo	-
Crianças e jovens com deficiência	1
II. População adulta	
Pessoas idosas	8
Pessoas adultas com deficiência	1
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	-
III. Família e comunidade	
Família e comunidade em geral	2
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-
IV. Pessoas vítimas de violência	
Pessoas vítima Centro de atendimento	-
V. Pessoas imigrantes	
Centro de atendimento	-

Anexo 8. Investimentos programados a curto prazo (2 anos), segundo a freguesia onde estão localizados os equipamentos sociais das entidades gestoras/proprietárias

	N.º de entidades	N. de equipamentos	N. de equipamentos			
			Ampliação das instalações	Renovação e remodelação	Aquisição de equipamento	Outras
Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádio	1	1	-	1	-	-
Carvalhal	0	0	-	-	-	-
Melides	1	1	-	1	1	-
UF de Grândola e Santa Margarida da Serra	6	7	1	6	-	-
Total	8	9	1	8	1	-

A.3. Caracterização dos equipamentos sociais

Anexo 9. Equipamentos segundo o domínio de intervenção⁶

Domínio/Subdomínio de atuação	N.º
I. Infância e juventude	
Crianças e Jovens	6
Crianças e Jovens em situação de perigo	-
Crianças e jovens com deficiência	1
II. População adulta	
Pessoas idosas	1
Pessoas adultas com deficiência	1
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	-
III. Família e comunidade	
Família e comunidade em geral	1
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-
IV. Pessoas vítimas de violência	
Pessoas vítima Centro de atendimento	-
V. Pessoas imigrantes	
Centro de atendimento	-

Anexo 10. Equipamentos por freguesia, segundo a natureza jurídica da entidade, em 2021 (N.º)

Freguesia	Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos	Total
Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão	3	-	3
Carvalhal	1	-	1
Melides	1	-	1
UF de Grândola e Santa Margarida da Serra	12	-	12
Total	17	0	17

Anexo 11. Equipamentos sociais, segundo o ano de entrada em funcionamento

Ano de entrada em funcionamento	N.º	%
1970-1979	2	12
1980-1989	2	12
1990-1999	3	18
2000-2009	8	47
2010-2019	2	12
2020-	0	0
Total	17	100

⁶ Os equipamentos Ludoteca de Grândola e Centro Comunitário de Água Derramada não foram alvo de inquirição

Anexo 12. Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, tipo de construção e regime de ocupação

Tipo de instalações	N.º	%
Sala	0	0
Andar	0	0
Moradia/Vivenda	1	5,9
Edifício	15	88,2
Outro (complexo)	0	0
S/ inform	1	5,9
Total	17	100
Tipo de construção	N.º	%
Adaptada	4	23,5
Mista	1	5,9
Raiz	12	70,6
Total	17	100
Regime de ocupação	N.º	%
Propriedade	9	52,9
Arrendamento	1	5,9
Cedência	5	29,4
Outro	1	5,9
S/ inform	1	5,9
Total	17	100

Anexo 13. Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento

	N.º			%		
	Sim	Não	S/ inform	Sim	Não	S/ inform
Avaliação do nível de conforto						
Iluminação natural	16	0	1	94,1	0,0	5,9
Ventilação natural	15	1	1	88,2	5,9	5,9
Climatização artificial	14	2	1	82,4	11,8	5,9
Gás de rede	6	10	1	35,3	58,8	5,9
Água quente	15	1	1	88,2	5,9	5,9
Telefone	12	4	1	70,6	23,5	5,9
Internet	12	4	1	70,6	23,5	5,9
Avaliação do nível ambiental						
Esgotos de rede	16	0	1	94,1	0,0	5,9
Fossa	0	16	1	0,0	94,1	5,9
Separação de resíduos sólidos	14	2	1	82,4	11,8	5,9
Recolha de resíduos hospitalares	5	11	1	29,4	64,7	5,9
Avaliação do nível de autonomia						
Reservatório de água	2	14	1	11,8	82,4	5,9
Gerador de energia	2	14	1	11,8	82,4	5,9

	N.º			%		
	Sim	Não	S/ inform	Sim	Não	S/ inform
Painéis solares	7	9	1	41,2	52,9	5,9
Avaliação do nível de segurança						
Simbologia de evacuação	16	0	1	94,1	0,0	5,9
Saídas de emergência	16	0	1	94,1	0,0	5,9
Proteção contra roubo e intrusão	15	1	1	88,2	5,9	5,9
Sistema de deteção de incêndios	16	0	1	94,1	0,0	5,9
Extintores	16	0	1	94,1	0,0	5,9
Plano de evacuação	15	1	1	88,2	5,9	5,9

Anexo 14. Condições de mobilidade e acesso ao edifício, pessoas com mobilidade condicionada

	N.º			%		
	Sim	Não	NR	Sim	Não	NR
Acesso ao edifício						
Por rampa	8	8	1	47,1	47,1	5,9
Por dispositivo mecânico para pessoas c/ mobilidade condicionada	2	14	1	11,8	82,4	5,9
Vão livre da porta principal > ou = a 0,87m	15	0	2	88,2	0,0	11,8
Mobilidade no edifício						
Ascensores (largura útil do vão da porta > ou = a 0,80 m)	4	12	1	23,5	70,6	5,9
Portas interiores (larg. livre de passagem 0,77 m)	16	0	1	94,1	0,00	5,9
Balcões ou guichets (altura entre 0,75 e 0,85 m)	8	8	1	47,1	47,1	5,9
Instalações sanitárias adaptadas a pop. portadora de deficiência	14	2	1	82,4	11,8	5,9
Parqueamento						
Parque de estacionamento privativo para visitantes	1	15	1	5,9	88,2	5,9
Lugares privativos para tomada e largada de passageiros	4	12	1	23,5	70,6	5,9
Lugar privativo para ambulâncias	2	14	1	11,8	82,4	5,9
Lugar privativo para cargas e descargas	6	10	1	35,3	58,8	5,9

Anexo 15. Funcionalidades dos equipamentos

Nível de funcionalidades	Sim	%
Cozinha	14	82,35
Lavandaria	6	35,29
Biblioteca	1	5,88
Bar	7	41,18
Salão Polivalente	15	88,24
Piscina interior	0	0,00
Piscina exterior	0	0,00
Parque infantil	6	35,29
Sala de informática	2	11,76
Sala de enfermagem	5	29,41
Logradouro	9	52,94
Jardim	10	58,82

Anexo 16. Estado de conservação dos equipamentos

Estado de conservação dos equipamentos	N.º	%
Bom	7	41,2
Razoável	8	47,1
Deficiente	2	11,8
Total	17	100

Anexo 17. Fontes de financiamento para a criação/aquisição das instalações

	≤25 %	26 a 50 %	51 a 75 %	≥ 76 %	Não se aplica
Administração central	0	1	2	3	11
Administração local	4	0	1	5	7
Privados (Mecenato)	2	1	0	0	14
Fundos Comunitários	0	0	1	3	13
Capitais próprios	2	0	0	1	14

Anexo 18. Fontes de financiamento para funcionamento

	≤25 %	26 a 50 %	51 a 75 %	≥ 76 %	Não se aplica
Comparticipação de pessoas associadas	9	0	0	0	8
Comparticipação de utentes	8	2	1	1	5
Acordo de cooperação	0	2	5	4	6
Subsídios eventuais	5	1	0	0	11
Donativos/mecenato	6	1	0	0	10
Programas	0	0	0	0	17
Protocolos com a Autarquia	7	1	0	2	7
Protocolos com a J.F.	2	0	0	0	15

Anexo 19. Recursos humanos afetos aos equipamentos

	N.º	%
Total	298	100
Do sexo feminino	277	93
De nacionalidade estrangeira	19	6
Com deficiência	3	1

A.4. Caracterização das respostas sociais

Infância e juventude

Creche

Designação	Freguesia
Casa do Povo de Azinheira dos Barros	Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão
Creche e Jardim de Infância de Grândola	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra
Creche "Era uma vez..."	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra
Centro Social do Carvalhal	Carvalhal

Anexo 20. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	174
Capacidade	n.º	209
Taxa de ocupação	%	83,25

Anexo 21. Caracterização dos recursos humanos afetos às creches

	N.º	%
Total	49	-
Do sexo feminino	49	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	6	12
Intervalo de idades		
≤29anos	6	12
30-39	8	16
40-49	19	39
50-59	11	22
≥60	5	10
Habilitações literárias		
Ensino superior	12	24
Ensino secundário	24	49
3º CEB	10	20
2º CEB	2	4
1º CEB	1	2
S/nível de escol. completo	0	0
Vínculo contratual		
Sem termo	45	92
Outro	4	8
Afetação horária		
Tempo inteiro	49	100
Tempo parcial		0
Função		
Dirigente	3	-
Técnico/a	5	-
Cozinheiro/a	2	-
Auxiliar	18	-
Motorista	0	-
Administrativo/a	2	-
Outra - Ajudante de cozinha	0	-
Outra -Auxiliar de Ação Educativa	15	-
Outra - Docentes	4	-

Anexo 22. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	163
2020/2021	166
2021/2022	168

Anexo 23. Uteses, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Com menos de 1 ano	19	16	35	20,6
Com 1 ano	32	25	57	33,5
Com 2 anos	47	31	78	45,9
Total	98	72	170	100

Anexo 24. Fontes de financiamento específicas para a valência Creche

	N.º	%
Acordo de cooperação	4	100
Comparticipação de utentes	4	100
Protocolos com o MG	4	100
Protocolos com a J.F.	1	25
Subsídios eventuais	0	0
Programas	0	0
Donativos	0	0
Outros	0	0

Anexo 25. Estado de conservação das instalações

Estado de conservação das instalações	N.º	%
Bom	2	50
Razoável	2	50
Deficiente	0	0

Anexo 26. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	4	100
Não	0	0

Anexo 27. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	0	0
Não	4	100

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

Designação	Freguesia
Casa do Povo de Azinheira dos Barros	Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão

Anexo 28. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	40
Capacidade	n.º	60
Taxa de ocupação	%	66,7

Anexo 29. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	6	-
Do sexo feminino	4	67
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	3	50

Anexo 30. Evolução do número de utentes

Ano	N,º
2019/2020	43
2020/2021	41
2021/2022	40

Anexo 31. Utentes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até 5 anos	0	0	0	0
Com 6 anos	1	3	4	10
Com 7 anos	1	1	2	5
Com 8 anos	1	1	2	5
Com 9 anos	1	3	4	10
Com 10 anos ou mais	13	15	28	70
Total	17	23	40	100

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental⁷

Designação	Freguesia
Associação para o Desenvolvimento do Torrão	Torrão

Anexo 32. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	63
Capacidade	n.º	63
Taxa de ocupação	%	100

Anexo 33. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	3	-
Do sexo feminino	3	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0

Anexo 34. Evolução do número de utentes*

Ano	N.º
2019/2020	219
2020/2021	107
2021/2022	193

*Números total de famílias que em cada ano civil beneficiaram de alguma atividade ou serviço do CAFAP.
Em 31 de dezembro de 2021, o número total de utentes eram 120 pessoas, o equivalente a 63 famílias (o estipulado no acordo de cooperação).

⁷ O CAFAP intervém nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal

Anexo 35. Utentes, segundo grupo etário e sexo*

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até 4 anos	2	0	2	2
Com 5 anos	4	2	6	5
Com 6 anos	1	3	4	4
Com 7 anos	1	1	2	2
Com 8 anos	0	1	1	1
Com 9 anos	1	0	1	1
Dos 10 aos 14 anis	6	4	10	9
Dos 15 aos 19 anos	16	4	20	18
Com 20 anos ou mais anos	7	59	66	59
Total	38	74	112	100

*A caracterização por faixa etária e sexo tem como referência os/as utentes a 31 de dezembro de 2021 e não o universo geral de utentes que utilizaram os serviços do CAFAP no ano 2021.

Intervenção precoce

Designação	Freguesia
Cercigrândola	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra

Anexo 36. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	4	-
Do sexo feminino	4	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	1	25

Anexo 37. Evolução do número de utentes

Ano	N,º
2019/2020	80
2020/2021	80
2021/2022	80

Anexo 38. Utentes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até 1 ano	0	0	0	0
Com 2 anos	4	1	5	6
Com 3 anos	0	2	2	3
Com 4 anos	20	19	39	49
Com 5 anos	13	11	24	30
Com 6 anos	5	5	10	13
Maiores de 6 anos	0	0	0	0
Total	42	38	80	100

Clube de Jovens

Designação	Freguesia
Estúdio Jovem	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra

Anexo 39. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	15
Capacidade	n.º	40
Taxa de ocupação	%	37,5

Anexo 40. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	4	-
Do sexo feminino	3	75
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	1	25

Anexo 41. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	25
2020/2021	-
2021/2022	12

Anexo 42. Utentes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até aos 11 anos	10	10	20	33,3
Dos 12 aos 14 anos	10	10	20	33,3
Dos 15 aos 16 anos	10	10	20	33,3
Dos 17 aos 18 anos	0	0	0	0
Com 19 ou mais anos	0	0	0	0
Total	30	30	60	100

Ludoteca

Designação	Freguesia
Ludoteca de Grândola	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra

Anexo 43. Utentes

Ano	N, °
2016/2017	355
2017/2018	314
2018/2019	312
2019/2020	250
2020/2021	50

Fonte: Diagnóstico Local - Crianças e jovens de Grândola, CPCJ, abril 2022.

População adulta

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Designação	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia de Grândola	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra
Casa do Povo de Melides	Melides

Anexo 44. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	176
Capacidade	n.º	176
Taxa de ocupação	%	100

Anexo 45. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	124	
Do sexo feminino	122	98
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	6	5
Intervalo de idades		
≤29anos	7	6
30-39	15	12
40-49	30	25
50-59	42	34
≥60	28	23
Habilitações literárias		
Ensino superior	7	8
Ensino secundário	36	29
3º CEB	38	29
2º CEB	29	18
1ºCEB	14	15
S/nível de escol. completo	0	0
Vínculo contratual		
Sem termo	24	19
Outro	6	5
Afetação horária		
Tempo inteiro	124	100
Tempo parcial	0	0
Função		
Dirigente	2	-
Técnico/a	7	-
Cozinheiro/a	1	-
Auxiliar	70	-
Motorista	1	-
Outra - Administração	0	-
Outra - Administrativos/as	0	-
Outra - Ajudantes (cozinha, familiar, ação direta 3º) /Auxiliares de serviços gerais	10	-
Outra - Chefia e Pessoal Encarregado	0	-
Outra - Enfermagem	8	-

Anexo 46. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	170
2020/2021	170
2021/2022	172

Anexo 47. Utentes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	1	0	1	1
Dos 55 aos 59 anos	0	0	0	0
Dos 60 aos 64 anos	0	0	0	0
Dos 65 aos 69 anos	5	1	6	3
Dos 70 aos 74 anos	3	1	4	2
Dos 75 aos 79 anos	8	6	14	8
Dos 80 aos 84 anos	14	19	33	19
Dos 85 aos 89 anos	17	43	60	34
≥ 90 anos	11	47	58	33
Total	59	117	176	100

Anexo 48. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	2	100
Comparticipação de utentes	2	100
Protocolos com o MG	1	50
Protocolos com a J.F.	0	0
Subsídios eventuais	0	0
Programas	0	0
Donativos	1	50
Outros	0	0

Anexo 49. Estado de conservação das instalações

Estado de conservação das instalações	N.º	%
Bom	2	100
Razoável	0	0
Deficiente	0	0

Anexo 50. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	2	100
Não	0	0

Anexo 51. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	2	100
Não	0	0

Anexo 52. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	1	50
Renovação e remodelação	1	50
Aquisição de equipamento	1	50
Outra (construção de novo edifício)	1	50

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Designação	Freguesia
Casa do Povo de Azinheira dos Barros	Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão
Serviço de Apoio Domiciliário	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra
Casa do Povo de Melides	Melides
Centro Social do Carvalhal	Carvalhal

Anexo 53. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	191
Capacidade	n.º	217
Taxa de ocupação	%	88

Anexo 54. Número médio de refeições diárias servidas

	N.º
Pequeno-almoço	58
Almoço	170
Lanche	41
Jantar	133

Anexo 55. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	68	
Do sexo feminino	67	98,5
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	17	25
Intervalo de idades		
≤29anos	4	5,9
30-39	9	13,2
40-49	25	36,8
50-59	19	27,9
≥60	11	16,2
Habilitações literárias		
Ensino superior	4	5,7
Ensino secundário	38	54,3
3º CEB	21	30,0
2º CEB	6	8,6
1ºCEB	1	1,4
S/nível de escol. completo	0	0,0
Vínculo contratual		
Sem termo	53	82,8
Outro	11	17,2
Afetação horária		
Tempo inteiro	61	89,7
Tempo parcial	7	10,3
Função		
Dirigente	1	1,6
Técnico/a	4	6,3
Cozinheiro/a	9	14,3
Auxiliar		0,0
Motorista	19	30,2
Serviços gerais	1	1,6
ajudantes de ação direta	9	14,3
Outra - Administrativos/as	2	3,2
Outra - Administração	1	1,6
Outra - Ajudantes familiares	17	27,0

Anexo 56. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	189
2020/2021	189
2021/2022	195

Anexo 57. Uteses, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	3	0	3	1,6
Dos 55 aos 59 anos	7	1	8	4,2
Dos 60 aos 64 anos	10	2	12	6,3
Dos 65 aos 69 anos	7	4	11	5,7
Dos 70 aos 74 anos	12	12	24	12,5
Dos 75 aos 79 anos	10	17	27	14,1
Dos 80 aos 84 anos	13	30	43	22,4
Dos 85 aos 89 anos	18	24	42	21,9
≥ 90 anos	7	15	22	11,5
Total	87	105	192	100

Anexo 58. Grupos-alvo apoiados

Indicador	N.º	%
População idosa	4	100
População com deficiência	2	50
População em situação de dependência	3	75

Anexo 59. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	4	100
Comparticipação de utentes	3	75
Protocolos com o MG	2	50
Protocolos com a J.F.	1	25
Subsídios eventuais	0	0
Programas	0	0
Donativos	0	0
Outros	0	0

Anexo 60. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	3	75
Razoável	1	25
Deficiente	0	

Anexo 61. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	4	100
Não	0	0

Anexo 62. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	2	50
Não	2	50

Anexo 63. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	0	0
Renovação e remodelação	2	50
Aquisição de equipamento	1	25
Outra	0	0

Centro de Dia

Designação	Freguesia
Casa do Povo de Azinheira dos Barros	Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão
Centro Comunitário do Lousal, Minas do Lousal	Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão
Santa Casa da Misericórdia de Grândola	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra
Casa do Povo de Melides	Melides
Centro Social do Carvalhal	Carvalhal

Anexo 64. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	73
Capacidade	n.º	345
Taxa de ocupação	%	21,2

Anexo 65. Número médio de refeições diárias servidas

	N.º
Pequeno-almoço	70
Almoço	73
Lanche	38
Jantar	53*

*Com base na resposta de 4 entidades

Anexo 66. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	35	
Do sexo feminino	32	91,4
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	18	51,4
Intervalo de idades		
≤29anos	1	2,9
30-39	4	11,4
40-49	12	34,3
50-59	14	40,0
≥60	4	11,4
Habilitações literárias		
Ensino superior	5	14,3
Ensino secundário	16	45,7
3º CEB	11	31,4
2º CEB	3	8,6
1ºCEB	0	0,0
S/nível de escol. completo	0	0,0
Vínculo contratual		
Sem termo	26	86,7
Outro	4	13,3
Afetação horária		
Tempo inteiro	29	82,9
Tempo parcial	6	17,1
Função		
Dirigente	1	2,9

	N.º	%
Técnico/a	4	11,4
Cozinheiro/a	9	25,7
Auxiliar	18	51,4
Motorista	3	8,6

Anexo 67. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	116
2020/2021	87
2021/2022	80

Anexo 68. Uteses, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até aos 49 anos	5	0	5	7,1
Dos 50 aos 54 anos	0	1	1	1,4
Dos 55 aos 59 anos	4	0	4	5,7
Dos 60 aos 64 anos	7	2	9	12,9
Dos 65 aos 69 anos	6	3	9	12,9
Dos 70 aos 74 anos	5	3	8	11,4
Dos 75 aos 79 anos	6	1	7	10,0
Dos 80 aos 84 anos	5	7	12	17,1
Dos 85 aos 89 anos	5	6	11	15,7
≥ 90 anos	2	2	4	5,7
Total	45	25	70	100,0

Anexo 69. Grupos-alvo apoiados

	N.º	%
População idosa	5	100
População com deficiência	0	0
População em situação de dependência	3	60

Anexo 70. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	4	80
Comparticipação de utentes	5	100
Protocolos com o MG	1	20
Protocolos com a J.F.	1	20
Subsídios eventuais	0	0
Programas	0	0
Donativos	0	0
Outros	0	0

Anexo 71. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	5	100
Razoável	0	0
Deficiente	0	0

Anexo 72. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	5	100
Não	0	0

Anexo 73. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	1	20
Não	4	80

Anexo 74. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	0	0
Renovação e remodelação	1	20
Aquisição de equipamento	0	0
Outra	0	0

Centro de Convívio

Designação	Freguesia
Centro de Convívio de Água Derramada	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra
Centro de Convívio "A Estação"	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra

Anexo 75. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	40
Capacidade	n.º	60
Taxa de ocupação	%	67

Anexo 76. Número médio de refeições diárias servidas

	N.º
Pequeno-almoço	-
Almoço	-
Lanche	40
Jantar	-

Anexo 77. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	6	
Do sexo feminino	6	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	2	33,3
Intervalo de idades		
≤29anos	0	0,0
30-39	4	66,7
40-49	1	16,7
50-59	1	16,7
≥60	0	0,0
Habilitações literárias		
Ensino superior	2	33,3
Ensino secundário	3	50,0
3º CEB	1	16,7
2º CEB	0	0,0
1ºCEB	0	0,0
S/nível de escol. completo	0	0,0
Vínculo contratual		
Sem termo	6	100,0
Outro	0	0,0
Afetação horária		
Tempo inteiro	2	33,3
Tempo parcial	4	66,7
Função		
Dirigente	0	0,0
Técnico/a	2	33,3
Cozinheiro/a	0	0,0
Auxiliar	4	66,7
Motorista	0	0,0

Anexo 78. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	40
2020/2021	40
2021/2022	40

Anexo 79. Uteses, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	0	0	0	0,0%
Dos 55 aos 59 anos	1	1	2	5,0%
Dos 60 aos 64 anos	0	1	1	2,5%
Dos 65 aos 69 anos	0	0	0	0,0%
Dos 70 aos 74 anos	0	4	4	10,0%
Dos 75 aos 79 anos	0	0	0	0,0%

Dos 80 aos 84 anos	3	8	11	27,5%
Dos 85 aos 89 anos	6	9	15	37,5%
≥ 90 anos	2	5	7	17,5%
Total	12	28	40	100,0%

Anexo 80. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	2	100
Comparticipação de utentes	2	100
Protocolos com o MG	2	100
Protocolos com a J.F.	0	0
Subsídios eventuais	0	0
Programas	0	0
Donativos	0	0

Anexo 81. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	1	50
Razoável	1	50
Deficiente	0	0

Anexo 82. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	2	100
Não	0	0

Anexo 83. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	2	100
Não	0	0

Anexo 84. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	0	0
Renovação e remodelação	0	0
Aquisição de equipamento	0	0
Outra (conservação/manutenção)	2	100

Universidade Sénior

Designação	Freguesia
Câmara municipal de Grândola - Universidade Sénior	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra

Anexo 85. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	120
Capacidade	n.º	150
Taxa de ocupação	%	80

Anexo 86. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	10	100
Do sexo feminino	8	80
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0

Pessoas adultas com deficiência

Lar Residencial

Designação	Freguesia
Cercigrândola	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra

Anexo 87. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	15
Capacidade	n.º	15
Taxa de ocupação	%	100

Anexo 88. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	10	100
Do sexo feminino	10	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0

Anexo 89. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019	15
2020	15
2021	15

Anexo 90. Utentes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até aos 09 anos	0	0	0	0,0
Dos 10 aos 19	0	0	0	0,0
Dos 20 aos 29	1	0	1	6,7
Dos 30 aos 39	3	0	3	20,0
Dos 40 aos 49	3	2	5	33,3
Dos 50 aos 59	2	2	4	26,7
≥ 60 anos	2	0	2	13,3
Total	11	4	15	100,0

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Designação	Freguesia
Cercigrândola	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra

Anexo 91. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	40
Capacidade	n.º	40
Taxa de ocupação	%	100

Anexo 92. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	34	100
Do sexo feminino	32	94,1
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	2	5,9

Anexo 93. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019	40
2020	40
2021	40

Anexo 94. Utentes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até aos 20 anos	5	2	7	17,5
Dos 20 aos 29	2	1	3	7,5
Dos 30 aos 39	0	7	7	17,5
Dos 40 aos 49	8	3	11	27,5
Dos 50 aos 59	6	5	11	27,5
≥ 60 anos	1	0	1	2,5
Total	22	18	40	100,0

Outras respostas – Associação Pais em Rede – Núcleo de Grândola

Designação	Freguesia
Associação Pais em Rede	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra

Anexo 95. Evolução do número de famílias apoiadas

Ano	N,º
2020	38
2021	42
2022	45

Anexo 96. Outros indicadores da atividade da entidade

	N,º
Atendimentos 2020/2022	220
Ações de sensibilização 2020/2022	6
Participantes em Ações de sensibilização 2020/2022	35

Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico

Centro de Atendimento da Associação Passo a Passo

Designação	Freguesia
ADT - Associação para o Desenvolvimento do Torrão (Centro para a Promoção da Saúde Mental - Passo a Passo)	Torrão *Abrange os concelhos de Alcácer e Grândola (delegações em Grândola e Alcácer do Sal)

Anexo 97. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	50
Capacidade	n.º	47
Taxa de ocupação	%	106

Anexo 98. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	3	
Do sexo feminino	3	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0

Anexo 99. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019	-
2020	-
2021	77

Anexo 100. Utentes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até aos 17 anos	0	0	0	0
Dos 18 aos 29	1	1	2	3
Dos 30 aos 39	0	16	16	21
Dos 40 aos 49	6	18	24	31
Dos 50 aos 59	3	12	15	19
Dos 60 aos 69	2	9	11	14
≥ 70 anos	2	7	9	12
Total	14	63	77	100

Família e comunidade

Centro Comunitário

Designação	Freguesia
Centro Comunitário da Aldeia do Pico	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra
Centro Comunitário de Santa Margarida da Serra	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra
Centro Comunitário de Cadoços	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra
Centro Comunitário de Canal Caveira	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra
Centro Comunitário de Água Derramada ⁸	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra

Anexo 101. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	77*
Capacidade	n.º	210
Taxa de ocupação	%	36,7%

*com base na Carta Social do MTSS

Anexo 102. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	70
2020/2021	74
2021/2022	81

*com base em 3 respostas

Anexo 103. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	0	0
Comparticipação de utentes	0	0
Protocolos com o MG	5	100
Protocolos com a J.F.	0	0
Subsídios eventuais	0	0
Programas	0	0
Donativos	0	0

Anexo 104. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	0	

⁸ Resposta não inquirida

	N.º	%
Razoável	3	75
Deficiente	1	25

*com base em 4 respostas

Anexo 105. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	3	75
Não	1	25

*com base em 4 respostas

Anexo 106. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	3	75
Não	1	25

*com base em 4 respostas

Anexo 107. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	0	0
Renovação e remodelação	0	0
Aquisição de equipamento	0	0
Outra: conservação e manutenção	3	100

Pessoas Imigrantes

Centro de Atendimento Pessoas Imigrantes

Designação	Freguesia
Associação para o Desenvolvimento do Torrão (promotora do CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes)	Torrão. *Abrange os concelhos de Alcácer e Grândola (delegações em Grândola e Alcácer do Sal)

Anexo 108. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidades	Valor
Utentes	n.º	349
Capacidade	n.º	500
Taxa de ocupação	%	70

Anexo 109. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Do sexo feminino	2	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0
Total	2	-

Anexo 110. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	117
2020	119
2021	101

Anexo 111. Uteses, segundo grupo etário e sexo, em 2021

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até aos 19 anos	13	12	25	7
Dos 20 aos 29	48	37	85	25
Dos 30 aos 39	61	44	105	31
Dos 40 aos 49	49	36	85	25
Dos 50 aos 59	14	11	25	7
Dos 60 aos 69	4	7	11	3
Dos 70 aos 79	1	0	1	0
Total	190	147	337	100

Anexo 112. Uteses/atendimentos, por tipologia de atendimento, em 2021

	n.º
Regularização da documentação	240
Pedido de nacionalidade	3
Reagrupamento Familiar	81
Habitação	0
Retorno voluntário	0
Emprego	34
Saúde	96
Educação/formação	13
Apoio social	20
Segurança Social	4
Empreendimento	2
Outra (s)	28

Anexo 113. Proveniência dos utentes (% aproximada), em 2021

	% do total de atendimentos em 2021
Brasil	67,5
China	0,0
França	0,0
Índia	1,7
Nepal	0,0
PALOP	20,0
Reino Unido	0,0
Ucrânia	2,8
Venezuela	1,7
Marrocos	1,7
Outras nacionalidades	4,6

*O CLAIM tem delegações em Alcácer do Sal e Grândola em espaços cedidos por outras entidades

NOTA: Número de clientes/utentes (imigrantes) e o número de atendimentos não corresponde à totalidade. em termos de utentes, apenas foram contabilizados aqueles que têm processo aberto, havendo muitos imigrantes que contactam a associação, que são apoiados/informados nas mais diversas áreas, sem que se abra um processo (preenchimento de Ficha de Cliente, Declaração de Consentimento de Dados e solicitação de documentos de identificação).

O CLAIM, ao contrário das outras valências desta Associação, presta também um serviço de atendimento ao público, de informação, encaminhamento para outras entidades, sem que haja necessariamente um acompanhamento contínuo daquela pessoa ou família. Paralelamente também desenvolvem um atendimento de carácter mais prolongado, quer em termos de apoio à regularização, saúde, quer ao nível do apoio social, e aí sim existe a formalização da abertura do processo.

Em termos de atendimentos, foram também contabilizados aqueles que são elegíveis para o Programa (FAMI) e que estão contabilizados em plataforma própria (PLIM). De qualquer forma também será importante referir que a maioria dos atendimentos não entra nesta contabilização por regras do próprio programa que não aceita contabilizar imigrantes irregulares. Os únicos clientes e atendimentos elegíveis são os correspondentes a imigrantes que já estão regulares ou em processo de regularização.

Quer o número de clientes, quer o número de atendimentos realizados por esta valência é superior aos números oficiais que apresentámos.

B. Normas de Programação

Anexo 114. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
INFÂNCIA E JUVENTUDE	Creche/ Creche Familiar	5000 Habitantes	Freguesia com: 1. Elevada Taxa de Atividade Feminina 2. Elevada taxa de natalidade	Unidade Mínima: 5 crianças Unidade Máxima: 35 crianças	1. Espaço com assinalável proximidade às áreas residenciais, de modo a evitar pendularizações diárias significativas 2. Espaço central, com boas acessibilidades, incluindo abastecimento a bombeiros 3. Espaço central, de modo a evitar que os/as utentes fiquem sujeitas a extensos trajetos diários 4. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 5. Zona segura a peões e veículos, incluindo abastecimento a bombeiros 6. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
	CATL/CAF	2000 Habitantes		Unidade Mínima: 5 crianças ou jovens Unidade Máxima: 60 crianças ou jovens divididos por 2 turnos	
	Ludoteca- Ludobiblioteca				
PESSOAS IDOSAS	Academia/Universidade Sênior	Variável consoante o número de pessoas idosas	Freguesias com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 3 m ² /pessoa Área de construção – 4 m ² /pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	
	Centro de Convívio/Espaços Sênior e Respostas Sociais Similares				
	Centro de Dia				

Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.
Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.

Anexo 115. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS IDOSAS	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)	Variável consoante o número de pessoas idosas	Território com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	1. Unidade para 30 a 40 pessoas 2. Área média das instalações: Área Útil – 24 m ² /pessoa Área de construção – 32 m ² /pessoa Área de espaço exterior – a definir	1. Em zonas habitacionais, para que a oferta esteja inserida nos quotidianos de vivência dos/as utentes, mitigando os efeitos disruptivos que acometem a respetiva institucionalização 2. Preferencialmente localizado na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços estratégicos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todas as pessoas 4. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 5. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
COMUNIDADE EM GERAL	Centro Comunitário / Centro de Recursos	Variável consoante as necessidades	Existência de problemáticas sociais que justifiquem a implantação do equipamento.	Unidades para 50 pessoas em simultâneo Área Média das Instalações: Área Útil - 7,5 m ² /pessoas Área de construção - 10 m ² /pessoa Área do espaço exterior – a definir	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todas as pessoas 3. Ser servido por transportes públicos 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
	Refeitório/Cantina Social			Varia de acordo com as necessidades e o número de pessoas abrangidas	
PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	Centro de Atividades Ocupacionais	Variável de acordo com as necessidades	Incidência de pessoas jovens e adultas com deficiência grave e/ou profunda	1. Unidades para 30 pessoas jovens ou adultas, em edifício próprio ou adaptado 2. Área média das instalações – 300 m ²	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todas/os 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	Serviço de Apoio Domiciliário	Variável consoante as necessidades	-	1. A Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro, estabelece as condições de instalação e funcionamento do SAD e procede ao ajustamento desta resposta social às exigências de uma gestão eficaz e eficiente face ao estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 62/99, no Anexo Áreas Funcionais estabeleceu vários dimensionamentos a ter em conta, para áreas distintas do SAD.	<p>1. O SAD pode ser desenvolvido partir de uma estrutura a criar para o efeito ou, a partir de uma estrutura já existente, desde que reúna as condições de instalação previstas</p> <p>2. O SAD, independentemente do modelo de instalação, deve encontrar-se inserido na comunidade, de modo a garantir-se a acessibilidade dos serviços junto da população</p> <p>3. O local de implantação do SAD deverá ter fácil acesso a viaturas.</p>
PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL/PSIQUIÁTRICO/DEMÊNCIAS	Fórum Sócio Ocupacional	Variável consoante as necessidades	Existência de condições por parte dos serviços de saúde e da solidariedade e segurança sociais locais	1. Unidades de 30 utentes	<p>1. Ter boa inserção no tecido urbano preferencialmente num local central, permitindo a utilização dos diversos equipamentos coletivos e serviços locais</p> <p>2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todas as pessoas</p> <p>3. Ser servido pela rede pública de transportes.</p>

Anexo 116. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Central

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
FAMÍLIA E COMUNIDADE	Centro de Acolhimento de Emergência Social	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade de pequenas dimensões	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar-se em zonas habitacionais e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma que assegure a mobilidade para todas as pessoas 4. Ser servido por rede de transportes públicos
	Residência	Variável de acordo com as necessidades	O relatório “Infeção VIH/SIDA: a situação em Portugal a 31 de dezembro de 2015” publicado pelo Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. indicava que 73,2% dos 54 297 casos cumulativamente notificados de infeção por VIH se concentram nas zonas urbanas/periurbanas de três distritos, em que por esta razão importa concentrar o investimento, designadamente: - Lisboa - Porto - Setúbal	Unidade mínima – 5 utentes Unidade máxima – 12 utentes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todas as pessoas 3. Ser servido por rede de transportes públicos
PESSOAS COM VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS	Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (CAAP)	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade mínima – 20 utentes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar-se em zonas habitacionais

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E SUAS FAMÍLIAS				Unidade máxima – 60 utentes	<ul style="list-style-type: none"> e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 3. Ser servido por rede de transportes públicos
	Apartamento de Transição	Variável de acordo com as necessidades	Existência de Toxicodependentes que não consolidaram a sua autonomia na fase de tratamento	Unidade mínima – 6 utentes Unidade máxima – 12 utentes	<ul style="list-style-type: none"> 1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todas as pessoas 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.
Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.



Estudo:
Carta Social de Grândola

Documento:
Relatório Final Preliminar

Data:
28 de fevereiro de 2024